



DIREITO À CIDADE: UMA VISÃO POR GÊNERO



DIREITO  
À  
CIDADE:  
UMA VISÃO  
POR GÊNERO



**Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU**

Diretoria Executiva | Gestão 2016-2017

Presidente: Daniela Campos Libório

Vice-Presidente: Betânia de Moraes Alfonsin

Tesoureira: Vanessa Koetz

Diretora Administrativa: Lígia Maria Silva Melo de Casimiro

Diretor Administrativo: Alex Ferreira Magalhães

Secretário Executivo: Henrique Botelho Frota

**Organização e edição:**

Vanessa Koetz

Helena Duarte Marques

Jessica Tavares Cerqueira

**Projeto Gráfico e diagramação:**

Mariana Boaventura

**Fotos:**

Samara Takashiro

**Apoio: Fundação Ford - Brasil**

IN59 Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU  
Direito à Cidade: uma visão por gênero - São Paulo: IBDU, 2017.

126 p.  
ISBN 978-85-68957-05-9

1. Direito à Cidade 2. Gênero 3. Diversidade 4. Sociedade 5. Brasil I. Título II.  
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico III. Fundação Ford Brasil

CDD 349 + 305  
CDU 305-055.2



Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional - CC BY-NC-SA

[www.ibdu.org.br](http://www.ibdu.org.br)

## Apresentação

A criação do Dia Internacional de Luta das Mulheres tem sua origem no início do século XX, em um contexto em que o movimento pelo sufrágio universal era muito intenso, principalmente nos Estados Unidos e na Europa.

Nos Estados Unidos, o Partido Socialista já comemorava o Dia Internacional da Mulher, no último domingo de fevereiro, desde 1909; mas foi a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas – realizada em 1910, em Copenhague (Suíça) – que aprovou a celebração de um dia internacional das mulheres trabalhadoras, a partir da proposta da líder do movimento internacional feminista Clara Zetkin.

Alguns anos mais tarde, a Revolução Russa de 1917 consagrou, definitivamente, o Dia Internacional da Mulher na data de 8 de março. Isto, porque, o dia 8 de março de 1917 (23 de fevereiro, segundo o antigo calendário russo) tornou-se memorável na história. Nesta data, as mulheres russas marcharam por “pão, paz e terra”. Foi o estopim da Revolução de Fevereiro de 1917, que antecedeu a Revolução de Outubro no mesmo ano e que mudou para o sempre o curso do desenvolvimento da História no mundo.

Por reconhecer e valorizar o histórico de luta das mulheres, o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico mobilizou esforços para contribuir com o tema, trazendo elementos para a reflexão do direito à cidade a partir do recorte de gênero feminino.

“Direito à Cidade: uma visão por gênero” é uma publicação que se diferencia das demais do Instituto. Ela reúne diversas vozes ativistas, com diferentes vivências e trajetórias que participam da luta pelos direitos das mulheres. As autoras convidadas são mulheres que ajudaram a construir o IBDU ao longo dos anos, como integrantes da diretoria, colaboradoras da equipe técnica, associadas e parceiras. À medida que a publicação foi ganhando corpo, a rede foi expandindo-se e agregando novas colegas para este feito.

Nesse sentido, agradecemos imensamente a cada uma dessas mulheres que compartilharam aqui suas palavras, levando-nos a reflexões e resistências.

O Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico deseja que este material auxilie na luta por cidades mais justas, inclusivas e democráticas. A pretensão é que esta publicação seja a primeira de várias que se propõem a refletir sobre o Direito à Cidade nos mais diversos enfoques, como juventude, questão étnico-racial, dos direitos LGBT's, etc. Acreditamos que, apenas, com a percepção do todo e de suas especificidades poderemos avançar na construção de cidades para todas e todos.

Boa leitura!

# SUMÁRIO

Apresentação.....	5
1. As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI Lígia Maria Silva Melo de Casimiro .....	7
2. Águas de 8 de março de 2017, feministas e femininas Patrícia de Menezes Cardoso.....	12
3. Mulher e o Município de São Paulo: digressões sobre as políticas públicas municipais Daniela Campos Libório.....	24
4. Algumas Reflexões sobre as Políticas de Atendimento à Infância da Cidade de São Paulo Ana Maria A. Mello.....	30
5. O papel das mulheres na luta pelo direito à moradia Luíza Lins Veloso.....	36
6. O peso da vida urbana sobre os ombros das mulheres e a dimensão dos despejos forçados Valéria Pinheiro.....	41
7. O papel histórico das mulheres nas lutas territoriais Irene maestro.....	47
8. O lugar das mulheres nas ruas e praças suspensas nas favelas brasileiras. Danielle Cavalcanti Klintowitz.....	56
9. Do lar às ruas: pixo, política e mulheres. Dayse Porto; Luana Xavier Pinto Coelho; Maria Eugenia Trombini; Rafaela Pontes de Lima.....	62
10. Nas ruas e nas praças! Vanessa Koetz.....	72
11. Cidade, serás feminista! Sabrina Duringon Marques.....	78
12. Sobre cidade, não-lugar e sexualidade das mulheres Mariana M. Marcondes.....	88
13. Direitos sexuais e reprodutivos: uma construção constante Fátima Duarte.....	94
14. A luta das mulheres nunca matou ninguém. O machismo mata todos os dias. Helena Duarte Marques.....	101
15. Mulheres de bicicleta em São Paulo: da “cidade imoral” para a “cidade conquistada” Letícia Lindenberg Lemos; Marina Kohler Harkot; Paula Freire Santoro; .....	107
16. Mulheres que atravessam a cidade Jéssica Tavares Cerqueira.....	116
17. Fotos Samara Takashiro.....	124

**Lígia Maria Silva Melo de Casimiro - Mulher, mãe, companheira, advogada, mestra pela PUC-SP, doutoranda pela PUC-PR, professora do Centro Universitário Christus, diretora do IBDU e presidente do Instituto Cearense de Direito Administrativo.**



## AS MULHERES E O DIREITO À CIDADE: UM GRANDE DESAFIO NO SÉCULO XXI

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro

O dia 8 de março representa uma importante data de reflexão para o debate internacional que envolve a mulher, seus direitos e seu papel no dia-a-dia da sociedade urbana, marcada historicamente pelo empoderamento masculino.

As cidades e as mulheres no século XXI têm uma relação simbiótica que necessita ser reconhecida formalmente pela sociedade, pelo poder público e político, pelo poder econômico. Para tanto, é preciso falar e escrever sobre as cidades e as mulheres, seja no Brasil ou fora dele.

Sendo a cidade a projeção da sociedade em um determinado espaço<sup>1</sup>, analisar como a urbe dialoga com a presença feminina é de fundamental importância tendo em vista que o desempenho das inúmeras funções, mãe, companheira, profissional, em diferentes áreas, solicita da cidade a mobilidade e a acessibilidade, envolvendo o livre transitar da mulher, inclusive para o trabalho, a possibilidade de acessar serviços públicos e privados, lazer e cultura sem cercamento, muitas das vezes provocado pelo receio à sua integridade física. Para que a cidade seja funcional à mulher é preciso que ela perceba a presença feminina, o que envolve permitir sua participação nos espaços decisórios sobre o desenho, o uso e ocupação da cidade.

As cidades têm uma significativa relação com o uso e a ocupação que o mundo masculino faz delas. Foram idealizadas e erguidas dentro dessa perspectiva, em que a presença da mulher era ignorada e, portanto, desconsiderada no tocante às escolhas sobre que forma e função os espaços públicos teriam e como seriam acessados.

Sendo a cidade o espaço de convivência humana que promete o desenvolvimento social e econômico, o acesso ao lazer, à habitação, serviços, trabalho e circulação livre, seria natural que todos os segmentos sociais fizessem parte da sua concepção, garantindo assim maior atendimento às demandas individuais e coletivas que se apresentam. Infelizmente não é o que se apresenta, pois somente seria possível tal realização se os agrupamentos humanos que se reúnem nas cidades estivessem calcados em bases solidárias de promoção da justiça social, com igualdade de oportunidades para todos e todas. Ora, se a luta para alcançar um patamar mais equilibrado de condições de vida<sup>2</sup> – na cidade e no campo – tem sido um dos grandes desafios brasileiros, o que requer permitir a participação democrática na discussão sobre as intervenções e políticas públicas feitas em e

<sup>1</sup> LÉFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 56.

<sup>2</sup> LÉFÈBVRE, Henri. *Do rural à lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1973, p. 206.

para tais sítios, que dirá garantir que, especialmente, a mulher tenha voz ativa e decisiva nesse processo de produção do espaço urbano.

Ao falar da presença da mulher no âmbito das decisões sobre o uso e a ocupação que se deve dar à cidade, não se destaca tal imperativo tão somente relacionado à segurança e integridade física e psicológica feminina, mas da importância de tal questão para o fortalecimento do Estado democrático garantidor da igualdade sem discriminação. O direito à cidade para todos e todas é uma condição subjetiva inserida em um contexto social, econômico e territorial de relações e interesses difusos, coletivos, conflitantes ou não, direito que reclama o reconhecimento da diversidade como protagonista na conquista do bem comum.

Segundo dados do governo federal<sup>3</sup>, as mulheres brasileiras são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias, possuem expectativa de vida de 77 (setenta e sete) anos de idade, equivalendo a 51,4% da população brasileira atual. Quando se indica um percentual de mulheres responsáveis pelo sustento de suas famílias, eclode mais uma questão, a da presença feminina no espaço urbano deslocando-se para o trabalho, para além dos usos tradicionais.

A mulher é, no Brasil, em números, maioria. É a cidadã que mais ocupa os espaços, produzindo ou não, circulando, habitando, interferindo, voluntaria ou involuntariamente, por meio de sua presença na constituição e manutenção da sociedade brasileira. Entre os eleitores, as mulheres também são maioria, com o Tribunal Superior Eleitoral, em 2014, registrando 77.459.424 eleitoras em face de 68.247.598 eleitores do sexo masculino<sup>4</sup>. Na perspectiva da democracia, pelo método quantitativo de participação, a explicação para a ausência das mulheres nos espaços políticos, partilhando do debate sobre a cidade e o que ela deve e pode ofertar, não se sustenta, fragilizando assim a possibilidade de um futuro estável, de bem-estar social e vida digna coletiva.

Sob essa perspectiva, a garantia da participação e assento nos espaços decisórios é uma das principais pautas reivindicatórias femininas, que inclui superar, também, a segregação socioeconômica, aquela que com um plus de crueldade exclui de tais espaços a mulher pobre e dentre elas, e com mais peso, as negras.

O debate pelo direito à cidade para as mulheres inclui diversas dimensões, as mesmas que são pilares de sustentação do direito à cidade: a dimensão política, a simbólica e a material. Sob tal perspectiva, cabe destacar que as conflituosas questões de gênero devem ser enfrentadas por homens e mulheres para que a mudança na mentalidade e cultura possa garantir a produção de espaços urbanos mais acolhedores, tais como as ruas amplas, seguras e iluminadas, bem como usos de serviços mais equitativos e efetivos como o transporte público.

Para os acessos citados não seria possível defender que essa reivindicação é ampla e geral quando se sabe que as mulheres são as grandes vítimas de violência urbana, de

acordo com a pesquisa feita pela Action Aid em 2014<sup>5</sup>. Cidades seguras para todos e todas requerem, ainda e mais uma vez, a garantia da participação ativa da mulher na construção e desenvolvimento desse debate e o enfrentamento da cultura machista, sem o qual não haverá avanço.

É fato que os processos de luta por direitos e reconhecimentos não se dão de maneira consensual, mas devem se expressar permanentemente na disputa positiva por projetos coletivos e de concepção diversificada, enfrentando a realidade sobre a mulher e o seu não-acesso à cidade. Cada atuação, pública ou privada, marcada majoritariamente pela visão cultural masculina provoca, na vida da mulher urbana, a negação da sua segurança física e psíquica, do seu bem-estar, provoca dificuldades nos processos pessoais e coletivos de desenvolvimento.

Reconhecer a diferença de gênero como uma qualidade que marca a prática social da vida urbana requer uma capacidade de ir além, muito além dos conceitos e representações que se dispõe atualmente, mas abrir o espaço para o debate e enfrentá-lo está ao alcance da sociedade brasileira, tendo em vista, inclusive, as previsões do ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional que apontam como objetivo do Estado a redução das desigualdades, a garantia do pleno desenvolvimento, dentre outros.

A cidade é o espaço construído que acolhe a sociedade, é projeção reflexiva da mesma e tem na sua finalidade ofertar ao ser humano condições de viver com dignidade<sup>6</sup>. A mulher como uma componente do grupo social, deve ser vista e reconhecida como destinatária de políticas urbanas que acolham as diferenças relativas ao gênero feminino e permitam sua presença em condições de intervir e usufruir igualmente do espaço urbano.

<sup>3</sup> Segundo dados da última pesquisa nacional por amostra de domicílio, divulgada pelo IBGE em 2013. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em 3 de março de 2017.

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em 3 de março de 2017.

<sup>5</sup> 86% das 503 mulheres brasileiras ouvidas sofreram assédio em público em suas cidades. Disponível em <http://agenciabrasil.abc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/pesquisa-mostra-que-86-das-mulheres-brasileiras-sofreram-assedio-em>. Acesso em 3 de março de 2017.

<sup>6</sup> ARAUJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. *GEUSP: Espaço e Tempo (Online)*, n. 31, p. 133-142, 2012, p. 134-135. Acesso em 02 de março de 2017.

Patricia de Menezes Cardoso - Mãe de Elis, filha de Ilda, neta de Anna e Maria. Colabora há 17 anos com a luta pelo direito à terra e moradia adequada no Brasil, como advogada, pesquisadora, professora e gestora pública. Desde 2013 participa do coletivo TeSer Feminino Consciente.





## ÁGUAS DE 8 DE MARÇO DE 2017, FEMINISTAS E FEMININAS

**Patrícia de Menezes Cardoso**

As mulheres tem papel crucial nos movimentos sociais. Protagonistas na esfera privada, ocupam espaços e exigem seu reconhecimento na esfera pública. O Dia Internacional da Mulher remete a conquistas de direitos sobre seu próprio corpo, seu trabalho e na política, no século XX.

A construção social do dia oito de março é permeada por lutas e sonhos. A luta por direitos políticos (como o direito ao voto e o acesso a cargos públicos), ao direito social ao trabalho digno (carga horária e remuneração justa, formação profissional, condições adequadas de trabalho e a não discriminação), aos direitos fundamentais relacionados à defesa da vida e contra a violência, seja no ambiente doméstico ou na cidade, direito ao próprio corpo, direitos reprodutivos e sexuais. Neste sentido, o direito à cidade, é também uma das expressões do meio ambiente que queremos, acolhedor e democrático, sustentável e seguro para mulheres e homens.

Previsto desde 2001 no Estatuto da Cidade (Lei 10.257) e incorporado em 2016 na Nova Agenda Urbana Mundial das Nações Unidas, o direito à cidade pode e deve ser concebido em uma perspectiva feminista e feminina, como o acesso a um modo de vida

digno na urbe. Onde a nascente de tal direito seria a garantia de um lar adequado para todos. A foz espaços públicos acessíveis de diversão e descanso. Integrados e irrigados por rios e ruas onde seja possível fluir, num meio ambiente urbano inclusivo. Tal utopia distingue-se de uma cidade competitiva, segregada e desigual. Onde tudo é mercadoria ou tem preço. E onde a mulheres não estão seguras, seja na vida doméstica ou nos espaços públicos.

Como explicita a própria origem da data de celebração do Dia Internacional da Mulher, a violência da exploração do trabalho e do corpo das mulheres em nossas cidades é desafio permanente. Sobre tudo num contexto mundial de ofensiva conservadora e supressão de direitos.

Conta-se que, em 1857 uma manifestação de trabalhadoras do setor têxtil da cidade de Nova York contra os baixos salários, pela redução da jornada de trabalho e o aumento de tarefas não remuneradas, foi reprimida pela polícia de uma forma brutal em oito de março. Jovens trabalhadoras foram presas e algumas esmagadas pela multidão em fuga. Em 1909, na mesma cidade o primeiro Dia Internacional da Mulher foi celebrado por iniciativa do Partido Socialista, em memória a estas trabalhadoras. Em 1910, na II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas na Dinamarca, aprovou-se resolução pela celebração de jornadas de luta anual. No ano seguinte os atos multiplicaram-se em países europeus como Áustria, Alemanha, Dinamarca e Suécia. Neste mesmo ano, uma grande greve foi organizada pela União Internacional das Costureiras reivindicando melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho de dezessis para dez horas, equiparação de salários com os homens que recebiam três vezes mais para executar a mesma atividade e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. As trabalhadoras buscavam um acordo coletivo, mas no dia 25 de março, um terrível incêndio matou 146 trabalhadores – a maioria costureiras. O número elevado de mortes foi atribuído às más condições de segurança do edifício, onde mulheres estavam trancadas em um



dos andares do prédio da fábrica. Em 1917, no dia oito de março também operárias têxteis deixaram o trabalho de várias fábricas na Rússia e deram sustentação à greve, sendo este o estopim da Revolução Russa de 1917. Mais de 90 mil pessoas marcharam, exigindo pão e paz. A greve das operárias era contra a fome, contra o Czar Nicolau II e contra a participação do país na Primeira Guerra Mundial. Os protestos e as greves subsequentes culminaram na queda da monarquia naquele país.

A partir destes e tantos outros fatos históricos, em 1951 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceu princípios gerais, visando a igualdade de remuneração entre homens e mulheres para exercício de mesma função. Em 1975 as Nações Unidas (ONU) consagrou o oito de março como o Dia Internacional da Mulher, celebrado desde então em todos os continentes.

No Brasil, em 1932 as mulheres conquistaram parcialmente o direito de votar e serem eleitas (somente mulheres casadas, com autorização dos maridos, viúvas e solteiras que tivessem renda própria), após intensa campanha nacional iniciada da Proclamação da República. Em 1934 as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral e em 1946 a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres.

Após a luta pelos direitos políticos, num contexto de extrema desigualdade social, os direitos sociais são foco das lutas. Desta forma, a história dos movimentos sociais urbanos no país tem a jusante o Movimento Custo de Vida (MCV) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), e a montante o movimento sindical e as grandes greves operárias. Sendo



a participação feminina decisiva nos primeiros.

Na década de 70, a organização social das mulheres já tinha como mote a luta pelo direito à cidade, isto na perspectiva da regularização dos loteamentos clandestinos, na obtenção de bens e serviços como a instalação de redes de esgoto, água, luz, creches, o direito a educação e a saúde e contra a renovação forçada dos favelados. As CEBs foram gêmeos dos movimentos nacionais de luta pela moradia. Ao mesmo tempo, o MCV foi o primeiro a ocupar as ruas no meio da década de 70, em plena ditadura. Originado no Clube das Mães da Zona Sul de São Paulo, denunciou o alto custo de vida e as péssimas



condições de vida das famílias trabalhadoras da periferia. Realizou grandes assembleias e comícios mobilizando milhares de pessoas, incorporando reivindicações como o congelamento dos preços dos alimentos de primeira necessidade, aumento do salário acima do custo de vida e abono salarial para todas as categorias de trabalhadores. Chamado mais tarde de Movimento Contra a Cesta expandidu-se em todos os Estados, recebeu adesão de outras entidades e movimentos e coletou 1,3 milhões de assinaturas para abaixo-assinado entregue ao Presidente.

Com pouca visibilidade na narrativa oficial, as mulheres criaram e constituíram a base de muitos movimentos populares, mobilizando, comunicando e pautando a agenda de lutas, organizando e animando as reuniões e mutirões, tecendo suas bandeiras e nutrido a massa.

A reivindicação e conquista de políticas públicas e leis de garantia dos direitos políticos e sociais tecem parte desta história. Tendo como sujeito principal, a parte mais explorada do sistema, as mulheres predominantemente de baixa renda. O recorte de classe, gênero e raça é fundamental para a compreensão do papel das mulheres na democratização do país. Também porque, muitas vezes como na Marcha da Família com Deus pela Liberdade de março de 1964, as mulheres de alta renda simbolizam a reação conservadora à chamada “ameaça comunista” vista no Governo de João Goulart.

Cerca de 50 anos depois, a “primavera feminista” parece ser a principal resposta ao

novo golpe. O impedimento da Presidente Dilma Yana Rousseff e o golpe perpetuado por aqueles que optaram pela ruptura democrática para constituir um governo ilegítimo. Os homens brancos não eleitos que assaltam o poder, o patrimônio, os direitos e sonhos do povo brasileiro, insistem em atribuir à mulher brasileira um papel decorativo de “pele, recatada e do lar”, negando sua potência política e transformadora de nossa sociedade. Na contra mão, é notável o protagonismo das mulheres nos movimentos de rua, culturais e de ocupação de espaços públicos como escolas, universidades e até creches.

Em 2015 destacam-se os atos contra Eduardo Cunha, então Presidente da Câmara dos Deputados, e uma agenda de usurpação de direitos, em que políticas afirmativas e a questão de gênero são alvo de bandeiras como a evangélica. Além das manifestações contra a corrupção e pelo afastamento de Dilma, os protestos contra Cunha tomaram as ruas em várias cidades do país. No Congresso Nacional, deputadas federais e senadoras resistiram, das formas mais criativas possíveis, até sentando em sua cadeira como Luiza Erundina fez em forma de protesto. Ao mesmo tempo, com menor repercussão na grande mídia, 50 mil mulheres negras ocuparam as ruas de Brasília na I Marcha Nacional das Mulheres Negras e mais de 70 mil mulheres do campo, das águas e das florestas na Marcha das Margaridas.

Em 2016, novamente as mulheres foram em peso às ruas, compondo atos de milhares contra a cultura do estupro, após um caso bárbaro ocorrido no Rio de Janeiro. Disseminando nacional e internacionalmente mensagens e campanhas contra o estupro, como as hashtags “#EstuproNoÉCulpaDaVítima” e “#NãoMereceSerEstuprada”.

No mesmo ano, na “primavera secundarista” mais de 1.100 escolas foram ocupadas em 22 estados e Distrito Federal, por estudantes contrários à reforma do Ensino Médio e à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241. Inspirados no movimento que em São Paulo no ano anterior, ocupou mais de 200 escolas conseguindo a paralização da reestruturação do sistema educacional estadual.

No processo eleitoral municipal, face à predominante eleição de candidatos conservadores, algumas jovens também semearam esperança, elegendo uma Bancada Feminista para representar vozes e reivindicações políticas que tomaram as ruas no ano anterior - 11 vereadoras eleitas em 10 cidades (São Paulo, Campinas, Sorocaba, Tamabi, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Niterói, Belém, Porto Alegre e Pelotas).

Nesta nova onda de lutas políticas, chama atenção tanto a presença de jovens e meninas, quanto o protagonismo feminino.

No mundo, em 2016 as mulheres fortalecem a resistência contra os planos de austeridade e por democracia, como no movimento “99% contra o 1%” de Occupy Wall Street e na ocupação de praças na Espanha ecoando “Tic Tac Tic Tac” anunciando que o tempo está acabando para a elite política tradicional.

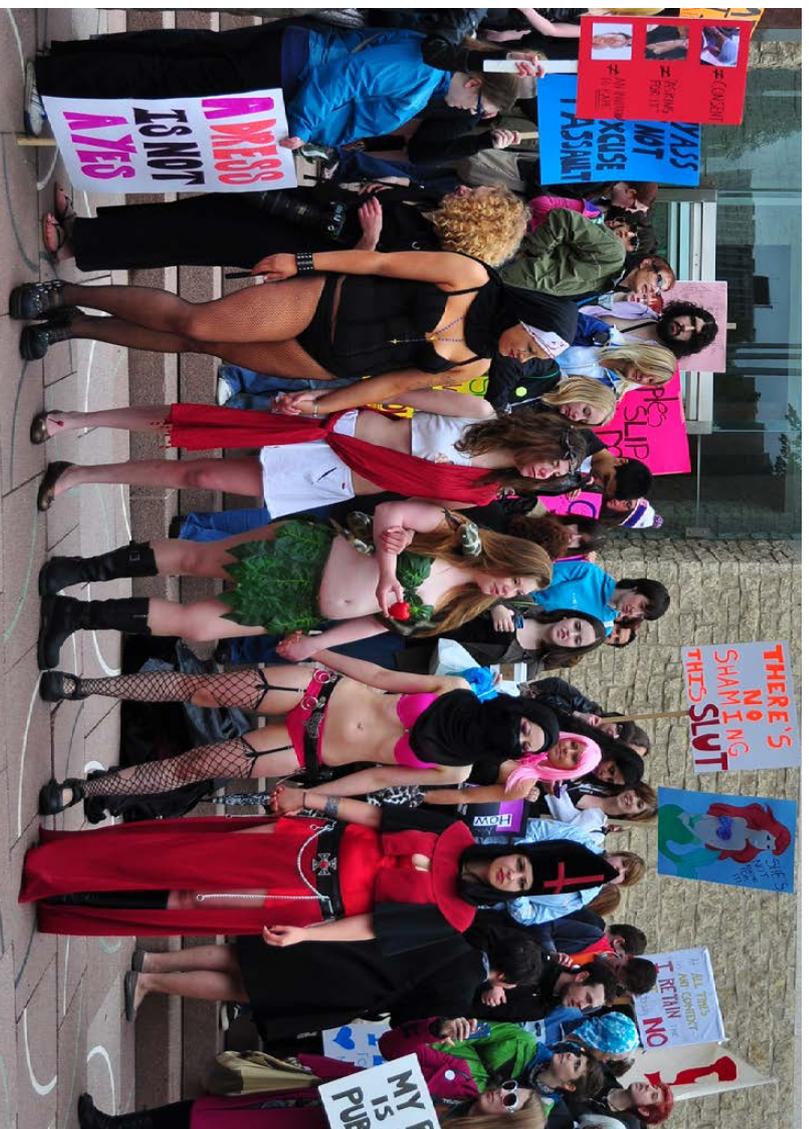
Ao mesmo tempo emerge um novo ativismo de perfil feminista e feminino.

É o caso da Marcha da Esperança, em que milhares de mulheres de Palestina e Israel de várias ideologias e religiões marcharam duas semanas até a residência do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu a fim de pedir-lhe um acordo de paz entre os dois povos. Milhares de mulheres hebreias e árabes, muçulmanas e cristãs caminharam,

cantaram e rezaram pela paz num trajeto do norte de Israel até Jerusalém, cada uma segurando sua tradição e sua cultura, mas todas unidas pelo desejo de construir juntas uma convivência possível. E também o exemplo das Marchas das Vaidas, que do Canadá se espalharam para diversos países do mundo, como o Brasil (desde 2011) e até em Jerusalém (2016). Em que protesta-se contra a crença de que as mulheres vítimas de estupro teriam provocado a violência por seu comportamento. Contra o machismo, denunciam casos de estupro (muitas vezes os seus próprios) e durante a marcha afirmar os direitos ao próprio corpo, liberdade e beleza, usando não só roupas cotidianas, mas também roupas consideradas provocantes ou o busto nu.

Neste ano de 2017, logo no início, milhares de mulheres também se manifestaram em Campinas (SP) após o trágico feminicídio que ocorreu na virada do ano. Neste caso um homem que disputava a guarda do filho com a ex-mulher, assassinou 12 pessoas incluindo a mãe e filho, ridicularizando em carta divulgada pela imprensa a Lei Maria da Penha.

Dia 21 de janeiro, cerca de 4 milhões de pessoas, em diversos países, participaram das marchas de mulheres por justiça social, igualdade de gênero e contra o avanço conservador no mundo, sintetizado na figura do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A principal foi realizada em Washington, onde mais de 750 mil pessoas se reuniram no local da posse presidencial no dia anterior. No ato, Angela Davis, filósofa e liderança do Partido Comunista norte-americano, afirmou “nenhum ser humano é ilegal”. Lembrando que estamos em um momento histórico desafiador e que milhões de mulheres, pessoas transgênero, homens e jovens se reuniram, representando forças poderosas de mudança que estão determinadas a impedir as culturas moribundas do racismo e do hetero-patriarcado de levantar-se novamente.



Em março, mulheres de mais de 30 países organizam uma greve marcada para o Dia Internacional da Mulher. Chamado iniciado a partir do forte movimento contra a violência de gênero que da Argentina, tomou a América Latina, sob o mote “Ni Una a Menos”, com apoio e adesão das feministas dos EUA. O chamado é por um “feminismo dos 99% e uma greve internacional militante em 8 de março”, contra a violência masculina e na defesa dos direitos reprodutivos.

Segundo Davis o tipo de feminismo que buscamos já está emergindo internacionalmente, em lutas em todo o mundo: da greve das mulheres na Polônia contra a proibição do aborto até as marchas de mulheres na América Latina contra a violência masculina; da grande manifestação das mulheres na Itália aos protestos e greve das mulheres em defesa dos direitos reprodutivos na Coreia do Sul e na Irlanda. Mobilizações que combinam lutas contra a violência masculina com oposição à informalização do trabalho e à desigualdade salarial, ao mesmo tempo em que se opõem as políticas de homofobia, transfobia e xenofobia. Para Davis, juntas, elas anunciam um novo movimento feminista internacional – ao mesmo tempo anti-racista, anti-imperialista, anti-heterossexista e anti-neoliberal.

No Brasil, a Marcha das Mulheres no Brasil deste ano, propõe as seguintes pautas como foco: Mulheres contra a Reforma da Previdência; Nem uma a menos! Pelo fim do feminicídio; Nem Trump nem Temer; Pela vida das mulheres! Em defesa da legalização

do aborto.

Rose Marie Muraro, Patrona do Feminismo Brasileiro<sup>1</sup>, a “mulher do impossível”, diz que a política do corpo tem uma importância revolucionária maior até que qualquer Reforma Agrária ou a luta pela Constituinte. Porque para ela é apenas a partir daí, de dentro do ser humano, que ele é capaz de resistir. O corpo é a fonte da libertação e só um corpo realizado, sexualmente inclusivo, é um corpo livreto, para Muraro. E só isto o fortaleceria para uma autonomia frente à opressão.

Muraro também ensinou que precisamos superar o medo do poder feminino, seja das próprias mulheres como dos homens. Neste sentido, perversos estereótipos sobre o feminino e o masculino devem ser urgentemente desmascarados. Especialmente quanto a mulheres que ocupam espaços de poder e visibilidade. Para Muraro, a mulher é cooperativa, é quem amamenta e alimenta a vida, guarda valores ancestrais que remete à Deusa feminina no fundo da terra, dando comida, de onde tudo sai e tudo volta depois que morre, mas que foi substituída por um Deus masculino controlador de corações e mentes com um olhar repressor, que inaugura a lei do mais forte.

Valorizar o feminino é valorizar a vida. Não se trata de uma questão que se restringe às mulheres, portanto, mas sim do poder feminino que deve ser resgatado e cultivado, nas nossas relações e em nossas cidades. Uma cidade que tenha lugar para todas, donzelas, lobas, mães, feiticeiras e bruxas, seus saberes e talentos, na vida privada e pública. E este relato, além de contar nossas histórias, tem o horizonte de que as mulheres são como as águas, crescem quando estão juntas.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, existem mais de 3.000 quilômetros de rios e corpos d’água que correm submersos sob o concreto de ruas e avenidas<sup>2</sup>, segundo o Projeto “Rios e Ruas”. A história dos rios sepultados vivos de São Paulo, desta paisagem

subterrânea ignorada pela maioria dos paulistanos, é também a história de uma urbanização excludente e gentrificadora. Se a capacidade criadora da mulher é um rio, como diz Clarissa Pinkola Estés, sua natureza selvagem derrama-se em possibilidades ilimitadas, atua como um canal de vida. “Produzimos rebentos, florescemos, nos dividimos e nos multiplicamos, impregnamos, incubamos, comunicamos, transmitimos”<sup>3</sup>. Ainda há muita água para emergir, encontrar-se e renovar a vida, pois o novo sempre vem.



<sup>1</sup> Falocida em 2014, é autora de diversas obras como “Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil” (1996) ou sua autobiografia “Memórias de uma mulher impossível” (1999).

<sup>2</sup> Ver Mapeamento colaborativo dos rios de São Paulo - “Rios (In)visíveis” (<http://www.riosemapaoulo.org>)

<sup>3</sup> Mulheres que correm com os lobos - Mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem, p.68-375.



## MULHER E O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: DIGRESSÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Daniela Campos Libório

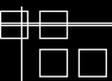
Há um consenso nacional de que o Brasil passa por uma crise econômica. Baixa produção, demissões em número maior que contratações, não criação de novos postos de trabalho, alta carga tributária, inflação e prestação precária de serviços públicos (que poderia aliviar os custos das famílias)<sup>1</sup>.

A vida urbana custa caro. No modelo de cidades que existe no país, o tamanho da cidade reflete diretamente sobre o custo de vida: quanto maior a cidade, mais caro será viver nela. Isso porque o abastecimento de toda área urbana fica mais complexo e oneroso, a gestão de resíduos também (nesse sentido, abastecimento em amplo senso: combustível, alimentos, bens de consumo, infraestrutura etc). Também interfere no custo geral a manutenção de todo o espaço urbano (vias públicas, áreas públicas, energia, saneamento e políticas sociais). Agregue-se a isso o perfil do cidadão que, em razão de seu extrato socioeconômico, é contribuinte ou necessita da tutela do Estado e a efetividade de suas políticas (saúde, escolas, assistência social).

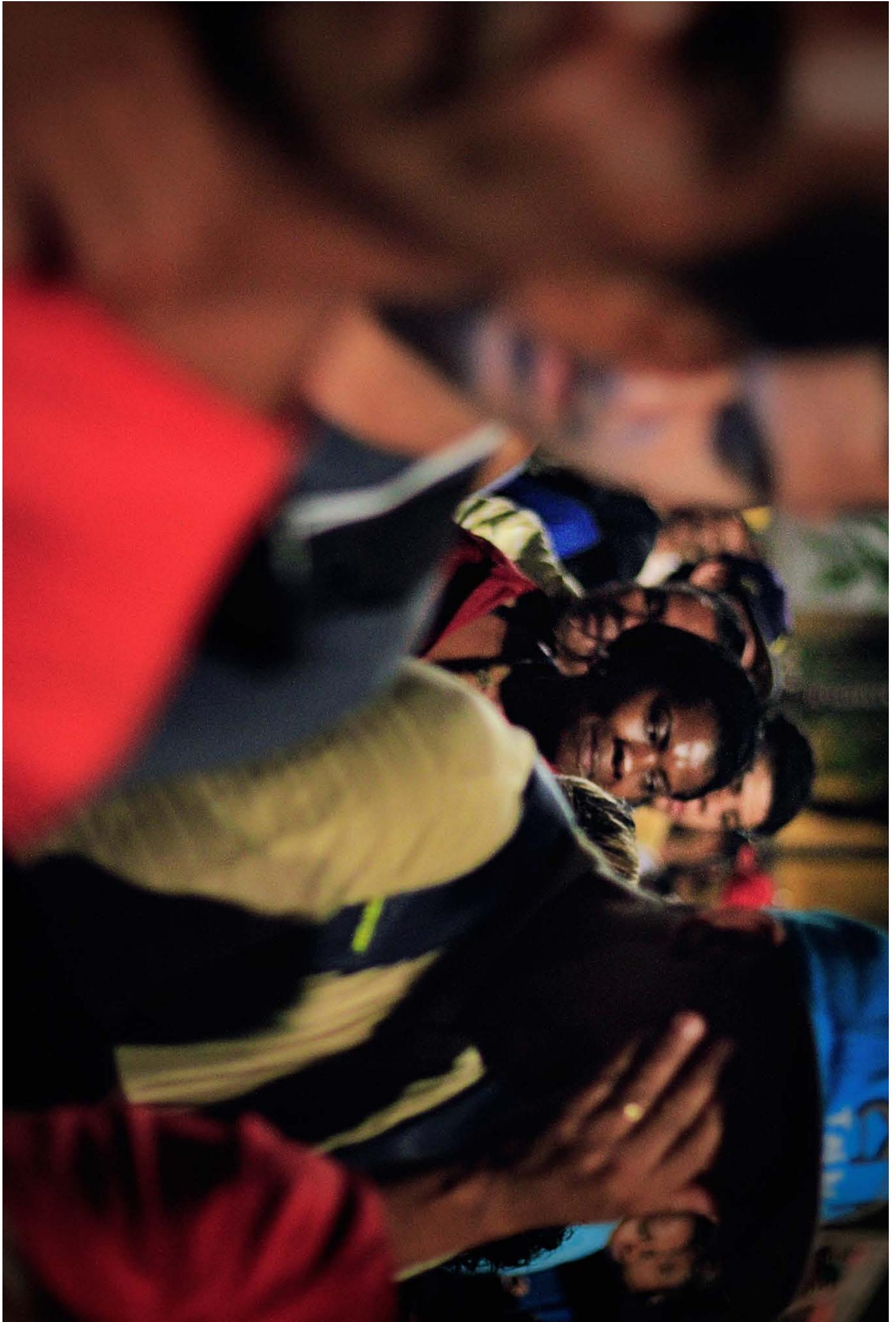
Para que o Município esteja em um círculo virtuoso, na qual consiga administrar seu orçamento equilibrando arrecadação e despesas, precisa atrair investimentos e ter eficácia em suas políticas públicas. A geração de renda, na área urbana, depende muito de como o Município gesta seu espaço e inter-relaciona seus cidadãos entre si e com a cidade. Essa boa gestão diminui a pressão social. Se a pressão social diminui (entre classes sociais, entre cidadãos, entre vizinhos, entre tipos diversos de trabalhadores) há uma diminuição de conflitos e, portanto, diminuição de gastos corretivos e preventivos.

Dentre as competências municipais há a possibilidade de estruturar o uso e ocupação do solo urbano levando em consideração todos os elementos acima. Na análise dos perfis de cidadão é fundamental ter dados e levantamentos atualizados sobre faixa etária, gênero, capacitação técnica, renda, moradia e localização dentro da área urbana. São dados básicos que permitirão ao gestor e sua equipe traçar elementos seguros para um planejamento adequado (agregado aos dados de infraestrutura e meio ambiente).

**Daniela Campos Libório - Líder estudantil, advogada há 28 anos, mãe há 22 anos, especialista, mestre, doutora e pós doutora, tudo em direito urbanístico ambiental. Achei que era professora há 26 anos quando descobri que ninguém ensina ninguém, entendi que era facilitadora de conhecimentos. No coletivo, o IBDU. Nos bancos escolares, a PUC-SP.**



<sup>1</sup> <https://www.capital.com.br/economia/crise-economica-como-diegamos-aqui-e-como-superata-> ; <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/13/indicadores-economicos-aponiam-que-a-crise-brasileira-deve-piorar-em-2017/>



O instrumento principal da gestão do espaço urbano é o Plano Diretor, previsto na Constituição Federal no artigo 182 e que define o Município como a instância de competência privativa para sua elaboração e execução.

No Município de São Paulo, o atual Plano Diretor foi aprovado como Lei em 2014 sob o nº 16.050 e a legislação complementar principal (lei de uso e ocupação de solo) aprovada em 2016, com o nº 16.402. Além das duas leis há um grande número de mapas e anexos que complementam as informações trazidas por elas, necessárias para sua boa e efetiva execução.

Como dados gerais<sup>2</sup>, São Paulo tem uma população de 12.038.175 pessoas em uma área de 1.521,110km<sup>2</sup>. Sua principal fonte econômica são as prestações de serviço de natureza privada, superando no dobro da soma do produzido pelas indústrias e pelo setor primário (administração pública e prestação de serviços públicos). Consta que 11.152.344 pessoas têm domicílio urbano e 101.159 rural, o que faz com que 784,672 não tenham domicílio ou não foram catalogados pela Prefeitura (o que geraria um erro grosseiro para elaboração de políticas públicas). Entretanto não foi possível localizar nas informações disponibilizadas pelo sítio eletrônico do Município dados sobre índice de pobreza e muito menos cruzar dados sobre a localização da população pobre e seu gênero.

No tocante às informações sobre as mulheres, nos dados disponíveis pelo IBGE sobre o Município<sup>3</sup>, há 5.924.871 mulheres e 5.328.632 homens. Analisando as faixas etárias é possível perceber que até os 14 anos, a maioria é do sexo masculino, entre 15 e 19 o número se equilibra e, apenas após os 20 anos, é que há um número maior de mulheres, situação essa que não se reverte mais.

Considerando que a maioria da população é do sexo feminino e considerando as particularidades próprias do gênero (fisiológicas) agregadas às particularidades que se somam ao contexto político-social e econômico, foram verificadas as políticas, ou dados, que estavam disponíveis sobre o assunto.

Essencialmente há um atendimento para mulheres vítimas de violência, com pontos de atendimento pela cidade – 16 ao todo, nem sempre coincidindo com estações de metrô, trem ou terminais intermodais<sup>4</sup>. Também foram encontradas informações sobre atendimento para mulheres em situação de rua, com centros de acolhimento só para mulheres e também mistos<sup>5</sup>. Sobre atendimento de situações regulares, foram encontradas informações sobre saúde da mulher, com atendimentos de especialidades. Não foram encontrados dados ou atendimento para mulheres idosas ou portadoras de necessidades especiais<sup>6</sup>. Não foram encontrados dados ou atendimento sobre outros setores ou segmentos, no tocante à mulher. Igualmente não foram encontrados dados sobre economia informal, setor esse em que a mulher atua fortemente e tem, em muitos casos, a geração de renda necessária para buscar o sustento de sua família (cabeleira, manicure, boleira,

diarista entre outros exemplos de atividades).

Sobre índices de pobreza e a situação da população vulnerável no município de São Paulo, o IBGE tem seu último levantamento em 2003 e não foram encontrados dados no sítio eletrônico da Prefeitura de São Paulo. Tais informações são, no mínimo, assustadoras. Considerando que a realidade nacional aponta para as mulheres como chefes de famílias nas classes econômicas mais baixas, considerando que mais de 700.000 pessoas não possuem domicílio no Município de São Paulo, considerando que a crise econômica na qual o país atravessa faz com que a base da pirâmide seja a mais atingida (não capacitados profissionalmente e de pouco ou nenhum recurso econômico para ter sua manutenção em tempos de crise), o que pode estar acontecendo, silenciosa e perigosamente, é um esmagamento das mulheres pobres do Município de São Paulo que não existem sequer nas estatísticas, mas que são as que sustentam suas famílias, seus filhos com recursos mínimos e sem um efetivo acolhimento do Estado (Social).

Tal situação requer imediata reação de todos os setores, públicos e privados. Instar trazer tais dados atualizados e traçar uma política pública consistente e rápida para essa parte da população que representa, ao final, mais da metade dela. O reconhecimento das necessidades, não só sob seu aspecto de vulnerabilidade mas também seu empoderamento, reconhecendo o impacto econômico que possuem na sociedade, trazendo consciência a elas sobre seus direitos, capacitando-as, para que melhorem e incrementem sua qualidade de vida. A melhoria da qualidade de vida das mulheres impacta em toda a sociedade e faz com que as famílias sejam mais estáveis produzindo, em decorrência, cidadãos mais saudáveis.

<sup>2</sup> <http://gessamoa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/SBGC.aspx>

<sup>3</sup> <http://www.ibge.gov.br/>

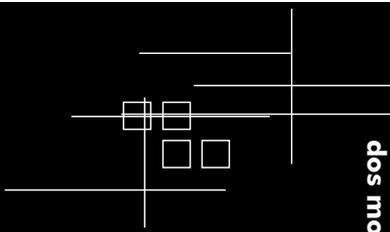
<sup>4</sup> <http://gessamoa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/SBGC.aspx> e <http://capital.sp.gov.br/cidadao/familia-e-assistencia-social/ser-vicos-de-direitos-humanos/atendimento-para-mulheres-vitimas-de-violencia>

<sup>5</sup> <http://capital.sp.gov.br/cidadao/familia-e-assistencia-social/centros-de-acolhida/centros-de-acolhida-especial/centro-de-acolhida-para-mulheres-em-situacao-de-rua>

<sup>6</sup> <http://capital.sp.gov.br/cidadao/saude-e-bem-estar/saude-da-mulher>

Assistência Ginecológica/Abuoto Previsto em Lei; Saúde Sexual e Reprodutiva; Métodos Anticoncepcionais; Climatério e Menopausa; Câncer de Mama; Atendimento a Vítimas de Violência; Serviços para Cidadã.

Ana Maria Mello - Doutora em psicologia da educação. Trabalhadora, durante 32 anos, nas creches, pré escola e Escola da Aplicação na Universidade de São Paulo. Membro do Fórum Municipal de Educação Infantil São Paulo. Militante, desde 1978, dos movimentos por luta por cheque.





# ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA DA CIDADE DE SÃO PAULO<sup>1</sup>

Ana Maria A. Mello

## A educação e o cuidado coletivo de crianças pequenas

Na cidade de São Paulo, como no Brasil, a questão da guarda e da educação das crianças tornou-se assunto principal no debate político, na legislação social e nas reformas da educação infantil. Nesse sentido, esse não é um debate novo, pois está presente nas diferentes pautas desde o começo do século XX até os tempos atuais. Já o debate sobre qualidade na educação infantil foi ampliado na década de 1990. Há relatos de experiências em diferentes países como Chile, Itália e Brasil (CAMPOS; ROSEMBERG, 1995) que discutem instrumentos e apresentam o contexto da época, além da concepção de criança, de família e de educação, presentes em cada modelo. Isso porque, nas sociedades contemporâneas, mulheres, homens ou casais que acabaram de ter ou assumir novos filhos se questionam sobre como organizar suas novas rotinas. São diferentes constelações familiares que cuidam da criança pequena e a educam. Mulheres ou homens sozinhos, casamentos agregados que “herdam” enteados das duas famílias, crianças que ficam em casa com empregadas, enfermeiras ou vizinhas. Ainda vemos avós e avôs, tios e amigos que dividem o cuidado de algumas crianças durante a semana. Por fim, e com crescente importância, há as instituições como creches, berçários e pré-escolas privadas e públicas.

Esses arranjos familiares de educação e cuidado de crianças nem sempre foram organizados dessa forma. Relatos históricos mostram que a família nuclear e, particularmente, o cuidado exclusivo da criança pequena pela mãe constituem um fenômeno do século XX e não generalizado no mundo. Na própria sociedade contemporânea têm-se multiplicado diversas formas de estruturação e reestruturação familiar, com crianças frequentemente convivendo com pais separados, com seus novos companheiros e com irmãs de outras uniões. Ademais, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado significativamente o número de mães que trabalham por longos períodos diários fora de casa, fazendo com que haja um cuidado compartilhado das crianças pequenas.

## Como tudo começou e os impactos da filantropia

A partir da criação do Departamento Nacional da Criança, em 1940, e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, as creches assistenciais se expandiram? Essa expansão ocorreu fundamentada em algumas premissas que articulavam um rígido controle sobre os hábitos da criança e de sua família a uma concepção ligada à guarda das crianças, condicionada ao trabalho da mulher fora do lar (ROSEMBERG, 1992 e ARCE, 2008). As iniciativas envolviam a parceria entre o Estado e organizações não governamentais (ONGs) encabeçadas, à época, pela própria LBA, por meio de programas como creches-casulos, mães crecheiras<sup>2</sup> e similares. Os estudos mostram que a LBA expandiu o atendimento à custa de um trabalho de péssima qualidade, em espaços mal adaptados, desenvolvido por leigos e utilizando a mão de obra local, das comunidades pobres, a maioria das vezes para filhos de trabalhadoras sem vínculos trabalhistas, que trabalhavam como voluntárias (ROSEMBERG, 1986).

Conhecemos, ainda, o legado da Legião Brasileira de Assistência: corrupção, desvios de verbas públicas, reinado das primeiras damas, clientelismos e crianças pobres sem uma educação de qualidade. No início da década de 1980, as mulheres de prefeitos e dos militares também utilizavam o órgão para distribuir presentes e/ou esmolas a entidades filantrópicas, incluindo até o início da década seguinte com as denúncias de desvio de verbas da LBA na administração Roseane Collor de Mello (governo Collor – 1991). O trabalho de Mestriner (2008) descreve as políticas filantrópicas no Brasil apresentando a fase de 1930 a 2000, subdividida em cinco períodos. Segundo a pesquisadora, a LBA nasceu com a filantropia disciplinadora (1930-45), fez parceria com uma filantropia paratilhada sob o âmbito educacional entre 1946-64, durante 21 anos foi organizada por uma filantropia de clientela e apadrinhamento (1964-85) e, no quarto período, por uma filantropia vigiada entre benevolência e assistência social. A partir de então, viria o último período, que a autora analisa como sendo da filantropia democratizada (1994 a 2000), do governo do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso<sup>4</sup>.

Entre as entidades filantrópicas e conveniadas, sem fins lucrativos, e o atendimento progressivo, embora tímido, em redes municipais próprias, foi no século XX, fruto da ação de vários movimentos sociais organizados, que o acesso à educação infantil se formalizou enquanto direito. Legalmente, o direito da criança ao atendimento em creches e pré-escolas passou a ser garantido, no Brasil, apenas a partir da promulgação da Constituição de 1988, enquanto direito da criança, opção da família e dever do Estado (artigo 208, inciso IV)<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Parte importante desse artigo resulta dos debates que tivemos, durante 2013 e 2014, no Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo e da minha tese de doutorado defendida em 2010. Apresentaremos aqui dados recentes que foram publicados no relatório “Plano de Expansão de Vagas na EI, na cidade de SP (2013 – 2016). Problemáticas e Propostas” (site: [fmeis.wordpress.com/documentos/relatorio](http://fmeis.wordpress.com/documentos/relatorio)). Agradeco as companheiras da Comissão Gestora do FMEISF, pela determinação e disposição para o debate continuado desses e de outros pontos de pauta.

<sup>2</sup> Darcy Vargas, primeira dama em 1942, inaugurou esse órgão com o objetivo de ajudar às famílias dos soldados enviados à 2ª guerra mundial. Em 1979, o então presidente general Ernesto Geisel assina um novo Estatuto para a LBA (Decreto nº 83.148, 8/2/1979).

<sup>3</sup> Definimos como mães-crecheiras ou creches domiciliares aquela modalidade de atendimento em que mulheres cuidam de crianças em sua própria casa.

<sup>4</sup> A LBA foi extinta no início de 1995.

<sup>5</sup> Para saber mais: Tese de doutorado - Impactos do Auxílio Creche - Creches USP; Ana Maria de Araújo Mello e José Rezende Marcelino, FFLC/RP, USP, 2011.

## O direito da criança

A educação infantil passa a ser, portanto, um direito de toda criança e uma obrigação do Estado. Assim, a criança não é obrigada a frequentar uma instituição de educação infantil, mas sempre que sua família deseje ou necessite, o poder público tem o dever de atendê-la. Os anos seguintes foram anos de debates e de esforço de garantir os direitos para a infância brasileira. O debate sobre a quantidade e a qualidade de atendimento para a educação infantil consolidou-se (CAMPOS; ROSEMBERG, 2002; MEC, 2004). Dezenas de resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) diziam respeito à educação infantil, tratando de temas como diretrizes curriculares e formação de docentes da educação infantil (CNE/CEB, Nº 2 / 2001 e Nº 1 / 2002 e 2003). Outros pareceres também publicados pelo CNE trataram de assuntos como o currículo, a formação prévia e continuada, e também a supervisão de creches e pré-escola privadas ou sem fins lucrativos (CNE/CEB 34/2001).

As vantagens de se frequentar a educação infantil foram destacadas também em 2001 pelo Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 10.172/01). Mesmo considerados efeitos positivos o Plano foi organizado mais como uma “carta de intenções”, apesar das recomendações de uma educação infantil de qualidade e prioritariamente para as crianças sujeitas à exclusão ou vítimas delas, naquela oportunidade não houve destinação de verbas adicionais para a superação desse panorama, não se aprovou uma legislação que garantisse recursos para alcançar as metas do Plano<sup>6</sup>.

Muitos educadores e militantes paulistanos ficam intrigados com a enorme expansão da rede conveniada na cidade de São Paulo. Esse impacto se deve também ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb, Lei Nº 11.994, 2007) que, em 2007, incluiu a educação infantil nos repasses de recursos da União para os municípios, o que faz supor um crescimento das matrículas nessa etapa inicial da Educação Básica<sup>7</sup>.

## O Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo e ampliação de vagas

Desde a década 1990, o FEMEISP tem acompanhado o debate a respeito da necessidade de ampliar o número de matrículas na rede de São Paulo.

“A partir de 2014 representantes do Fórum integraram-se ao comitê de monitoramento do plano de expansão de vagas apresentado pela Secretaria Municipal de Educação ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Nesse período temos evidenciado nossa preocupação com relação à garantia dos direitos das crianças pequenas e dos bebês em frequentar instituições de educação infantil que garantam a qualidade e promovam uma proposta educacional que permita viverem plenamente suas infâncias com aconchego,

<sup>6</sup> Em 2006, o MEC, por meio da COEED/DPE, apresentou um documento denominado “Política Nacional de Educação - Infantil, pelo direito da criança de 0 a 6 anos à educação”. Esse documento sintetizou a história desse nível de educação nos últimos 30 anos e apontou diretrizes, metas, objetivos e estratégias.

<sup>7</sup> O Decreto Nº 6.253/2007 regulamentou o Fundeb. Em 2009, o MEC publicou as “Orientações sobre convênios entre secretaria municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta da educação infantil” (BRASIL, 2009).

segurança, afeto e experiências significativas permeadas pela brincadeira e as múltiplas linguagens tal como tem sido preconizado nas diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Nossa maior inquietação refere-se necessidade de garantir a expansão da oferta de vagas com qualidade baseando-se no que é explicitado nos documentos oficiais do MEC e nos indicadores paulistanos de qualidade para educação infantil” (Relatório Plano de Expansão, FEMEISP, p.1, 2016).

Sobre a história de convênios, e conforme descrevi acima, também entre os anos de 2014 e início de 2016 a SME garantiu a abertura de 88.288 vagas, majoritariamente por meio de convênios.

Atualmente a rede municipal de educação infantil é composta por:<sup>8</sup>

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL - CEI DIRETO	317
CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO - CEU	45
CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL INDIRETO	358
CRECHE PARTICULAR CONVENIADA	1.294
TOTAL	2.014
População abaixo de 3 anos (IBGE, 2015)	659 mil
Promessa Programa Nossa Creche - até 2020	+96mil - 60%
Previsão - Plano Municipal de Educação	75%

A inserção de 88.288 novas crianças e bebês muda de forma expressiva a rede de CEIs, configurando um cenário que merece ser analisado já que em grande expansão privada de oferta é possível um descuido nos diferentes aspectos que envolvem os critérios de qualidade para o cuidado e a educação infantil. Acaba de ser lançado um novo Programa Nossa Creche (3/3/2017) que promete 96 mil novas vagas, planejadas para ser inauguradas até 2020<sup>9</sup>.

Nas assembleias do FEMEISP, muitos profissionais têm explicitado que dezenas de unidades conveniadas são abertas ainda com recursos precários e sem nenhum processo de formação e planejamento dos profissionais para o início das atividades. Para acompanhar esse processo continuamos participando (Gestão João Doria) do Comitê de Monitoramento de Educação Infantil coordenado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É diante dessas e outras preocupações que consideramos fundamental ampliar o diálogo entre o FEMEISP, SME e o comitê de monitoramento de modo a encontrar alternativas para garantir que os direitos das crianças e dos bebês sejam efetivados.

Finalmente vale grifar que lutamos por creches públicas e de qualidade para todos os bebês abaixo de três anos, convindo todo(a)s camaradas a participarem da nossa campanha “Nenhum bebê em depósito!” (#nenhumbeemdeposito, facebook).

<sup>8</sup> Esses são os dados de 2016 retirados do site: [http://colgencimento.prefeitura.sp.gov.br/frmgerencia/](http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/Portals/MEISP/Numero-da-Secretaria-<a href=)NumeroSoordenador/a.aspx?cod=000000

<sup>9</sup> Vide mais informações: <http://mltas/nossacreche>



## O PAPEL DAS MULHERES NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA

Luiza Lins Veloso

Desde o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, o direito à moradia adequada, ou seja, o direito de ter um local adequado para habitar, com segurança, acesso aos serviços e equipamentos públicos, bem como respeito à intimidade, é reconhecido com um dos direitos humanos universais.

Paralelamente, o feminismo, existente desde o século XIX como um movimento político de busca pela igualdade de gêneros, ganhou importantes conquistas, dentre as quais o direito ao voto na maioria dos países ocidentais na década de 60.

Nesse contexto, de luta pelo reconhecimento da mulher como sujeito de direito, ficou claro que a moradia se apresenta como imprescindível não só como um direito humano universal e, portanto, fundamental, mas também como um instrumento para o exercício dos demais direitos e do efetivo alcance da autonomia da mulher.

Observa-se que, não raras vezes, os direitos à privacidade, à liberdade de ir e vir, à educação, à intimidade, à integridade física, e até mesmo à vida, são violados pela falta de moradia adequada, já que os maiores agressores e violadores dos direitos das mulheres ainda são seus pais, irmãos, maridos e companheiros que coabitam no mesmo local<sup>1</sup>.

Não se quer defender como recente a luta das mulheres pelo direito à moradia. Ao contrário, estudiosos apontam (SANTORO, 2008)<sup>2</sup> que a própria formação dos espaços urbanos, a urbanização, e a industrialização, aqui inserida a moradia, estão interligadas com as questões de gênero.

Assim, não são poucas as causas do envolvimento das mulheres na luta pelo direito à moradia adequada. Este é influenciado não só pelas diferenças salariais entre homens e mulheres que agravam a dificuldade de acesso ao capital e, conseqüentemente, à política vigente de mercantilização da habitação e da cidade, pela habitual precarização com o bem-estar e segurança da família, e pelo desejo de acesso à infraestrutura urbana e de ser reconhecida como pertencente à cidade, mas também está intimamente ligada à necessidade de saída (quando não expulsão) do ambiente agressor, de sua própria moradia.

Talvez por isso, cada vez mais comum encontramos hoje no Brasil movimentos de luta pelo direito à moradia, extremamente articulados, coordenados e formados somente

**Luiza Lins Veloso - Defensora Pública do Estado de São Paulo.  
Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanis-  
mo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.**

<sup>1</sup> Segundo pesquisa realizada, em 2015, pela Fundação Pro Paz Mulher do Pará, entre os agressores denunciados pelas mulheres no PPM ex-mandatos tiveram o número com 25,1%, seguidos de marido (23,1%, companheiro (11,3%), ex-companheiro (8,6%), ex-namorado (5,9%) e ex-cunhado (4,9%), seguido de outros agressores.

<sup>2</sup> [http://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2016/10/ABEP2008\\_1841.pdf](http://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2016/10/ABEP2008_1841.pdf)

LUZIA FOR  
MORADIA



TODO APOIO ALTA  
Pela Tarifa Zero

por mulheres<sup>3</sup>. É o caso da Frente Revolucionária Mulheres de Luta – FRML, do Movimento das Mulheres do Alenão – MMA, do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo – ASV<sup>4</sup> e tantos outros.

o principal bandeira a luta pelo direito à moradia tinham como objetivo inicial discutir a política pública habitacional no país, mas sim salvaguardar outros direitos constitucionalmente assegurados.

Esse é o exemplo do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MMMO que foi criado na cidade de Manaus, em 2002, com o objetivo de acompanhar as mulheres vítimas de violência doméstica. Dessa forma, durante o processo de luta identificou-se que a falta de alternativa habitacional era a principal causa de permanência das mulheres no ambiente agressor, tornando imprescindível a busca pela concretização do direito à moradia<sup>5</sup>.

Verifica-se, também, a partir da experiência do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que há quase 10 (dez) anos atua na defesa de famílias vítimas de despejos forçados, que a maior parte das ocupações urbanas são lideradas e coordenadas por mulheres. Alguns dos exemplos são as comunidades Jardim Panoram (Suzano/SP), Ocupação São João (centro da cidade de São Paulo/SP), Vista Linda (Bertioga/SP) e Jardim Pantanal (zona sul da cidade de São Paulo/SP).

Ressalta-se, ainda, a partir das experiências do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, em especial, com as comunidades Jardim Jaqueline e Vila Nova Esperança (ambas situadas na zona oeste da cidade de São Paulo/SP), que a participação feminina na luta pelo direito à moradia não se destaca somente pela quantidade de mulheres envolvidas como também pela qualidade do trabalho por elas realizado.

Vale dizer que a comunidade Vila Nova Esperança, existente desde 1960 e com ameaça de remoção desde 2002, ganhou força e visibilidade com a construção de horta comunitária e projetos para creche e campinho de futebol a partir do trabalho de sua coordenadora<sup>6</sup>.

O Jardim Jaqueline consolidado há mais de 30 (trinta) anos e hoje ocupado por cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) famílias, de igual modo, encontrou no engajamento das lideranças femininas a sua maior arma de resistência contra as ameaças de remoções e de concretização do projeto de regularização da área.

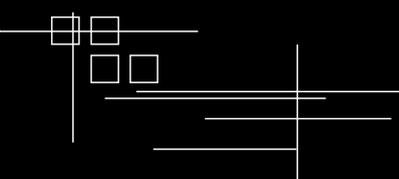
A toda evidência, o papel das mulheres na luta pelo direito à moradia possui qualificado destaque no cenário nacional, com influência na política pública habitacional vigente, sendo certo que as más condições de habitabilidade e a necessidade de ultrapassar os limites do espaço doméstico para o espaço público, associadas às inúmeras questões de gênero, são determinantes para o envolvimento dessas mulheres.

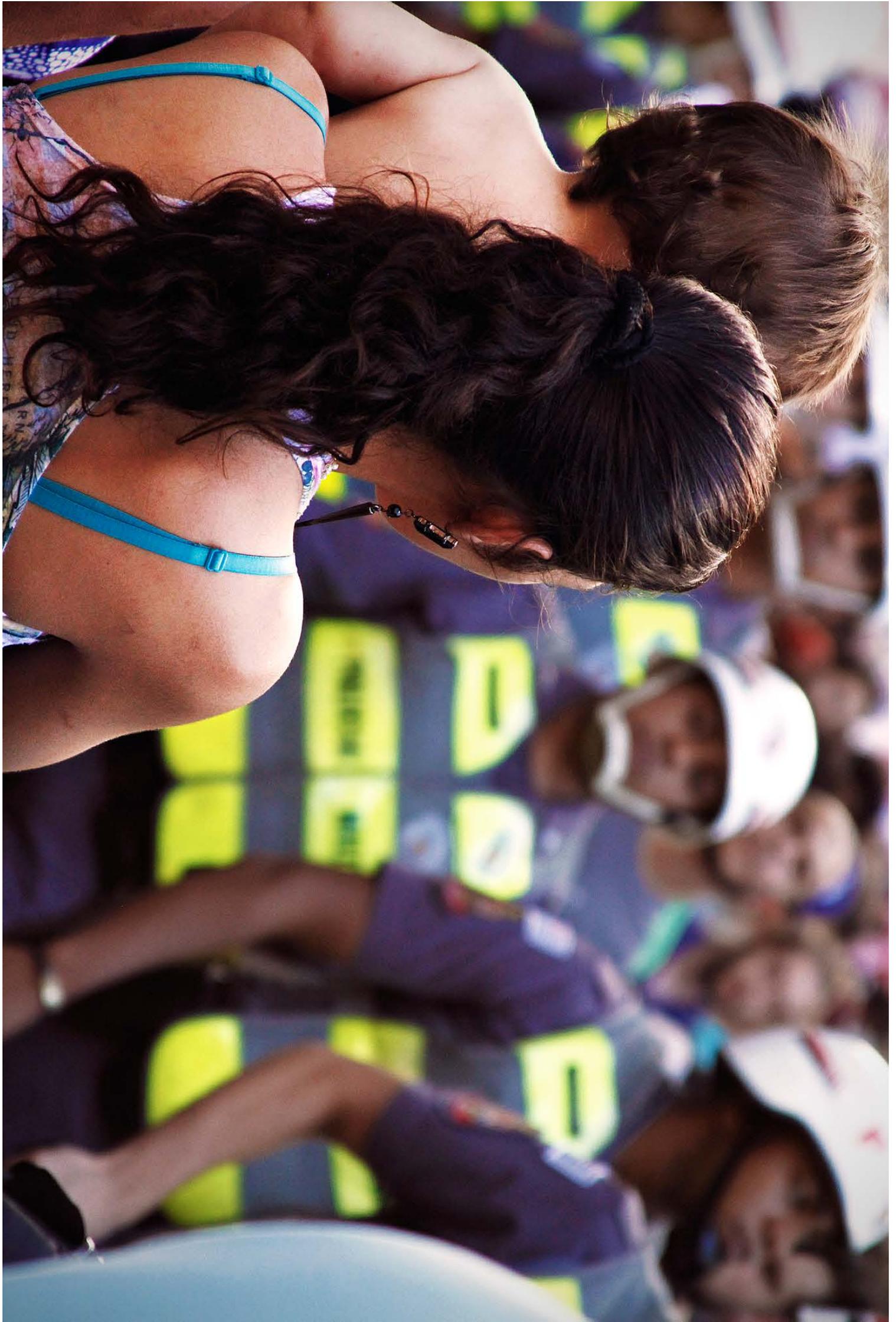
<sup>3</sup> <http://www.redebrasilajual.com.br/cidadania/2014/03/mulheres-cobram-politicas-e-protestam-contr-a-encontro-de-hadidad-com-habita-da-de-movimentos-4-03.html>

<sup>4</sup> [http://www.ig2013.uw2012/evntos-dipe.com.br/resources/anal/s/20\\_1373336184\\_ARQUIVO\\_TRABALHOOCOMPLETEOformato.doc.pdf](http://www.ig2013.uw2012/evntos-dipe.com.br/resources/anal/s/20_1373336184_ARQUIVO_TRABALHOOCOMPLETEOformato.doc.pdf)

<sup>5</sup> <http://www.urbbd.br/evntos/ll/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2108/744>

<sup>6</sup> <http://bkeellegal.com/noticia-comunitaria-faz-sucesso-na-favela-vila-nova-esperanca-sp/>







## O PESO DA VIDA URBANA SOBRE OS OMBROS DAS MULHERES E A DIMENSÃO DOS DESPEJOS FORÇADOS

Valéria Pinheiro

Aceitar escrever uma reflexão sobre o direito à cidade na perspectiva das mulheres torna-se um difícil desafio à medida em que paramos para pensar na multiplicidade e complexidade do tema. Mas também, justamente por isso, torna-se fundamental este exercício de sistematizar algumas ideias sobre ser mulher no espaço urbano.

Minha contribuição parte de ser uma mulher que vive na cidade, mas também de alguns bons anos de militância e estudos – no âmbito das ONGs, redes, fóruns e atualmente na Universidade – sobre planejamento urbano e movimentos sociais.

Observando este percurso, em meio a tantas lutas pelo direito à cidade, é das mulheres que lembro. É a imagem delas que sobressai quando penso nos atos, nas audiências, nas ocupações, nas reuniões de bairro, nos momentos mais extremos de violência sofridos.

Falar dos problemas urbanos e resistências é falar das mulheres, necessariamente. Para tanto, gostaria de partir de uma premissa: é impossível vislumbrar a diminuição das desigualdades socioterritoriais das cidades sem uma atuação incisiva nas questões de gênero<sup>1</sup>.

Todos e todas concordamos que o modelo de desenvolvimento urbano adotado no Brasil resultou em cidades com profundas marcas segregadoras, violentas e ambientalmente insustentáveis. Todas essas características impactam de maneira mais determinante a vida das mulheres.

A cidade é perversa especialmente para as mulheres ao restringir ou até bloquear o seu direito de ir e vir tranquilamente. Ônibus lotados, paradas longínquas, terrenos baldios, iluminação precária e ruas sem movimento são um risco real à sua integridade física. Dificuldade de acesso a escolas e creches, as longas horas nos hospitais e postos de saúde, o esgoto na porta de casa, acaretam mais entaves à sua rotina doméstica – já que o espaço da reprodução social continua, “por excelência”, sendo seu. Preferência na contratação de homens, salários mais baixos, assédio, tomam a rotina profissional também mais difícil para elas. Violência doméstica e violência urbana se somam a muitas das situações vivenciadas.

Poderíamos listar dezenas de aspectos que demonstram que a lógica segregadora

das cidades recai de maneira determinante sobre a parcela feminina. Mas gostaríamos de ilustrar nesse artigo a dimensão das remoções/despejos.

Em Fortaleza, a problemática do déficit habitacional aumenta exponencialmente, chegando em 2010 com 622 ocupações, 162.232 domicílios e 714.430 habitantes (aprox. 29% do total)<sup>2</sup>, demonstrando a completa ineficiência das políticas habitacionais e dos processos de planejamento urbano.

Em 2016, o Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB-UFCE) tomou a iniciativa de pensar a criação de um Observatório de Remoções em Fortaleza, dado o aceleramento e multiplicação de despejos ocorrendo na cidade, que guardam relação direta com grandes projetos urbanos, com a dinamização do circuito imobiliário e a valorização especulativa do solo urbano.

Assim, com a colaboração do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA) e do Núcleo de Habitação e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Ceará (NUHAM), foram realizadas coletas de dados sobre os atendimentos feitos por estes órgãos, bem como feitas conversas com movimentos de moradia e integrantes de ocupações urbanas<sup>3</sup>. A sistematização das informações colhidas diz respeito aos atendimentos feitos entre os anos de 2009 e 2016, no caso do EFTA, e de 2011 a 2016, no caso do NUHAM, os quais ocorreram em sua maioria em Fortaleza ou em municípios fronteiriços.

Durante o período de 2009 a 2016 foram identificados 192 atendimentos feitos pelo Escritório Frei Tito, que tem como questão ameaças de despejo ou remoções forçadas. Porém apenas em 149 deles havia informações de localização na cidade suficientes para serem mapeados e assim melhor interpretados. Entretanto, este total já representa uma média de mais de 20 casos por ano, número bastante elevado que confirma a relevância com que essa problemática vem atingindo a cidade e suas comunidades.

Também foram feitos cruzamentos dos casos mapeados com dados oficiais do poder público como o levantamento de assentamentos precários do PLHIS, denunciando a forte relação entre viver em assentamento precário e sua insegurança de posse. Da mesma forma, a relação com as transações imobiliárias, reveladas pelos dados do ITBI de 2009 a 2016, revela uma conexão direta entre as remoções e os interesses do setor imobiliário à medida que estas se concentram nas regiões com o maior número de transações, notadamente na região sudeste da cidade, estruturada por significativo vetor de expansão imobiliária.

Análises ainda bastante preliminares do material geoespacial até aqui produzido apontam que somente cerca de 39% dos casos mapeados de despejo tiveram ordem judicial clara, e o que é mais grave, que em 45% deles houve algum tipo de violência. Importante relatar

<sup>1</sup> Do mesmo modo a questão étnico-racial não pode ser tratada como secundária. É, como gênero, estrutural.

<sup>2</sup> Dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

<sup>3</sup> Somase a isso a aproximação junto ao Projeto Observatório de Remoções desenvolvido pelo LabCidade e pelo LABHAB da Universidade de São Paulo, e pela UFABC.

também que apenas 13 dos 149 casos especializados tem algum apoio de movimento social ou associação comunitária, o que pode significar uma baixa articulação das ocupações em Fortaleza. (informações extraídas do relatório elaborado pela equipe do LEHAB em dezembro de 2016)

Infelizmente, os dados levantados pelo LEHAB-UFC não revelam. Os dados da Prefeitura também não. A abordagem da imprensa não revela. Mas a dimensão de gênero não poderia estar mais presente do que quando falamos de remoções/despejos.

As mulheres diferem dos homens no seu acesso e controle sobre os recursos produtivos – terra, capital, trabalho, tecnologia – necessários à produção da habitação. Ser vítima de uma remoção forçada espelha o conjunto dessa desigualdade que estrutura a sociedade e organiza a cidade, determinando que espaços cada um pode ocupar. A experiência do despejo coloca sobre as mulheres uma sobrecarga de preocupação, responsabilidade e problemas que, somados aos pesos já relatados do cotidiano da vida urbana, parece insustentável. Isso ocorre por causa da desigualdade histórica entre homens e mulheres e isso limita suas possibilidades de superação dos problemas.

Ao pensar nas resistências, também são as figuras femininas que as protagonizam. Quem coloca o seu corpo inteiro na luta é a mulher. Na disputa pela manutenção da família, no cuidado com os filhos, na demanda por políticas públicas, nas barricadas, nas longas e cansativas reuniões com poder público, com o movimento....

Mas nas instâncias de representação, ainda persiste a maioria masculina. Nos espaços de poder e de visibilidade, o homem surge e domina. Por isso mesmo a pouca ou nenhuma expressão das dimensões das políticas urbanas a partir das mulheres, pauta que não se debate e muito menos se concretiza.

Assinalamos então o desafio de assegurar às mulheres visibilidade histórica, força política e condições materiais, afirmando-as como sujeitos sociais coletivos da luta pelo direito à cidade e encarando a questão da divisão do poder e, necessariamente, dos privilégios que os homens têm com a conservação dessa estrutura.

Para tanto o enfrentamento deve se dar na esfera da formação, da participação política efetiva e da incidência real em políticas públicas. A preferência da titularidade feminina nos processos de regularização fundiária e/ou de habitação de interesse social é um exemplo de vitória do movimento urbano que avança no sentido da proteção da mulher. Mas é muito pouco diante das enormes desigualdades.

Que procuremos desenvolver o olhar para as políticas urbanas sob a perspectiva de gênero nos espaços em que participamos, seja na Universidade, nos movimentos, nas redes e fóruns.

**Irene Maestro - Militante do movimento Luta Popular, advogada, mestre em Direito Político e Econômico e pesquisadora da UFABC no estudo da demanda de regularização fundiária do Programa Papel Passado junto ao Ministério das Cidades.**



## O PAPEL HISTÓRICO DAS MULHERES NAS LUTAS TERRITORIAIS

Irene Maestro

A história que forja a constituição do povo pobre e trabalhador de nosso país é criada pela opressão e o genocídio sobre os povos tradicionais que aqui estavam antes do “descobrimento”, pela escravização da população negra trazida da África e pelo estupro que nos “miscigenou” ao brancos colonizadores. Esses elementos se perpetuam até os dias de hoje sob novas formas - não tão modificadas<sup>1</sup> - e marcam a construção e a diversidade das formas de resistência que aqui ocorrem por meio da disputa pelo território.

Os números ostentados pelo Brasil são de país em situação de guerra declarada<sup>2</sup> e genocídio<sup>3</sup>, segundo a própria ONU. Nesse sentido, podemos dizer que existe propriamente uma guerra “velada”: a guerra entre as classes sociais. Há mais de 500 anos diversas lutas se desenvolvem frente à espoliação e ao subjugamento do capitalismo impõe sobre nossas vidas. Alguns grandes pilares da reprodução do capitalismo caracterizam a nossa formação enquanto sociedade, tais como o latifúndio, a especulação imobiliária e o racismo, a polícia como braço armado de repressão e “contenção”, entrelaçados com o racismo e o patriarcalismo. O enfrentamento a essas formas sociais foram e seguem sendo única saída para buscar uma vida mais digna por parte dos setores mais superexplorados, criminalizados, precarizados.

Nos últimos anos vimos se desenvolverem políticas calcadas na perspectiva de construir uma conciliação e estabilidade sociais. Mas esta tentativa de harmonizar opostos inconciliáveis do que chamamos de “luta de classes” não pôde – nem poderia – ser capaz de transformar estruturalmente a sociedade brasileira, e por isso mesmo, os problemas seguem se reproduzindo<sup>4</sup>. Se a situação já vinha piorando, agora, com a crise econômica que vivemos e que se intensifica, podemos dizer que a situação das trabalhadoras e trabalhadores vai piorar e os conflitos sociais irão se acentuar.

Contudo, se é certo que não é de hoje que cotidianamente os oprimidos lutam contra

esse sistema que mercantiliza suas vidas, também é certo que, anterior à luta sindical mais “tradicional” entre a “esquerda”, existe a luta relacionada com a organização no território, marcada pelo protagonismo das mulheres não brancas. Dos quilombos aos le-vantes e retomadas indígenas, passando pelas ocupações de terra no campo e na cidade, até às mães que lutam por justiça por terem a vida de seus filhos ceifadas pela polícia, podemos afirmar que as mulheres cumprem um papel fundamental nos territórios onde estão inseridas e que ajudam a organizar e mover para que elas, seus filhos e sua comunidade possam ter melhores condições de vida.

Trata-se da existência de experiências radicais, forjadas “de baixo”, baseadas na luta direta e na independência frente à classe dominante e aos governos que a sustentam. Podemos ver isso nas retomadas dos territórios originários pelos Guarani Kaiowá, que se organizam por meio da Aty Guasu (Grande Conselho), que possui uma Aty Cunhangue (que significa algo como “mulherada”), onde as decisões últimas são tomadas a partir da voz das mulheres. Também vemos isso nas revoltas que eclodem nas periferias das grandes metrópoles na luta contra os assassinatos cometidos pela polícia com as mulheres à frente das manifestações que estamos vendo fervilhar há décadas, cada vez mais nos morros e favelas. Admiramos-nos com a força e a irreversibilidade das estudantes ocupando as escolas e se destacando no movimento secundarista da periferia pelo discurso contra o machismo, reivindicando e provando seu papel nessas mobilizações. Ainda, vemos isso cotidianamente nas ocupações urbanas, para as quais a população pobre das cidades, com seus míseros salários, são empurrados como alternativa para sobreviver, e onde existe notadamente um forte predomínio das mulheres. E são extremamente significativas as cidades auto-organizadas no México, como Cheran, onde as mulheres expulsaram policiais, políticos e traficantes<sup>5</sup>.

Se as mulheres são duplamente oprimidas pela exploração do trabalho e pelo machismo (inclusive entre seus pares), também transformam com mais ímpeto sua dor em luta por outro futuro. Na conjuntura política e econômica atual é inevitável a visibilidade que as mulheres têm conquistado – vide, recentemente, a maior marcha da história dos Estados Unidos, com quase 3 milhões de pessoas, organizada pelas mulheres, bem como as manifestações na argentina por “Ni una a menos”, e também as manifestações de mulheres no Brasil no último período, bem como ascenso do movimento negro com uma retomada da afirmação da identidade e cultura negras “crespas” e “Black power”, com caráter profundamente político.

Acreditamos que as mulheres terão ainda mais um papel fundamental para contribuir com a canalização da insatisfação (e ódio) que existe entre aquelas e aqueles que são mais atacados e “espremitados” por esse sistema, bem como contribuir com a unidade necessária “entre os de baixo” para que erigir a força que poderá “derrubar os de cima”. Ou seja, acreditamos que as mulheres têm um papel fundamental para reconstruir o tecido que constitui a classe trabalhadora, que o machismo e o capitalismo tratam de dividir.

<sup>1</sup> A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. 56 mil pessoas são assassinadas anualmente. Mais da metade são jovens e destes, 77% são negros e 93% do sexo masculino (Fonte: Mapa da Violência 2016). Destaque-se o aumento da violência contra mulheres negras, cujos homicídios aumentaram em 54% nos últimos 10 anos (Mapa da Violência 2015). Entre 2003 e 2015, 742 infantes foram assassinados, média de 57 por ano (Fonte: plataforma OACI – Cartografia de Ataques contra Indígenas). A cada dia, pelo menos 9 pessoas foram mortas por policiais no Brasil em 2015 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública). O Brasil hoje é o terceiro ou quarto país que mais encarcerou no mundo (CIV).

<sup>2</sup> Segundo cálculo comparativo feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com países como Iraque e Síria, e segundo os dados analisados a partir do Mapa da Violência pelo Instituto Gledes que afirma que os fatos vivenciados no Brasil se encaixam nas previsões da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.

<sup>3</sup> Relatório para a ONU sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, 2016.

<sup>4</sup> Note-se que os dados apresentados, relativos aos assassinatos de indígenas e da população preta, bem como do encarceramento, são todos de 2003 em diante, e todos apresentaram um aumento/piora.

<sup>5</sup> Fonte: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37643745>





Lúcia, moradora da Ocupação Esperança no 8 de março de 2016

A Ocupação Esperança, localizada na região metropolitana de São Paulo, é um pequeno embrião dessas experiências que buscam, a partir da luta feminista, unificar os moradores e moradoras da ocupação para fortalecer as lutas pela moradia e, mais que disso, por uma radical transformação social.

Em agosto de 2013, quinientas famílias organizadas pelo movimento Luta Popular<sup>6</sup> ocuparam um terreno abandonado há mais de 30 anos para dar início à luta por uma moradia, numa das regiões mais pobres da cidade de Osasco. Como ocorre na maioria das ocupações por terra, a presença de mulheres é majoritária. Isso acontece possivelmente pelo fato de que, na sociedade machista em que vivemos, existe uma construção social que determina às mulheres o papel de prover a reprodução da vida, sendo responsáveis pelos trabalhos domésticos e cuidados com a família. Nesse sentido, não é de se esperar que as mulheres assumam com força a luta por moradia, visto que o “lar” é o espaço para o qual são consideradas elemento fundante. Além disso, outros elementos reforçam a presença massiva de mulheres em ocupações. A divisão sexual do trabalho somada às condições sociais fazem com que, muitas vezes, as mulheres com menor qualificação profissional e acesso à educação, tenham mais dificuldade de acessar o mercado de trabalho – ocupado massivamente por seus esposos e filhos de forma precária desde muito jovens – e assumam o papel de “donas de casa”, enquanto seus maridos trabalham fora. Além disso, os menores salários, a “solidão da mulher negra” e a condição de “mãe sol-

teira”, que tem que se virar para obter alguma renda e criar seus filhos, levam muitas mulheres a engrossarem os batalhões de “sem teto” e “sem terra” de ocupações, como alternativa para sua sobrevivência.

Fato é que as mulheres são inegáveis sustentáculos das ocupações. Seja na manutenção do seu dia-a-dia, quando moradores e moradoras saem para trabalhar, seja na disposição de enfrentamento no processo de luta por uma política habitacional à frente das passeatas e na mobilização da comunidade, as mulheres organizam as ocupações, são ativas nos seus mutirões, cozinhas coletivas, atividades e cuidado com as crianças (não apenas suas, mas também das que trabalham e precisam da solidariedade das demais – fato que tem um notável papel político na ausência de políticas públicas que garantam creche), e dinâmicas de autoconstrução e manutenção cotidiana. Na Ocupação Esperança não foi diferente.

Contudo, diante do reconhecimento dessa realidade de fato e na busca por enfrentar tanto as contradições dos papéis socialmente impostos pelo sexismo, quanto os obstáculos vividos para que as mulheres possam romper barreiras para seu desenvolvimento pessoal e político, o movimento Luta Popular deu início a um trabalho com as “mulheres da esperança”. Nosso objetivo era fortalecer as mulheres para fortalecer a luta da ocupação de conjunto, de modo fazer da Esperança um polo de resistência no território, cuja concepção de auto organização e combatividade pudessem ser “espelho” para outros bairros e comunidades, e assim, fortalecer a luta popular nas periferias.

A concepção de organização do espaço e da luta foi sendo construída coletivamente e se baseia: na organização de base, acreditando na força do povo unido; na autonomia e independência, sem “rabo preso” com quem possa ter “interesses outros” na nossa luta; na democracia interna, com a tomada de decisões em assembleias onde todos tem voz e voto, antecedida de debates nos “setores” da ocupação para uma apropriação real dos temas; na perspectiva de desconstrução da separação entre trabalho manual e intelectual (“quem faz decide, e quem decide faz”), na luta direta como mecanismo para pressionar por avanços nas demandas concretas; por fim, no combate a toda forma de opressão entre nós, tais como o machismo, o racismo, a homofobia e outras formas de preconceito.

Para que isso pudesse se tornar realidade passamos a nos organizar por meio das reuniões das “mulheres da esperança”, onde buscamos compreender juntas o que é o machismo, como ele se reforça com o racismo, as regras de beleza “branca e lisa”, a violência contra a mulher, as dificuldades no mercado de trabalho e a “libertação” da patroa à custa da liberdade da mulher negra e pobre, a sobrecarga das tarefas domésticas, as políticas públicas que nos são negadas, o genocídio da polícia, etc.

O fortalecimento da autoestima, a solidariedade e apoio entre as mulheres e a identificação das dificuldades à combater fez com que avançássemos para construir esse debate junto aos homens, na medida em que queremos que os homens também compreendam como o machismo prejudica o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. Juntos, percebemos que precisamos da nossa união para transformar as coisas e que o “direito” que queremos “arrancar” é maior que o “direito à moradia”, mas é a possibilidade de organizarmos nossas próprias vidas, nossas comunidades, nossa sociedade inteira de outra forma. E isso só será possível com as mulheres.

<sup>6</sup> <https://www.facebook.com/lutapopular/>

Por isso, na Ocupação Esperança, lugar de mulher é na luta! Lado a lado com todos os seus companheiros. Por que as mulheres pobres, pretas, periféricas sempre trabalharam, sempre estiveram no “espaço público”, sempre tiveram a força que a sociedade lhes obrigou a ter para a labuta diária de existir. Por isso, o “debate de mulheres” desenvolvido se deu no sentido de unir e fortalecer “os de baixo”, combatendo o machismo que tomam a vida ainda mais dura para as mulheres e colocando essa responsabilidade também para os homens. Nesse sentido, reorganizamos as divisões de tarefas coletivas, com homens ajudando na cozinha e mulheres ajudando nas vigílias noturnas; a presença das mulheres na resolução de quaisquer tipos de conflitos passou a ser obrigatório; nossa forma de trato uns com os outros passou a ser discutida para que pudéssemos todos nos respeitar cada vez mais; e assim, as mulheres sentiram-se mais fortalecidas para expor suas posições e construir uma luta unitária “contra o sistema” e contra o machismo e o racismo.

Assim, o movimento foi construindo uma concepção de feminismo a partir “das de baixo”, bem expressa no manifesto do Abayomi Cabeleireiros (iniciativa surgida das “mulheres da esperança?”), que diz: “Nosso feminismo é aquele que pisa o chão de barro, que sai de dentro das cozinhas dos barracos nas vielas das periferias, que se contrapõe ao peso do cartão do ponto da mulher que trabalha pra sobreviver, que sai da boca das mulheres que nunca foram consideradas ‘sexo frágil’ porque sempre suportaram a carga da exploração dos poderosos; que fala com aquelas que não se encaixam nos padrões de beleza que imperam e que sabem que ruim não é nosso cabelo, nem a cor da nossa pele, mas o racismo e o racismo que nos subjagam”.

Evidentemente essa experiência possui contradições, que são próprias de quem está inserido nesta sociedade e que só poderá se libertar delas sob outra forma de sociabilidade, mas podemos dizer que na Esperança o machismo é assumido como uma bandeira de luta, que perpassa constantemente as discussões sobre os rumos, ações e formas de atuação. Esse pequeno espaço de construção de poder popular é embrião do tipo de experiências que apostamos na “disputa pelo futuro”.

Hoje, após três anos e meio de luta e de um grave incêndio que destruiu quase metade dos barracos da ocupação<sup>8</sup>, a comunidade está construindo um bairro popular, cujo território é fruto das conquistas da luta. Está sendo reorganizado o espaço físico e sua “urbanização”, será construída uma creche e um centro cultural, e todas as famílias que perderam tudo já estão abrigadas com suas casas reconstruídas. Se nós – trabalhadoras e trabalhadores - organizamos uma comunidade, decidindo juntos cada rua, cada praça, cada via, cada barracão coletivo, cada atividade, cada desafio do cotidiano, sem dinheiro nem “estruturas burocráticas”, apenas com nossos braços dados e o apoio daqueles que acreditam na nossa luta, porque não podemos organizar nossos bairros e até nossa sociedade inteira?

Muitas experiências como as da Ocupação Esperança existem. Muitas não conhecemos, muitas estão por vir. O território é uma dimensão estratégica da “luta de classes”, pois qualquer processo que queira revolucionar social e politicamente nossa sociedade

só acontecerá se trouxer consigo essas lutas que se organizam territorialmente (para além da também imprescindível luta no espaço de produção), nos espaços onde aquelas e aqueles que precisam dessa transformação radical reproduzem suas vidas.

<sup>7</sup> Facebook: <https://www.facebook.com/abayomicabeleireiras>

<sup>8</sup> <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/incendio-atinge-favela-em-osasco-na-grande-sp.html>

**Danielle Cavalcanti Klintowitz** - É arquiteta, mestre em urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) e Doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Trabalha com elaboração e avaliação de políticas públicas na área de desenvolvimento urbano e habitação. Especialista em Habitação de Interesse Social, participou da equipe de elaboração do Plano Nacional de Habitação do Brasil (PlanHab) e coordena de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), Planos Diretores Municipais e Planos Regionais de Desenvolvimento Urbano. Atualmente é coordenadora de projetos da área de Urbanismo do Instituto Pólis. Mili-tante convicta do Direito à Cidade e do Direito à Moradia.





## O LUGAR DAS MULHERES NAS RUAS E PRAÇAS SUSPENSAS DAS FAVELAS BRASILEIRAS

Danielle Cavalcanti Klintowitz

Nas densas favelas das grandes metrópoles brasileiras onde a maioria das moradias é precária e os equipamentos de lazer são raros, a rua toma-se um espaço fundamental para o desenvolvimento de atividades sociais. Na favela as categorias casa e rua, não se apresentam como dois universos distintos. Como analisa Roberto da Matta (1997), a separação entre a casa e a rua é mais fluida, as fronteiras oscilam e são mutáveis, dependem dos usos e apropriações que podem se modificar no decorrer do dia. Nestes territórios a rua é parte essencial da (con)vivência cotidiana.

As crianças são grandes protagonistas da vida urbana no universo da favela apropriando-se e reestruturando lugares para suas atividades por meio de maneiras de fazer próprias. Estas crianças não têm quintais e playgrounds onde brincar. As quadras existentes nas comunidades estão, na maior parte do tempo, ocupadas com atividades que exigem inscrições prévias. Então, apropriam-se dos becos e os transformam em seus espaços lúdicos espontâneos e informais, reconstruindo lugares para suas brincadeiras por meio de táticas infantis. Da mesma maneira, observa-se uma grande interação entre os homens adultos e a rua em suas práticas de lazer, nos jogos de domínio, nas mesas de bares e nas conversas nos degraus das casas que ocupam parte das ruas.

Para as mulheres estes espaços, no entanto, representam, muitas vezes, o espaço dos afazeres cotidianos. Enquanto crianças brincam e homens jogam, mulheres lavam roupas nos degraus de suas casas que, por sua vez, estão sobre os becos espremendo-os. Esta atividade atrapalha o percurso dos transeuntes, ao mesmo tempo que constrange as moradores que precisam realizar algumas atividades domésticas nos espaços públicos, pois o espaço de suas casas não comporta tais atividades. O exercício de atividades íntimas como lavagem de roupas, ainda que propiciem alguma sociabilização, não são atividades impessoais, pelo contrário, a presença de pessoas estranhas tende a inibir aquelas, geralmente mulheres, que desenvolvem estas atividades (ANDRADE, 2002). Para estas mulheres, a falta de privacidade não tem o mesmo significado que sociabilidade. A realização de certos afazeres domésticos na rua revela apenas a precariedade das condições de habitabilidade e não um “bom” uso dos espaços públicos, que nestes casos são privatizados para funções particulares e íntimas.

É interessante observar como a apropriação do espaço público na favela é tolerada para certo tipo de utilização e em outros não. A mesa colocada no meio da passagem para o jogo de cartas dos homens ou o jogo de bola das crianças não parece causar tantos desagrvos como a utilização do espaço para atividades domésticas. O direito à rua,

ou o direito à cidade, na favela parece ter regras que acolhe o exercício das atividades coletivas, mesmo que as mesmas estejam privatizando o espaço ou dificultando o fluxo, sendo entendidas como pertencentes à esfera de vida pública. Seu desempenho em locais públicos traz até certa identidade para o território. Mas as atividades pertencentes estritamente à esfera de vida privada não são bem aceitas nos espaços públicos, mesmo que as casas não permitam que estas atividades sejam feitas no espaço da moradia (KLINTOWITZ, 2008).

A diferenciação entre o espaço da rua e da casa é, de certa maneira, essencial para manutenção da rede de relações que se dá em um e no outro espaço. A rua polariza um conjunto de relações sociais que se opõem à casa. É o mundo das relações contratuais que regem o convívio e a interação daqueles que não têm laços de parentesco. A rua, domínio público por excelência, é o lugar onde se dão as relações mais formais, expostas e visíveis (SANTOS, 1985; DAMATTA, 1997; KLINTOWITZ, 2008). No entanto, por causa da precariedade das casas, que não propiciam o espaço apropriado para certas atividades, e das relações de gênero estabelecidas, as mulheres acabam sofrendo mais consequências e tendo menos direito ao uso da rua.

O processo de verticalização nas favelas das grandes cidades brasileiras gerou, assim como em muitas periferias brasileiras, uma paisagem que já se compõe, em quase todos os setores, mais por edificações verticais do que horizontais. Nesta nova paisagem, as lajes tomaram-se territórios fundamentais no universo da favela. Além de serem utilizadas cotidianamente para as mais diversas funções, as lajes são, hoje, elementos que compõem a identidade da paisagem das favelas, apresentando invariavelmente nas representações e ilustrações feitas de seu território por crianças e adultos. A verticalização e a multiplicação das lajes na paisagem das favelas decorrem de um profundo processo de adensamento construtivo que tem exacerbado, cada vez mais, a forte deterioração da qualidade de vida pública. O solo da favela está quase todo ocupado, quase não há espaço para as brincadeiras das crianças, para as conversas fiadas, para as festividades familiares, apenas os estreitos becos subvertidos em espaços de convivência.

Ao mesmo tempo, este processo de verticalização retira parte das habitações do solo e, por conseguinte, parte da convivência entre a casa e a rua, o que modifica os modos de vida da comunidade, já que em favelas extremamente densas a rua tem um papel fundamental no cotidiano, sendo, em muitos casos, quase um prolongamento do habitat. Neste contexto, o distanciamento entre a casa e a rua é muito significativo e gera transformações na comunidade, que passa a inventar novos modos de “prolongar” o espaço do habitat, agora, alguns metros acima do chão.

Ante a falta de espaço e do concomitante surgimento desta uma nova figura espacial - a laje - que se destina, em um primeiro momento, à construção de um novo pavimento, recupera-se o espaço livre perdido no solo. Às vezes, este solo recuperado nas lajes funciona como espaço do convívio e lazer familiar e coletivo, mas, em muitos momentos, adquire também um caráter público no exercício de funções como circulação ou lazer. Adultos e crianças fazem da laje um espaço alternativo para a falta do espaço público, como no caso das brincadeiras. A laje transforma-se em uma recriação do solo que oferece grandes possibilidades de publicidade, trata-se de uma (re)invenção da praça. Aparece uma nova figura espacial na cidade, a praça recriada: a laje-praça (KLINTOWITZ, 2008).

A laje torna-se praça quando assim é usada e volta a ser apenas uma cobertura quando deixa de ser usada como tal. Trata-se de uma apropriação e modificação “de ocasião”, que só transforma o locus em “lugar praticado” quando usado, voltando a ser apenas suporte físico quando se cessa a ação pública nele exercida. Então, o que dá a “parcialidade” ao lugar é a ação sobre ele desenvolvida. Quando não há uma ação como esta, a laje deixa de ser praça. Portanto, a laje, esta nova figura espacial da cidade informal contemporânea, pode ser entendida como praça, em certos momentos, por causa de sua peculiar capacidade de desenvolver diferentes “praxialidades”. Um dos fatores primordiais que possibilita que a laje seja entendida como uma forma urbana mais próxima da praça do que de um espaço doméstico como o quintal é o fato de a laje estar exposta à rua. A laje é um espaço que pertence muito mais ao universo social da rua do que da casa. Apesar de sua acessibilidade física restrita, visualmente está mais conectada ao espaço exterior do que ao espaço interior (KLINTOWITZ, 2008).

A visibilidade pública promove uma sociabilidade específica com a rua que permite que as brincadeiras, churrascos e encontros, em certos momentos, não permaneçam exclusivamente na esfera de vida privada, porque, mesmo que os participantes do evento não possam ser ouvidos, sempre podem ser vistos e sabem disso, diferente do que acontece no quintal onde se está isolado, normalmente entre muros, dentro do lote privado. Sobre as lajes não se tem “direito a invisibilidade”, sempre se está exposto.

Para as mulheres, no entanto, a praça-laje é, muitas vezes, motivo de constrangimento, ao precisarem fazer seus afazeres cotidianos aos olhares de todos. O fato de o espaço da laje-praça estar exposto retira as relações que nele se estabelecem, do âmbito exclusivo da esfera de vida privada. Santos (1985, p. 49-50), argumenta que da casa olha-se para rua, que, sendo pública, é de todos. A vista do quintal deve ser, em contrapartida, limitada ao nosso quintal, pois, a materialidade dos anteparos (muros, cercas vivas, trepadeiras etc.) expressa o direito a uma relativa invisibilidade. Estas fronteiras do respeito mútuo unem e separam ao mesmo tempo, e no quintal se expõe uma dimensão da vida cotidiana que é recorrentemente escondida.

Apesar da publicidade das lajes, de uma forma geral são esses os ambientes que os habitantes da favela utilizam tanto para a socialização como para o desenvolvimento de atividades domésticas. Nas favelas onde praticamente não há quintais e as lajes funcionam também como “novos quintais suspensos”. Nelas as crianças brincam enquanto as mães lavam roupas. Mas estas atividades mesmo que domésticas e pertencem à esfera de vida privada, estão sempre expostas aos olhos da rua. Nas lajes-quintais não se pode esconder. Como nem nos novos quintais se tem o direito à invisibilidade que se tem nos quintais tradicionais, não causa estranheza que muitas atividades domésticas sejam desempenhadas nos becos, onde estão os caminhos e olhos de todos, afinal nas lajes-quintais também se está exposto aos olhos de todos. Ao mesmo tempo, quando as atividades domésticas são desenvolvidas, como a lavagem de roupa, a praxialidade desaparece e o espaço da laje volta a ser o prolongamento do espaço doméstico.

Nos domingos de sol quando as lajes estão todas ocupadas, verifica-se uma vivência do território que deixa de se passar só no solo e acontece também alguns metros acima. As músicas confundem-se, os cheiros fundem-se, as conversas misturam-se. Estes encontros nas lajes representam uma parte significativa das atividades de lazer e recreação

desenvolvidas na favela. As lajes são os espaços da brincadeira infantil, dos encontros familiares, das festas comunitárias, das rodas de samba e pagode, das reuniões das associações e, ainda, são os mirantes.

Contudo, às mulheres os espaços das lajes representam tradicionalmente, em grande parte do tempo, o prolongamento do espaço da moradia precária. Os usos e vivências são muito regulados por diferenças de gênero e às mulheres restam as atividades domésticas. Mas, assim como na cidade contemporânea criam-se e recriam-se formas urbanas onde se pode exercer novas ou tradicionais práticas sociais, o espaço público também se recria, seus usos se modificam e novas práticas e apropriações dos espaços pelas mulheres vão se construindo. A rua e a laje vão passando a ser o espaço do exercício do direito à cidade como tem sido para tantos homens e crianças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Luciana da Silva. Espaço Público e Favelas: Uma Análise da Dimensão Pública dos Espaços Coletivos Não-edificados da Rocinha. Tese de Doutorado – UFRJ / Inst. De Geociências, Rio de Janeiro: 2002.
- DAMATTA, Roberto. A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- KLINTOWITZ, Danielle Cavalcanti. A (Re)invenção da Praça: A experiência da Rocinha e suas Fronteiras. Dissertação de Mestrado. Campinas, PUC/CAMP: 2008.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos (coord.). Quando a Casa Vira Rua: A apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Centro de Pesquisas Urbanas, 1985. 3a. edição.



## DO LAR ÀS RUAS: PIXO, POLÍTICA E MULHERES

Dayse Porto

Luana Xavier Pinto Coelho

Maria Eugenia Trombini

Rafaela Pontes de Lima

### 1. Política, primavera e resistência

Em carta a João Doria (PSDB-SP), eleito em 2016, prefeito da cidade de São Paulo, um pixador, integrante de grupo que organizou, ações de oposição à “campanha” contra a pixação empreendida pelo prefeito no início deste ano, questiona: “O senhor declara o combate à pixação<sup>1</sup> por ser uma agressão à cidade, mas não pensa em garantir uma cidade menos agressora a seus moradores?”.

A indignação manifestada pelo pixador traz em si críticas à política urbana e ao modelo de cidade do qual parte a gestão Doria, que se elegeu sob o slogan “Não sou político, sou gestor”. Assim, a pixação aparece como instrumento de denúncia às agressões da cidade a seus moradores, manifestada não necessariamente no conteúdo dos pixos, mas no próprio ato de se fazer ver e ocupar, não com o corpo, mas com a arte, enquanto exteriorização da subjetividade humana, espaços urbanos de que, via de regra, são excluídos. Dentre as minorias, marginalizadas e segregadas dentro do espaço da cidade, destacam-se as mulheres. Para esse grupo historicamente confinado ao espaço privado, o pixo possui um significado especial, uma vez que rompe com a espacialização a que se condiciona o gênero feminino, que passa a ocupar, através da arte, o espaço público das ruas. Na problematização sobre a dualidade público-privado, soma-se aos estereótipos de gênero vigentes associados às mulheres a divisão sexual do trabalho, que atribuiu às mulheres a dedicação prioritária à vida doméstica e colaborou para que a domesticidade feminina fosse qualificada como um traço natural e como um valor regulador para comportamentos desviantes.

Ainda em 2015, o Brasil viveu o que os meios de comunicação de massas chamaram de “primavera das mulheres”, quando se disseminaram por todo o país, de forma mais ou menos espontânea, manifestações de mulheres com pautas relacionadas à temática de gênero. Mulheres de todo o país ocupam ou voltam a ocupar, literalmente, com seus

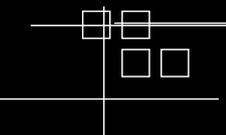
<sup>1</sup> A grafia da palavra pixação com “x” está diretamente relacionada com a experiência da prática na rua e indica um ato consciente para diferenciar a pixação do sentido que é atribuído ao termo “pichar” no dicionário.

**Dayse Porto - Comunicadora popular da Terra de Direitos**

**Luana Xavier Pinto Coelho - Advogada popular da Terra de Direitos**

**Maria Eugenia Trombini - Advogada popular da Terra de Direitos**

**Rafaela Pontes de Lima - Advogada popular da Terra de Direitos**



Respeita  
as minhas!!

15



periferia segue  
danzando...

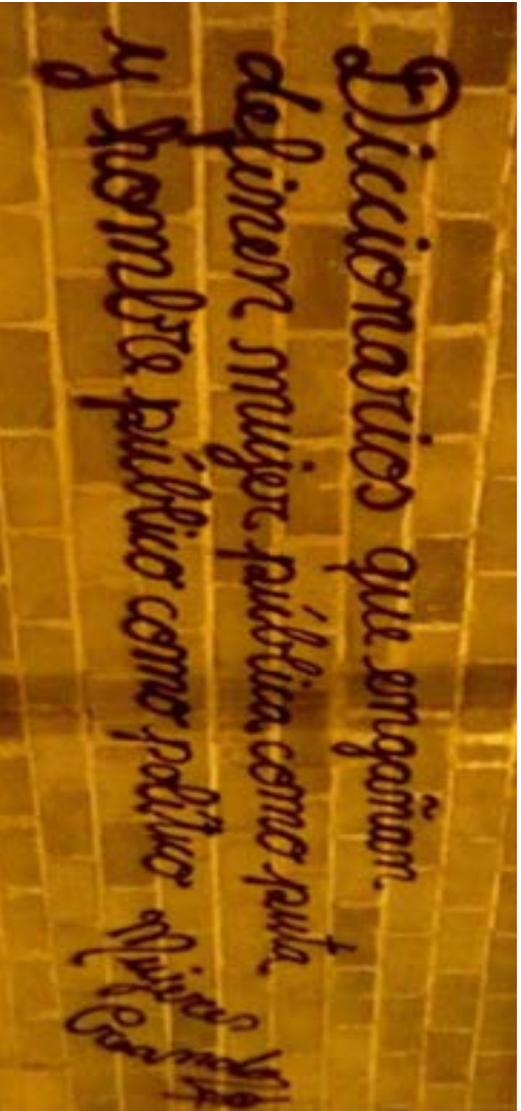
PUNTA  
OCUPE  
MURDOS!

corpos, o espaço público das ruas.

O fenômeno coincide com o processo de avanço do conservadorismo no país e de diversificação religiosa, marcada pelo aumento considerável de seguidores e seguidoras de religiões evangélicas, em especial as pentecostais, que vem transpondo o espaço privado ao qual, num Estado que se pretende laico, deveriam se limitar, e ocupando o espaço público. No Brasil, país com maior população pentecostal do mundo – 26% – existe, inclusive, uma bancada evangélica no Congresso, que reúne quase 80 parlamentares. A bancada, até pouco tempo atrás liderada pelo polêmico Eduardo Cunha (PMDB-RJ), defende pautas conservadoras e se opõe a políticas de promoção aos direitos sexuais e reprodutivos, à igualdade de gênero e diversidade sexual. Vale ressaltar que, ao mesmo tempo que essas igrejas apostam na disputa do Estado, cresce na população a descrença nas instituições políticas. Segundo o Instituto Datafolha, um terço dos eleitores brasileiros declara não ter simpatia por nenhum partido político.

Logo, o processo de fortalecimento dos movimentos feministas na América Latina é aliado à crise das instituições políticas, por isso impulsiona o surgimento de novas formas de manifestação política. A medida que a política, ou a falta de políticas, atinge de forma assimétrica homens e mulheres no sul-global, os processos de resistência vêm sendo atingidos por um componente de gênero, levando alguns autores a falar em “feminização da resistência” (MOTTA, 2013).

O engajamento feminino, embora variado e complexo, tem em comum um mesmo potencial disruptivo: romper com a dicotomia “mulheres privadas, homens públicos” - próprio da imposição ilegítima: público/político associado ao masculino e privado/apolítico associado ao feminino - e reivindicar um papel de agência nas arenas decisórias. A participação eleitoral das mulheres, a atuação em sindicatos e o protagonismo em manifestações são exemplos de engajamento feminino. A recusa em aceitar determinada política e uma intervenção urbana também são. Porém, nem tudo que acontece no espaço público é considerado político, por isso optamos por dialogar com uma prática de resistência que, por ser contra-hegemônica, nem sempre é reconhecida como legítima: o pixo.



## 2. Espaço urbano, ordem social e mulheres

Constituído em meio às configurações sociais, o corpo feminino é investido por relações de poder e inserido em um processo constante de negociação no jogo das relações sociais, onde se desenvolvem trocas simbólicas de submissão às normas. Na esfera pública, a possibilidade de comunicação através do próprio corpo foi bastante limitada para as mulheres até a década de 70, quando se intensificou a luta pela autonomia do corpo, que passou – na ótica das políticas feministas a partir dos anos 80 – a assumir um significado mais amplo começando a se referir a um local de poder e de construção das subjetividades dos sujeitos políticos entre o domínio público e o privado.

Aplicados com muita frequência à teoria política, a análise crítica da dualidade público-privada permite expor o caráter histórico dessas esferas e revelar diferentes implicações para mulheres e homens. Perpetuada a ideia de que essas esferas são suficientemente e diferentes, “a ponto de o público ou o político poderem ser discutidos de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal” (OKIN, 2008, p. 305), a política foi isolada das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares.

Ainda, começou-se a falar das mulheres enquanto sujeito político, capaz de desestabilizar o sujeito universal masculino e produzir diversas estratégias de resistência ao longo da história, seja pelas vestimentas, pela forma como dispõe o cabelo, pela profissão que executa, pela forma como exerce sua sexualidade, por desenvolverem e compartilhar métodos contraceptivos e abortivos ou por suas formas de comunicação.

Adquirindo novas formas e dimensões com o surgimento de novos grupos e/ou coletivos de mulheres do final dos anos 90, a reivindicação feminista pela autonomia do próprio corpo é ainda hoje uma das grandes bandeiras dos feminismos contemporâneos. Domesticação por uma infinidade de dispositivos do poder, o corpo feminino resiste de diversas formas aos mecanismos constituídos socialmente para mantê-lo sob a pressão das imposições cotidianas. Em relação contínua com o espaço, estes corpos constituem um espaço social que são lugar de acirrada disputa de poder entre domínio público e privado. A cidade, neste contexto, configura-se como um organismo dinâmico e complexo que reflete valores sociais, ou seja, se a sociedade marginaliza grupos e minorias sociais, o espaço urbano evidencia essa marginalização e, por consequência, a relação contínua entre espaço, ordem social e dinâmicas de controle dos corpos.

Denunciando as engrenagens produtoras das hierarquias sociais as quais o corpo feminino é submetido, o mote para discursos e movimentos feministas se fundamenta em detectar os mecanismos e estratégias da ordem do discurso para melhor subvertê-las. Das reações, ações e micropolíticas de enfrentamento, a pixação destaca-se no cenário de intervenções-estético-urbanas feministas do passado e da atualidade se fundamentam em detectar os mecanismos e estratégias do movimento feminista latino-americano pelo caráter contestatório às políticas culturais das cidades, expressando um grito coletivo de liberdade e tática de resistência através de paredes e muros. Ocupando esses espaços públicos e não constitucionais, movimentos de mulheres têm estabelecido um diálogo



da capital paulista revela a disputa constante pela produção do espaço urbano, entre conflito, insurgência e controle. Ainda, explícita a limitação dos espaços institucionais de poder e sua construção de legitimidade nos processos políticos formais. O discurso vencedor das eleições não é um uníssono. Isto porque, pautas silenciadas têm na rua - e no pixo - uma voz constantemente ecoada, haja o cinza que houver.

Esas mulheres, que sempre tiveram o controle e a violência tatuado em seu corpo, com restrição de acesso ao espaço público pelo sistema patriarcal que lhe relegou o espaço doméstico, também disputam a narrativa nas tintas - ou nos sprays. Habitadas a fazer frente à dicotomia público/privado e político/apolítico incorporam uma nova ao léxico de lutas: resistir às fronteiras que querem separar o “feito” do “bêlo”, o “vândalo” do “artista”. Apesar de serem ainda minoria entre os artistas de rua (PEREIRA, 2013), cresce o uso da linguagem do pixo para comunicar as pautas feministas.

Coletivos como o Mujeres Creando na Bolívia e o Poner el Cuerpo na Argentina contestam o male-stream e o main-stream pois ao recorrerem a táticas insurgentes rebatem a afirmação de que o engajamento feminino seria um fenômeno de ordem moral, não política (STANWORTH, 1984). Essa leitura é melhor entendida em um exemplo de Dowse e Hughes que atribuem o posicionamento de homens e mulheres sobre a pena de morte e métodos contraceptivos à ordem moral e não política, mas o mesmo argumento se aplica para o aborto ou a responsabilidade do Estado por políticas sociais. Ora, as artistas de rua transgridem a norma e se apropriam dos espaços da cidade de forma não-autorizada. Se aquela que pixa, e sua pixação, são considerados transviados por estarem ligados a uma subcultura que não participa da corrente ocupacional, religiosa ou política principal (SPINELLI, 2007), então as ativistas que recorrem à essa tática são insurgentes, independente do conteúdo da manifestação. Sem outras possibilidades de escuta na cidade, as

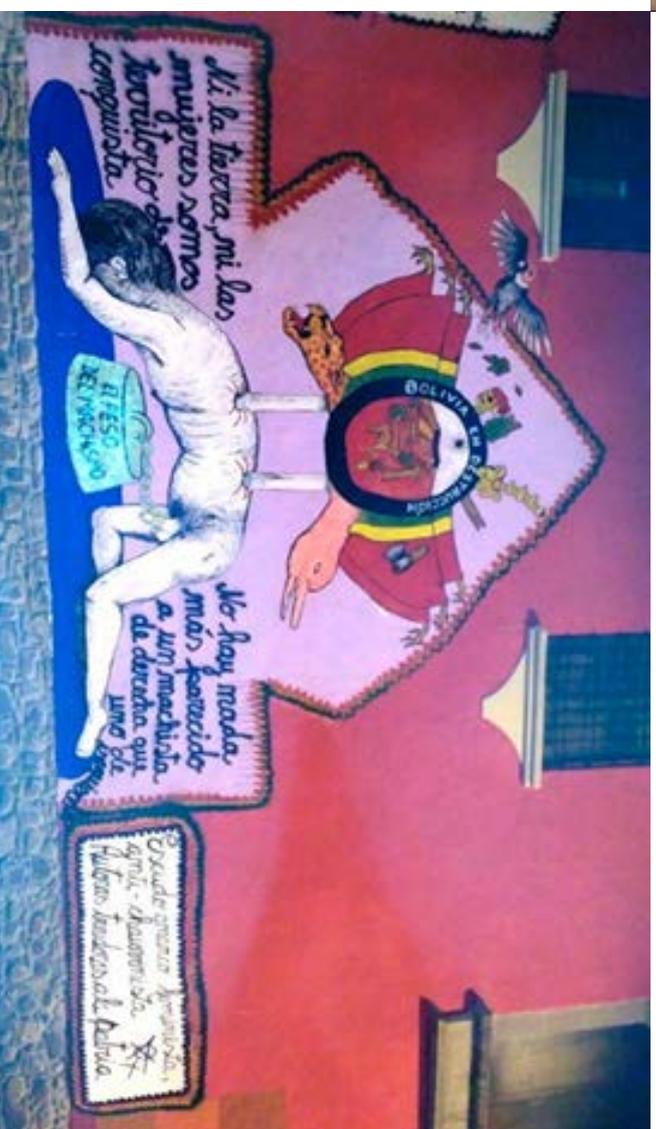
com milhares de pessoas que transiam por centros urbanos todos os dias. Impondo sua fala, que pode permanecer por tempo indeterminado, essas mulheres ressignificam espaço urbano, ordem social e dinâmicas de controle dos corpos com base na experiência cotidiana da vida privada e pautando demandas políticas do movimento de mulheres.

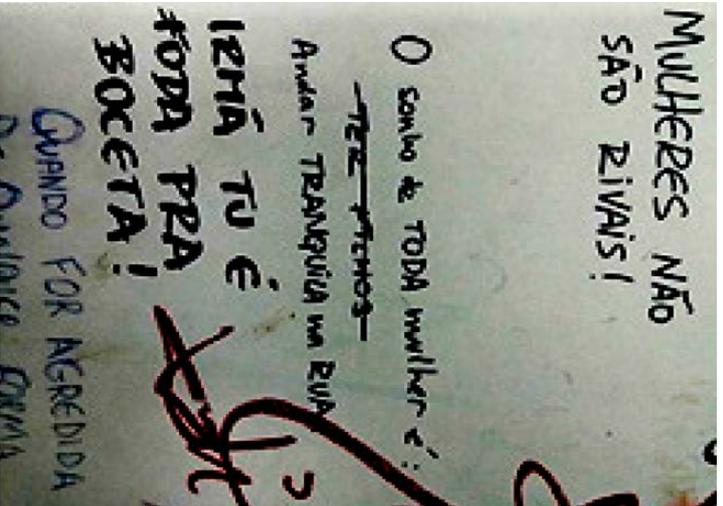
### 3. Pixo, espaço público e o lugar da mulher

O controle, a vigilância e a criminalização do uso do espaço público tem sido o tom na propagação bem sucedida da cultura do medo e dos processos de higienização fundamentados na ordem e segurança pública. Espaços privados cada vez mais fortificados de um lado e, de outro, vigilância e controle high tech nas ruas. A cidade cresce segregada e privatizada, os espaços públicos controlados.

Mas onde há repressão, há insurgência, e o espaço público, arena da democracia urbana, é disputado através de várias linguagens e manifestações. Pinta-se um muro de branco, emudece o povo, ele volta a gritar. Da marginalidade e trazendo uma comunicação insurgente, o pixo disputa a narrativa urbana, provoca a política de controle e escancara as contradições.

Ao destruir o painel na Avenida 23 de Maio, o ato autoritário e violento do prefeito

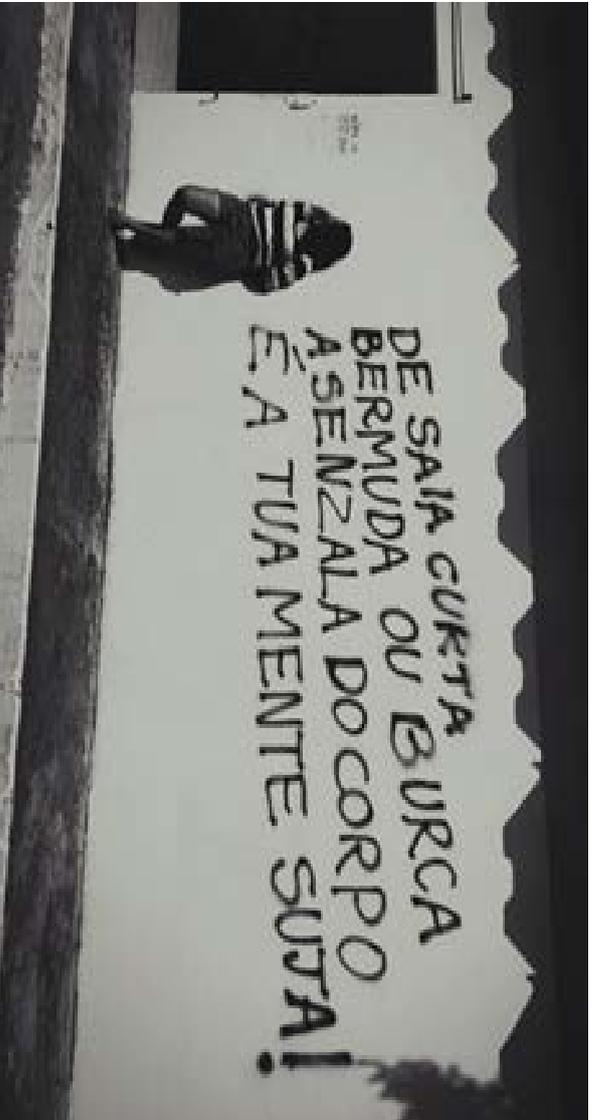




mulheres pixadoras recorrem ao corpo e à tirta para veicular suas posições políticas, compartilhando com o público da cidade.

Intervenções pontuais, em banheiros públicos, por mulheres que não necessariamente se vinculam a coletivos também são práticas feministas emancipadoras. A pesquisada de Camila Cunha nos banheiros de universidades no Rio Grande do Norte aponta a “citação de espaços heterotópicos” nas pixações. (CUNHA, 2016)

Escrever nos muros: “Será que posso andar sem medo à noite sozinha? A rua também é minha” é emancipador pois materializa a reivindicação das mulheres pelo espaço público, e sua apropriação dos muros que vão além da cerca de casa, do lar. Outras intervenções nas ruas de São Paulo que colocam a mulher como atriz da cena política são o de Ryane Leão, como “sou negra, sou poeta, sou mulher, e já aviso com antecedência: meu nome é resistência” e “sou negra, sou poeta, sou mulher, e já aviso com antecedência: meu nome é resistência”, e “feminismo não é seu (m)achismo sobre as mulheres.” Lutar pelo espaço público, denunciar o assédio e encorajar outras mulheres, e homens, a juntarem suas vozes pelo empoderamento feminino são algumas de tantas mensagens das intervenções urbanas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, Camila, SILVA, Antonio. O que te alucina? Banheiros, pichações e processos de subjetivação em gênero. Revista Periódicos. v. 1, n. 6 (2016). Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/artide/view/20559/13183>. Acesso em 26 de fevereiro de 2017.
- DATAFOLHA. 71% dos brasileiros não têm partido de preferência. São Paulo, fev. de 2015. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1587139-71-dos-brasileiros-nao-tem-partido-de-preferencia.shtml>. Acesso no dia 3 de março de 2017.
- MOTTA, Sara, “We Are the Ones We Have Been Waiting For” The Feminization of Resistance in Venezuela, Latin American Perspectives, 40(4), p. 35–54, 2013.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, jan. 2008. ISSN 0104-026X. Disponível em: <periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/50104-026X2008000200002>. Acesso em 25 de fevereiro de 2017.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. Cidade de riscos: notas etnográficas sobre pichação, adrenalina, morte e memória em São Paulo. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2013, v. 56 nº 1. Disponível em <www.revistas.usp.br/ra/article/download/64462/67117>. Acesso em 02 de março de 2017.
- SPINELLI, Luciano. Pichação e comunicação: um código sem regra. LOGOS 26: comunicação e conflitos urbanos, 2007. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDF/5/26/08lucianospen.pdf>. Acesso em 01 de março de 2017.
- STANWORTH, Michelle, SILTANEN, Janet. The politics of private women and public men. Theory and Society, vol 13, issue 1, p. 91–118, 1984.
- SUTTON, Barbara. “Poner el Cuenpo: Women’s Embodiment and Political Resistance in Argentina.” Latin American Politics and Society 49, no. 3, p. 129–62, 2007.

# 10



## NAS RUAS E NAS PRAÇAS!

Vanessa Koetz

08 de março de 1917 (23 de fevereiro de 1917, segundo o Calendário Juliano). Petrogrado, a maior cidade do Império Russo. Mulheres saem às ruas para exigir o fim da guerra, exigir pão. E nenhum partido ou movimento organizado pensara que o Dia da Mulher pudesse ser o dia da revolução. Em vários pontos da cidade as bandeiras vermelhas foram. Foi o começo de um processo revolucionário. Iniciava-se aí, a Revolução de Fevereiro, há, exatos 100 anos.

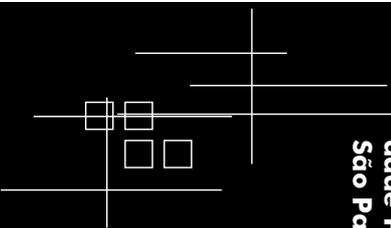
A história das grandes transformações modernas, em sua maioria, é marcada por manifestações nos grandes centros urbanos, como foi a fagulha da Revolução Russa, com as mulheres de Petrogrado. Nesses momentos de irrupção, a população se apropria do espaço da rua, e das praças, para lhes dar um novo significado. As ruas, espaços quase que exclusivamente de circulação, e as praças, espaços de lazer da cidade, passam a ser expressão imediata da política.

De tempos em tempos, os movimentos sociais urbanos e rurais, geralmente de uma forma mais amígdia nas grandes cidades, ocupam as praças e avenidas centrais e realizam protestos. São ações políticas que, apropriando-se da plenitude da palavra público, buscam a dimensão da cidade, acreditando que suas ideias não podem ficar guardadas ou reservadas para os espaços privados da vida social. As manifestações fazem parte da modernidade. Diversos momentos significativos da história foram contados e cantados a plenos pulmões nas praças das cidades. Ontem e hoje, e porque não dizer amanhã, as ruas tomaram-se espaços significativos para a realização de atos públicos. (MAGALHÃES, 2013, p. 8).

A tomada das ruas e das praças por mulheres, contudo, é ainda mais significativa. A combinação de capitalismo, patriarcado e racismo alija as mulheres da apropriação direta da cidade e a origem disso está na divisão de gênero e raça/etnia do trabalho, em que homens desempenham o trabalho produtivo e mulheres o trabalho reprodutivo.

Em relação ao trabalho de produção social, dizemos sobre aquele cuja produção se volta ao mercado. Já em relação aos trabalhos reprodutivos, referem-se a todos aqueles essenciais à perpetuação de uma sociedade – como os trabalhos ligados à saúde, à educação, limpeza, ao cuidado de crianças e idosos – em que se responsabiliza o núcleo familiar. Cabe destacar que essa divisão do trabalho empurra especificamente as mulheres negras às formas mais opressoras e discriminatórias desse trabalho – cuja expressão mais gritante é a desvalorização das tarefas domésticas ainda fortemente marcadas por uma associação à história estruturalmente racista das sociedades capitalistas modernas.

**Vanessa Koetz - Advogada Popular. Graduação em Direito na Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestranda em Direito Urbanístico na Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.**





A questão é que esses trabalhos são desempenhados em espaços distintos no capitalismo: trabalho produtivo pertence ao espaço público, o espaço político por excelência; enquanto o trabalho reprodutivo pertence ao espaço privado. Assim, essa construção social de gênero acaba por dificultar ainda mais a tomada consciente do espaço público da cidade pelas mulheres.

Mas, não é só. As cidades, como reflexo de uma sociedade patriarcal, capitalista e racista tem no seu cerne o privilégio ao masculino e branco, o alinhamento político das mulheres, a dependência econômica, o controle dos corpos e da reprodução e a violência. Não é à toa que as principais reivindicações feministas do espaço urbano centram-se na garantia de iluminação pública, de transporte de qualidade 24 horas, de creches e centros de educação infantil, de criação, ampliação, formação e humanização no atendimento das Delegacias da Mulher. É que as mulheres são sujeitas ocultas nas/das cidades (GOUVEIA, 2005). Elas vivem e transitam pelos espaços urbanos, sem ser prioridade do planejamento e construção cotidiana das cidades.

E isso as impediu de lutar por seus direitos? Diversos são os exemplos de que estes não foram os obstáculos que paralisaram o levante de mulheres por seus direitos. Cabe citar alguns: abolicionistas, sufragistas, estadunidenses marchando pelo fim da Guerra no Vietnã, pela igualdade (1970), por direitos reprodutivos (1980), egípcias na Praça Tahrir, pela Primavera Árabe, as canadenses que impulsionaram a Slut Walk. No Brasil, são significativas a Marcha das Vadias, Mulheres contra Cunha e a Marcha de Mulheres Negra, que deram grande visibilidade ao movimento feminista. Em 2016, polonesas ocorreram as ruas contra a criminalização do aborto. Ergueu-se o Ni Una Menos, contra o feminicídio na Argentina e na América Latina. Mais de 1 milhão de mulheres marcharam contra Trump no dia de sua posse como presidente dos Estados Unidos. E todas elas se manifestaram no 8M, em 2017, na tentativa de construir um Paro Internacional, que pretende ser uma data histórica.

Assim, sofrer as opressões do patriarcado, capitalismo e racismo não resignou as mulheres a se calarem diante do privilégio do outro em detrimento do direito da outra. Saíram às ruas e foram lutar – porque compreendem que direito é uma conquista e não uma dádiva. Resignificaram o espaço urbano, trouxeram a política para as ruas e para as praças.

Em todas essas expressões as mulheres impuseram um “choque de desordem” ao urbano e deram novo sentido ao espaço público, impondo-lhe a função direta da política e do exercício da cidadania. Transformaram ruas e avenidas, antes espaços exclusivos de circulação de mercadorias e pessoas, um verdadeiro espaço de passagem, em espaço de vivência dos e das cidadinas.

O direito à cidade é a apropriação direta dos cidadãos a fim de superar a lógica do mercado e reafirmar a cidade como proveito para seus habitantes, exprimindo-lhe um novo significado construído coletivamente, a partir dos desígnios humanos e não do Capital. Nesse sentido, o direito à cidade diz sobre a radicalização democrática. Segundo o geógrafo britânico David Harvey (2013, p. 34),

O direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão de vida urbana possa ser o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações da vida urbana podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas. O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político.

Nesse sentido, as manifestações de mulheres pelos seus direitos, tomando ruas e praças dos grandes centros urbanos, são muito mais do que a manifestação pelos direitos exclusivos das mulheres. Elas representam uma aproximação ao direito à cidade, porque são a apropriação política das mulheres sobre o espaço público, a elas historicamente negado.

Nas ruas e nas praças, de 1917 a 2017, é necessário enfatizar as manifestações das mulheres nos espaços públicos das cidades. Isto porque são a aproximação mais direta do direito à cidade ao tomar para si a vivência das cidades e a elas inserirem um novo conteúdo: o da política.

Viva a luta das mulheres!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOUVEIA, Tarciana. Mulheres: sujeitos ocultos das/nas cidades. Mimeo, Recife, 2005.
- HARVEY, David. A Liberdade da Cidade: —InIl: HARVEY, D., MARIKATO, E.; et al. Cidades rebeldes, São Paulo, Boitempo, 2013, (pag. 27 a 34).
- MAGALHÃES, Fernando Rosa de. As manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. 2013.



## CIDADE, SERÁS FEMINISTA!

Sabrina Durington Marques

"Mulher é estripada em passarela subterrânea da Asa Sul" (...); "Passagens do medo" (...); "Rotina de perigo e abandono nas passagens subterrâneas do Plano Piloto" (...); "Situação das passarelas subterrâneas do Plano Piloto é precária" (...); "Mesmo após reforma, brasilienses preferem cruzar 14 pistas de via expressa a entrar nas 'passagens do medo'"

Todas essas notícias de jornais refletem a aventura que é atravessar as passarelas subterrâneas que cruzam o eixo rodoviário de Brasília, conhecido como "eixão", por onde trafegam 100 mil veículos por dia.

Brasília foi projetada como sendo um avião, cujo corpo é formado pelo eixo monumental e suas asas são o eixo rodoviário, dividindo o Plano Piloto em quatro quadrantes. O eixão tem treze quilômetros de extensão e cruza as asas norte e sul, dividindo a parte superior da cidade da parte inferior. Para que uma pessoa possa chegar de um quadrante inferior a outro superior há duas rotas possíveis: a primeira requer ousadia, desapego e transgressão às regras, pois será preciso cruzar as quatro faixas do "eixinho de baixo", depois as três faixas expressas do eixão, tomar fôlego na pista central e atravessar as outras 3 no sentido contrário e finalizar com outras 4 faixas do "eixinho de cima", totalizando 14 faixas. A vulnerabilidade das pessoas que precisam fazer esse trajeto foi retratada pela banda Legião Urbana na música Travessia do Eixão, que tem a seguinte letra: "Nossa Senhora do Cerrado/Protetora dos pedestres/Que atravessam o eixão/ Às seis horas da tarde/ Fazei com que eu chegue são e salvo/ Na casa da Noélia". É importante ressaltar que usualmente quem faz esse trajeto a pé são trabalhadoras e trabalhadores, domésticas, porteiros, que se deslocam das cidades satélites para o Plano Piloto utilizando o transporte público. Outra travessia possível, que é a recomendada e por isso deveria ser segura, é por meio das passagens subterrâneas, constituídas abaixo do eixão.

Tais passagens conectam os quadrantes superiores aos inferiores da cidade, sem a necessidade de atravessar o eixo rodoviário, por onde os veículos trafegam a 80 km/h (oitenta quilômetros por hora). Essas passarelas, como relatam os jornais, apresentam diversos problemas, como pouca iluminação, falta de limpeza, e o fato de serem subterrâneas dificulta a vigilância constante das pessoas. Esses espaços podem também não ser seguros para os homens, mas nesse caso a preocupação se volta para o patrimônio, em caso de assalto, enquanto que para as mulheres o perigo gera uma ameaça à integridade e à dignidade, que são os casos de assédio e de estupro, acima relatados.

**Sabrina Durington Marques - Mulher, caminhante, estudante, professora universitária, mestre em direito urbanístico e advogada.**

1 Os trechos foram retirados dos seguintes jornais: Correio Braziliense, de 10/02/2017; 04/04/2016; 01/03/2015; 09/06/2011, e do Portal RT, de 10/11/2012, respectivamente.



Parte das propostas de “recuperação” dessas passagens, tanto do poder público quanto por parte da população, é para torná-las limpas, com iluminação e policiamento. Contudo, esquecem-se do principal: a visibilidade as pessoas. Para que essas passagens sejam seguras é preciso atrair pessoas, mas como fazer isso se elas estão fora do alcance do olhar? O que traz segurança para uma cidade não é apenas o policiamento, mas a vigilância constante das pessoas pelas pessoas, e não se consegue pensar em vigilância se os pedestres não estão ao nível dos olhos, conforme ensina Jacobs (2014, p. 32): “a primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas – não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrínseca, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados”.

Atenta às necessidades e vulnerabilidades nas cidades, percebeu que a melhor segurança é garantida pelos olhares vigilantes, sejam passageiros ou permanentes. “As calçadas e aqueles que as usam não são beneficiários passivos da segurança ou vítimas indefesas do perigo. As calçadas, os usos que as limitam e seus usuários são protagonistas ativos do drama urbano da civilização versus a barbárie. Manter a segurança urbana é uma função fundamental das ruas das cidades e suas calçadas” (JACOBS, 2014, p. 30).

Ela segue dizendo que ruas movimentadas trazem segurança, enquanto ruas desertas não. E destaca que é fundamental que existam os “olhos voltados para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua. Os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega” (JACOBS, 2014, p. 35-36).

Jane Jacobs, que não era urbanista, mas era mulher, escreveu *Morte e Vida das Grandes Cidades* na década de 1960<sup>2</sup>, obra em que traz diversos elementos necessários à garantia da saúde e da segurança dos espaços públicos nas cidades, cuja vulnerabilidade maior é da mulher, que convive cotidianamente com o medo do estupro. Isso já demonstra que o gênero importa.

A construção de Brasília, cidade modernista, ocorreu no período desenvolvimentista, em que se priorizava o investimento em transporte. A opção de carros trafegarem pela superfície e pedestres por passagens subterrâneas transmite seu recado: aqui carros têm prioridade sobre pessoas. Ermínia Maricato já alertava que as leis que vigoram na cidade, são as leis do mercado (2007). De acordo com Gabriela Tenório (2012, p. 351), as cidades não são um fim em si mesmas: elas existem para servir às pessoas. Os espaços públicos existem para servir ao público. De fato, esse raciocínio reflete o que as cidades deveriam ser. Gabriela relata seu espanto ao descrever uma situação que viveu na Suécia, onde os carros param para que os pedestres possam atravessar, mesmo que não haja faixa de pedestres: “Era o contrário de toda a mensagem que eu havia recebido ao longo daqueles meus 21 anos. Até então, eu nunca tinha parado para pensar que toda a minha vida foi considerada inferior a um carro, na escala de prioridade de qualquer cidade em que eu havia estado. Fiquei estupefata. Que lugar é esse onde meu trajeto é antecedido,

<sup>2</sup> É importante esclarecer que Jane Jacobs elaborou sua obra num contexto norte-americano, com base nas experiências de Canadá e Estados Unidos, contudo, parte de suas contribuições sobre espaços públicos podem ser aplicadas ao Brasil.





onde os carros é que me esperam?” (TENÓRIO, 2012, p. 351). Esse relato é de 1992, sendo que apenas 5 anos depois Brasília passaria a adotar a regra de que os carros devem parar nas faixas para que pedestres atravessassem.

Porém, ser pedestre e ser mulher não eram preocupações com as quais os urbanistas se ocupavam. Esta é uma preocupação recente, pois esse locus de pensar a cidade tradicionalmente foi ocupado por homens. E por isso esse modelo de cidade que hoje temos é um modelo que não prioriza necessidades das mulheres.

O modelo de Brasília é único, mas os problemas que nós mulheres enfrentamos nos espaços públicos se repetem em diversas cidades. A violência e o assédio contra as mulheres são problemas culturais, e lutar contra essa cultura é um longo processo que significa passar a respeitar mulheres com a mesma dignidade e igualdade com que se respeitam os homens. Porém, há alguns mecanismos mais objetivos que podem contribuir para a redução da violência de gênero nas cidades, no chão onde pisamos, enquanto se faz o lento processo de transformação social.

É por isso que o urbanismo deve ser feminista. Ser feminista não significa ser feito apenas para mulheres, mas remete à necessidade de combater aos padrões que oprimem, que não respeitavam as diferenças. São padrões que estabelecem que o homem heteronormativo é superior, e por isso permite que as regras sejam elaboradas a partir desse ponto de vista. Compreender que as diferenças de gênero acarretam diferentes demandas nas

formas de ocupação da cidade - e especialmente que as mulheres não compõem um grupo uniforme, mas que é preciso considerar a interseccionalidade que contempla a diferença entre gênero, classe e raça - traz à tona a importância do território na cidade, onde sabemos que há zonas onde as leis são mais ou menos respeitadas, a depender de quem as ocupa. E esse desrespeito às leis pode acarretar também maior violência contra a mulher, fenômeno que pode ser chamado de “geografia da violência”, conforme ensina Schilling (2014, p. 55). Angela Davis (2016) ensina que as diversas opressões que decorrem dessas categorias não devem ser hierarquizadas<sup>3</sup>, mas estar lado a lado na luta pela transformação de nossas cidades e da sociedade.

E isso faz diferença? Sim, basta lembrarmos que grande parte de nossas referências na literatura do urbanismo é de origem europeia, branca e masculina. Há pouquíssimas mulheres. E de que forma esse arcabouço teórico foi construído? A partir da perspectiva masculina, cada teórico constrói sua teoria a partir de sua experiência. Se não temos mulheres criando, não teremos nossas preocupações no foco do debate. A formação do conhecimento não é neutra, não é somente objetiva, vem sempre contagiada por nossas experiências pessoais e ideológicas. Isso não é negativo, mas é um dado que reforça a importância de termos mais mulheres pensando a cidade. Durán bem pontua: “o peso que as perspectivas neutras têm sobre o conhecimento dos sujeitos e a generalizada pretensão de converter algumas perspectivas particulares em universais: a suposta perspectiva neutra e universal tem gênero e idade, etnia e língua. (2008, p. 64 - tradução livre)

Há diversas iniciativas nacionais e internacionais de grupos de mulheres que pretendem retomar os espaços públicos para si, não somente como espaços de passeio, mas também como espaços de permanência, onde possam se demorar. Indianas lançaram uma campanha chamada #WhyLoiter<sup>4</sup>, que pode ser traduzido por: “Por que demorar-se”, nome foi inspirado no livro de Shilpa Padke, Sameera Khan e Shilpa Kanade, que trata da importância da ocupação dos espaços públicos por mulheres em Mumbai<sup>5</sup>. Desde então tem sido exercício cotidiano dessas mulheres a ocupação dos espaços públicos. Elas têm saído em grupos para praças e parques, registrando que essa experiência de caminhar livremente pelos parques, frequentar barracas de chá à noite tem sido libertadora. “O que as mulheres querem não é uma segurança que condiciona o comportamento feminino, mas sim o direito incondicional de estar no espaço público e de assumir riscos”, relata Padke<sup>6</sup>.

Em Los Angeles há o Ovarian Psicos, coletivo de mulheres negras que reivindicam as ruas, as noites e as bicicletas<sup>7</sup>, questionando o ciclismo enquanto atividade dominada por homens brancos.

Em Heliópolis, São Paulo, mulheres fizeram o “lanternaço”, uma caminhada noturna coletiva com velas acesas pelas ruas para denunciar que aqueles locais eram focos de insegurança, devido à carência da iluminação pública<sup>8</sup>.

<sup>3</sup> Para melhor compreensão de como essas três categorias se relacionam recomenda-se a leitura da tese de doutorado de Claudia Andrade Vieira. Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade de Salvador, Bahia. A Em tradução livre seria a permanência ociosa em espaços públicos. “Direito de sobreviver” / “Por que demorar-se”.

<sup>4</sup> O livro tem como ponto de partida o estupro coletivo ocorrido num ônibus contra uma jovem em Mumbai, retratado no filme *India's Daughter*.

<sup>5</sup> Watch: Attention ladies: Nap in a park, drink tea, midnight chai because you have every right to loiter. (tradução livre) Disponível em <<https://goo.gl/KM9pA5>>, acesso em 17 de agosto de 2016.

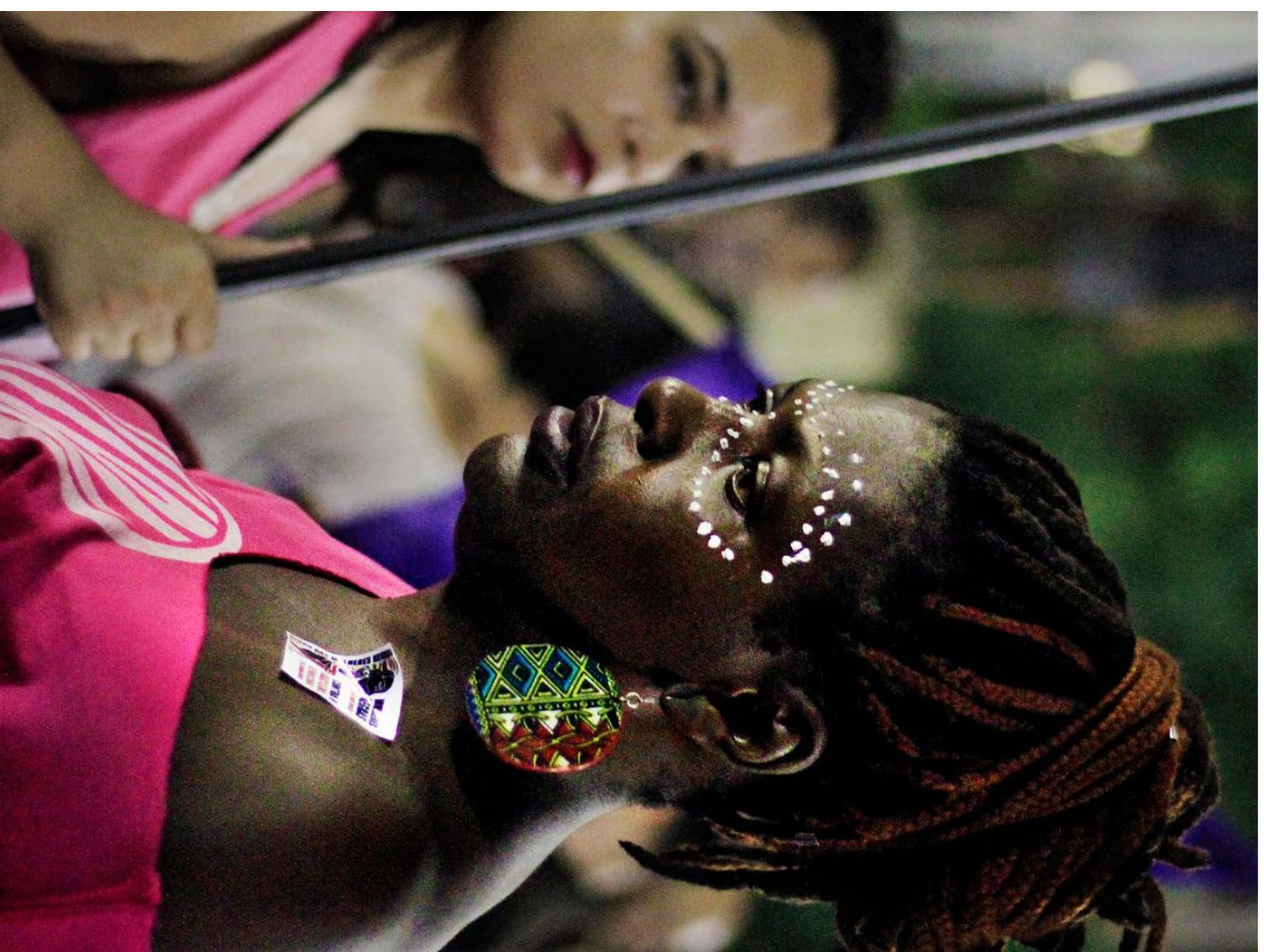
<sup>6</sup> <<https://goo.gl/18GK>>, acesso em 02 de março de 2017.

São movimentos de retomada do espaço público como nosso, das mulheres. É uma tentativa de provar que as mulheres podem sair nas ruas sem medo, mesmo que não estejam na companhia de algum homem. Essas ações são formas de dizer que a cidade também pode ser nossa, e é. E o panorama da construção teórica também vem mudando, prova disso são as referências bibliográficas aqui utilizadas, apenas mulheres, que se importam com a construção de cidades numa perspectiva de igualdade de direitos.

A cidade deve ser feminista! E será!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. 1a ed. Boitempo: São Paulo, 2016.
- DURÁN, María Ángeles. La ciudad compartida: conocimiento, afecto y uso. Santiago de Chile: SUR, 2008.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. Carta Maior, 2007.
- SCHILLING, Flávia. A sociedade da insegurança e a violência na escola. São Paulo: Summus editorial, 2014.
- TENÓRIO, Gabriela de Souza. Ao desocupado em cima da ponte. Brasília, arquitetura e vida pública. Tese de doutoramento apresentada à FAU/UNB. Brasília: 2012.
- VIEIRA, Claudia Andrade. Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade de Salvador, Bahia. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, 2013.



# 12



## **SOBRE CIDADE, NÃO-LUGAR E SEXUALIDADE DAS MULHERES**

**Mariana M. Marcondes**

O não-lugar desumaniza. Do ponto de vista geográfico ele nos torna anônimas e versáteis – completamente aptas a cumprir as demandas do mundo contemporâneo. Do ponto de vista social, torna-nos homogêneas numa multidão diversificada em termos de gênero, raça, classe e sexualidade. Essa desumanização, que nos fraciona sem nos desmontar por completo, combina com um projeto urbano voltado mais para a transitoriedade de corpos e menos para a troca de experiência entre pessoas.

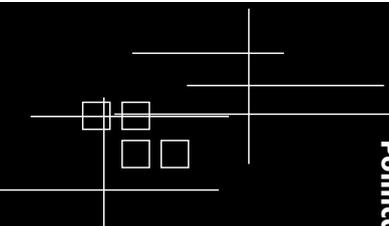
Não por acaso, quando estamos nesses espaços de livre circulação de pessoas, mercadorias e imagens, sentimo-nos solitárias ou até mesmo desprotegidas. Cotidianamente somos violentadas – física e simbolicamente – nas ruas, viadutos e avenidas da cidade, eventualmente respondemos, com mecanismos midiáticos e jurídicos, a toda essa violência sofrida. E, nesse ciclo ininterrupto de ação e reação, acabamos não percebendo duas coisas: 1) a violência se reproduz em todas nós e não apenas em algumas de nós; 2) esses espaços de pouca convivência e muita circulação corroboram com o esquecimento da nossa própria história.

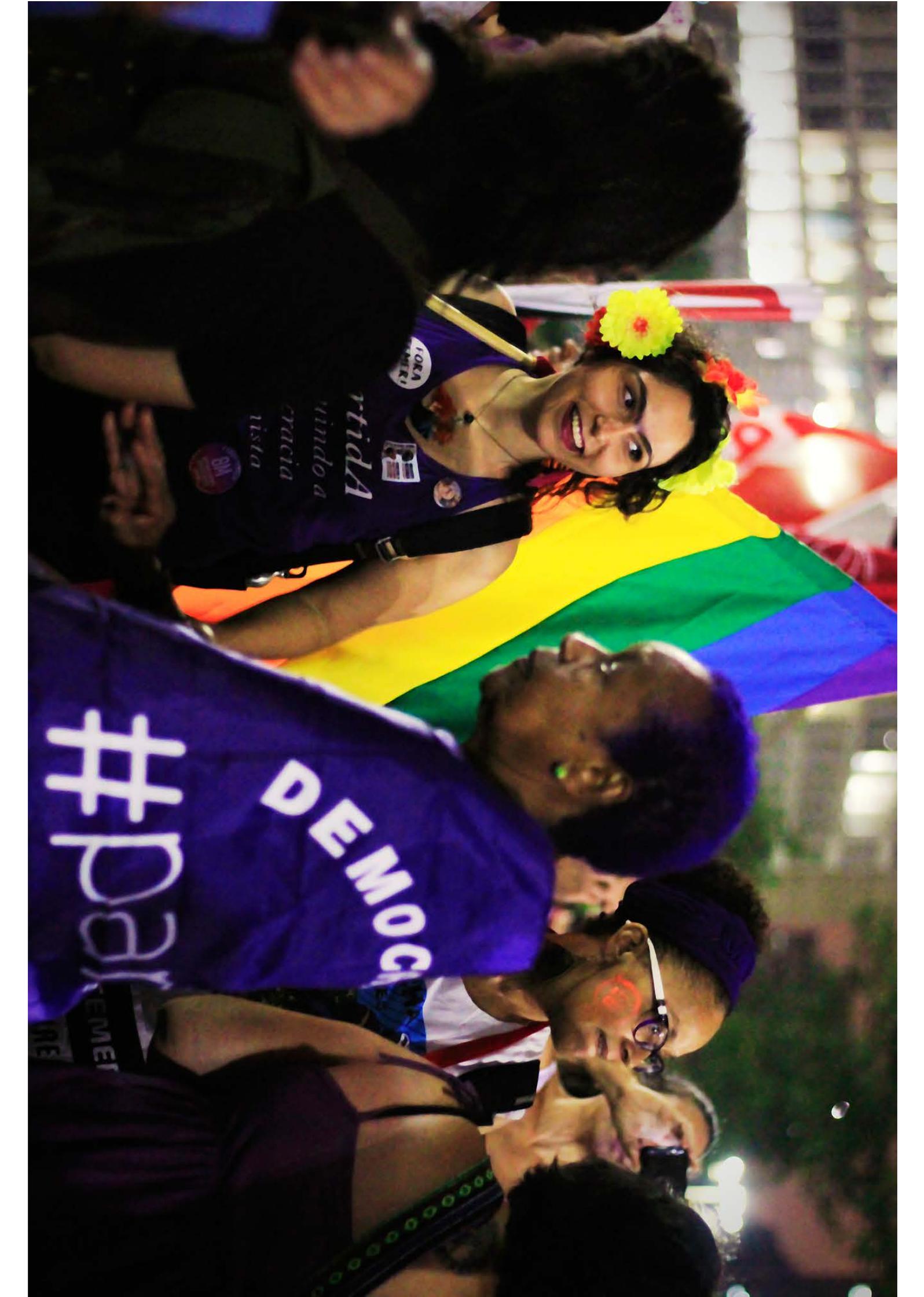
E impossível dissociar a agressão física – mais direta e impactante – da agressão simbólica de sequestro da memória, uma vez que uma funciona em manutenção da outra. O apagamento da memória nos torna mais psicologicamente vulneráveis e, consequentemente, mais propensas a sofrer violência. E o papel de uma cidade cujo projeto se pauta na reprodução de não-lugares é sedar ainda mais nossa percepção dessas violências. O não-lugar é espaço de circulação, não de reconhecimento mútuo. Não há tempo para compartilhar histórias e memórias nas marginais, avenidas e a cidade vive numa mudança estética constante.

Ainda, não há como dizer que a memória é igualmente desestimulada em todas as mulheres. Em uma sociedade heteronormativa, por exemplo, a história das mulheres lésbicas e bissexuais é muito mais propositalmente esquecida. Esse esquecimento fica evidente quando nos deparamos com a falta de informações sólidas sobre as condições de vida desses segmentos nas áreas da saúde e segurança, ou até mesmo pela ausência de espaços oficiais que preservem a cultura e a história dessas mulheres.

Os poucos e precários dados sobre violência contra mulheres lésbicas e bissexuais no Brasil indicam que mulheres lésbicas são mais vítimas de estupro corretivo, de ataques com ácido, de espancamentos por conta de manifestações públicas de afeto e de entre-

**Mariana M. Marcondes - Formada em Letras, pelo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, cursa pós graduação em Estudos Brasileiros na Fundação Escola de Sociologia e Política, militante do PSOL e do movimento LGBT**





gas forçadas a centros que objetivam converter as pessoas em heterossexuais. Apesar da extrema importância dessa pesquisa, é válido ressaltar que não há uma distinção entre mulheres lésbicas e bissexuais nela e que, mais grave ainda, não há dados sobre violência contra mulheres bissexuais no país. Entretanto, em pesquisas realizadas em Institutos norte-americanos, constatou-se que mulheres bissexuais tendem a sofrer mais de transtornos alimentares e ideação ao suicídio.

Ou seja, vivemos em uma sociedade em que a violência contra mulheres lésbicas e bissexuais não é suficientemente quantificada ou sequer mencionada. A consequência disso é que sem dados concretos não há a possibilidade de elaborar políticas que visem o desenvolvimento pleno desse segmento nos espaços públicos. Em outras palavras, esses espaços de circulação acabam sendo ainda mais hostis às mulheres que não seguem o modelo heteronormativo de relacionamento. E, em uma cidade que tende ainda mais a transformar seus espaços de convívio em espaços que servem como passagem de um lugar para outro, aonde essas mulheres se encontrarão para compartilhar experiências urbanas coletivas e constituir sua própria memória?

Nesse sentido, é importante observar como memória e espaço público tem uma relação quase de interdependência. O espaço público é o palco da troca de experiência entre grupos e pessoas – ou ao menos deveria ser – e é dele que se pode, em termos materiais, cristalizar e consagrar parte dessa experiência. A cidade é palco de encontros, desencontros, crimes e micronarrativas, mas também é palco e cenário de conteúdo histórico comum.

Um exemplo disso é a revolta no Ferro's Bar, também chamada de Stonewall brasileiro. Em 1983, em um bar localizado no centro São Paulo e frequentado por lésbicas, houve um protesto motivado pela proibição da venda de um zine lésbico, o Chana com Chana, no estabelecimento. Toda essa movimentação, que não ocorreu isoladamente, uma vez que dois anos antes, sob o comando do delegado Richetti, houve a perseguição de gays também na região do centro da cidade, culminou na consagração do dia 29 de agosto como o dia da Visibilidade Lésbica.

Ainda, constatar que hoje em dia o espaço físico do Ferro's se tornou um restaurante que não carrega nada da memória de um evento lésbico politicamente importante é perceber que o resgate e conservação de tal memória não interessa para a cidade, ou ao menos não interessa para o novo dono do estabelecimento. Nesse sentido, é importante resgatar a memória histórica a partir de espaços da cidade nos quais eventos importantes aconteceram. E isso também tem que ser feito com o movimento de lésbicas e bissexuais.

É óbvio que a sexualidade por si não transforma todas as mulheres em iguais, uma vez que a experiência concreta de um sujeito também é constituída por fatores como raça e classe (além do gênero), mas pensar em como a sexualidade, ou melhor, como o estigma que a heteronormatividade produz sobre sexualidades não heteronormativas interfere na relação dessas mulheres nos espaços da cidade é pensar também no modelo de cidade que está colocado para nós e, mais ainda, a quem esse modelo de cidade serve.

Uma cidade que não é segura ou que não permite sequer a construção da memória lésbica e bissexual é uma cidade violenta. Quando, em uma cidade, ocorre o desaparecimento gradual de espaços coletivos, o apagamento de experiências vivas e a transforma-

ção de tudo isso em fluxo de mão-de-obra, deslocamento de mercadorias e escoamento de produção, significa que estamos vivendo não só em uma situação de desmonte do Estado em benefício do capital, como também estamos nos desumanizando. Por isso é importante garantir que a cidade seja de todo mundo, principalmente de todas as mulheres.

# 13

**Fatima Duarte - Feminista, médica, ginecologista e obstetra há mais de 30 anos. Ginecologista do atendimento Sábado Sem Barreiras, que atende mulheres deficientes na cidade de São Paulo.**





## DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: UMA CONSTRUÇÃO CONSTANTE

Fátima Duarte

A saúde é uma construção social e resulta das condições de vida, de emprego, moradia, acesso à terra, à alimentação adequada, supressão da pobreza, em ambiente saudável e saneado, com segurança pública, lazer, cultura, auto-estima, autoconhecimento e informação. É fator básico de cidadania e parte da dimensão social do desenvolvimento.

Em 1988, a luta pela redemocratização do país no âmbito da saúde se deu com grande participação da sociedade, das mulheres e dos movimentos feministas, tendo desaguado na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Inscreveu o direito à saúde pública como direito universal de todos os brasileiros, sendo responsabilidade do Estado garanti-lo com integralidade e equidade, com atenção completa à saúde e com iguais oportunidades de acesso. É de todos os brasileiros e submete-se ao controle social por meio da participação popular nas Conferências e Conselhos de Saúde.

O SUS é uma ousada política pública realizada no Brasil, e é um processo social em permanente construção que precisa ser defendido como política pública fundamental para assegurar o direito à cidadania e à dignidade humana.

Na cidade de São Paulo, as forças neoliberais e conservadoras, pouco comprometidas com o êxito das políticas sociais voltadas às parcelas menos favorecidas do povo, estão presentes nas Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, entregando a gestão de serviços públicos para as diferentes Organizações Sociais, com interesses mercantilistas e/ou religiosos. Essa política reforça a omissão e a ausência do poder público no papel de gestor da política de saúde, passando esta função para interesses privados que não se integram e não seguem a legislação brasileira e as normas e portarias do Ministério da Saúde.

A Secretaria Municipal de Saúde deve assumir o comando da gestão com ampla participação dos movimentos sociais de mulheres, de trabalhadores, de negros e de jovens e por meio dos Conselhos Municipais. Garantindo a total laicidade do Estado, fôo fundamental para a implementação das políticas públicas para as mulheres e seus direitos sexuais e reprodutivos, como o direito ao aborto seguro, legal e público e ao acesso a todos os métodos contraceptivos. O caráter laico do Estado contribui para eliminar a discriminação contra as mulheres e garante o exercício pleno de seus direitos humanos.

As mulheres de todas as idades adoecem e morrem de causas evitáveis, como na gestação, no parto, no puerpério, na gravidez não planejada, pelo câncer de mama e de colo de útero, de pressão alta, pela violência doméstica, sexual e de gênero e pela violência urbana. O sistema de saúde falha quando as mulheres mais precisam, em especial

as pobres, as negras, as de menor escolaridade, e as que vivem na periferia das grandes cidades.

### Câncer de mama

Os dados do Ministério da Saúde de 2013 sobre o câncer de mama mostram que no serviço público são realizadas mais cirurgias radicais (mastectomia - 36%), do que no serviço particular (16%) revelando mais casos em situação avançada. Não há agilidade. A mulher paulista se perde nos labirintos do diagnóstico, da mamografia, da cirurgia.

Apesar da maioria dos serviços de atenção básica serem públicos, um dado alarmante do Ministério da Saúde (2013) mostra a dificuldade de acesso aos Serviços Diagnósticos e Terapêuticos (SADT). Somente 6,4% desses serviços e 24,1% dos tomógrafos, 13,4% dos aparelhos de ressonância magnética, 51% dos ultrassons, 28,4% dos mamógrafos estão no setor público. Como diagnosticar e tratar o câncer de mama, de colo de útero, de intestino, de pulmão, de estômago das mulheres paulistas, se, no Brasil, 61,1% dos hospitais são privados e apenas 35,4% dos leitos hospitalares são públicos? Dos gastos em saúde, 41% é gasto público e 58% é gasto privado, e os procedimentos de média e alta complexidade levam 80% do recurso do SUS.

### Mortalidade Materna e aborto

A Mortalidade Materna abrange as mulheres que morrem de complicações de gravidez, de parto e puerpério. É evitável em 98% das vezes e por isso é uma das maiores violações dos direitos humanos. Em 2006 no Brasil, a CPI da Mortalidade Materna (Ministério da Saúde) mostra a ótica perversa do capitalismo e da luta de classes, pois 90% dessas mulheres ganha até dois salários mínimos e vive na periferia das grandes cidades. As mulheres negras morrem três vezes mais. As complicações do aborto são a segunda causa de internação perdendo apenas para os partos.

### AIDS

Temos um bem sucedido programa de AIDS, mas a morte tem cor e não é democrática. Dados do SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de dados), desde 2011, mostram que a AIDS vem se feminizando, proletarizando, pauperizando e engrecoendo. Em 1985, para cada 15 casos novos de AIDS em homens havia 1 mulher, já em 2011, são 10 mulheres para 17 homens.

No Estado de São Paulo, as mulheres de 10 a 39 anos tem como segunda causa de morte a AIDS, e a mortalidade é maior entre as negras. A partir disto, pensamos: será que o acesso aos retrovirais que reduzem a mortalidade por AIDS é igual entre mulheres brancas e negras? Será que elas possuem igual acesso às informações e aos meios de prevenção e diagnóstico?

## Violência doméstica

A desigualdade social na ocupação do espaço urbano é expressa na morte violenta. No Brasil em todas as áreas estudadas os homens negros de 15 a 29 anos morrem duas vezes mais que os brancos de morte violenta, homicídios, acidentes de trânsito e violência policial. No Estado de São Paulo os brancos morrem mais de causas naturais e os negros de causas externas.

As maiores taxas de mortes por agressão são observadas em mulheres de 15 a 29 anos, e são maiores no Estado de São Paulo que a média brasileira, e maior ainda na capital. Estas mortes indicam deficiência quanto à saúde e segurança da vida das mulheres e não podem ser consideradas mortes inevitáveis.

Como? Para quem? Estas mortes expressam além da violência urbana, os fatores ligados a sua condição de gênero, já que 90% dos agressores são homens e que além das balas perdidas, das chacinhas, da violência policial estão os contínuos ataques sexistas contra mulheres e meninas.

As mulheres vítimas de violência doméstica tem marcas no seu corpo e na sua alma, um ano nesta situação agrava a saúde como cinco anos com câncer, AIDS ou tuberculose.

A mulher trabalhadora adocece quatro vezes mais que o homem trabalhador, sofre a dupla jornada de trabalho e a falta da divisão social do trabalho doméstico. Também é vítima de violência doméstica e perde vinte e cinco por cento, um a cada cinco dias trabalhados. Além de sofrer com o assédio moral e sexual nas empresas e locais de trabalho.

## Violência sexual

A ideologia, a roupa, a cor da pele, os cachos dos cabelos, o riso, a fala, a opção sexual, o sim e o não são motivos para que o homem decida o que fazer com esta mulher, independente de suas ações serem crimes, numa sociedade onde estão presentes misoginia, machismo, transfobia, homofobia, lesbofobia, discriminação de gênero e de idade.

Os dados de diferentes institutos de pesquisa revelam que uma mulher a cada onze minutos é estuprada e, destes estupro, 15% são provocados por duas ou mais pessoas. Podemos associar a dimensão da violência sexual exatamente na faixa etária do início ao cume do período de reprodução das mulheres. A relação entre violência, reprodução e sexualidade implica na impossibilidade de exercer plenamente os direitos reprodutivos e sexuais.

Quem são essas mulheres? Como elas chegam no serviço de saúde? Quem as traz?

Estas mulheres vem de diferentes maneiras, de diferentes lugares, e vem de todas as classes sociais, de todas religiões, de regiões urbanas e rurais, de todas as profissões de todas as raças, de todos os partidos.

Ela fala baixo, desvia o olhar, esfrega as mãos, envergonha-se, culpa-se e tem medo. É triste, tem medo de não ser ouvida, de não ser entendida, de não ser atendida, medo de engravidar, de adoecer, tem vergonha de ter nascido e de viver.

Elas chegam três horas, três dias, três meses, três anos ou trinta anos depois, tenho

certeza de que as atendo, mas também atendo as que não fazem parte das estatísticas. Aquelas que anos após o ocorrido, depois que me conhecem, que já fizeram vínculo e construíram uma relação de confiança relatam: “meu corrimento não para”, “não tenho prazer nas relações”, “só sinto dor”, “ não consigo engravidar”, “o HPV que tenho já é antigo”.

Tenho certeza de que o útero das vítimas de violência sexual chora e o choro é tanto maior quanto é maior o silenciamento sistêmico e pragmático da sociedade.

O que é o tempo sem atendimento? O que acontece sem o atendimento? O que acontece com o atendimento cem horas depois? Ações de saúde e prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis tem sua eficácia diminuída.

Na experiência de atendimento de mulheres, mesmo decorrido pouco tempo, os sinais podem ser inexistentes e por isto a escuta atenta é necessária para que estas mulheres não sejam vítimas mais sim agente social de sua história.

A mulher repete sempre a mesma história, ela não esquece. Como tratar das cicatrizes que só cicatrizam na pele? Como silenciar o choro daquelas que esperam? Daquelas que nunca deveriam ter chorado?

O boletim de ocorrência, o exame médico, as fotografias não podem ser mais importantes do que a fala das mulheres. A alma cicatriza mais lentamente do que a vagina.

A esperança, a opressão, as minorias, as questões de gênero, o direito de ir e vir, devem ser discutidos dentro das escolas, dos movimentos sociais, dos partidos políticos, e servir de construção para um desenvolvimento com soberania com distribuição de rendas e riquezas para esta e as novas gerações.

## Mulheres deficientes

O desenvolvimento só pode ser sustentável se for igualitário, inclusivo e acessível a todos. Dez por cento da população mundial tem algum tipo de deficiência, e a maioria destes cidadãos continua excluída do exercício de direitos e é discriminada no acesso em condições de igualdade em ensino, habitação, emprego, transportes e saúde.

A batalha contra a pobreza, doença e discriminação não será ganha sem a existência de leis, políticas e programas que capacitem este grupo, incluí-lo não somente como beneficiário, mas como importante agente de mudanças.

A deficiência é associada à pobreza, oitenta por cento vivem em países em desenvolvimento, entre as pessoas mais pobres do mundo vinte por cento tem algum tipo de deficiência. Mulheres e meninas com deficiência são vulneráveis ao estupro, a violência e tem menor probabilidade de proteção jurídica ou política, trinta por cento das mulheres moradoras de rua tem algum tipo de deficiência e noventa por cento das crianças com deficiência não frequentam a escola (Dados da Organização Mundial de Saúde, 2014).

No serviço de atenção primária, mulheres deficientes contam com ações inexpressivas voltadas para as suas necessidades, atitudes pouco receptivas que em quase nada reconhecem a dupla vulnerabilidade, por serem mulheres e por serem deficientes. Há dificuldades para adquirir equipamentos para a sua autonomia. Problematicar esta verdade possibilita a construção de práticas que incorporem a dimensão dos direitos humanos

de grupos que historicamente experimentam a violação destes direitos e instauração de outro olhar e de outros contextos assistenciais.

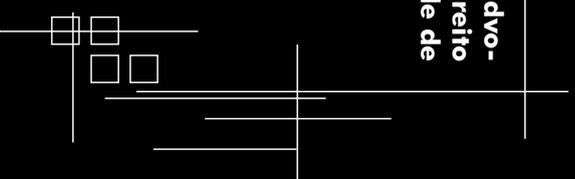
## **Conclusão**

Há mais de 30 anos, escuto mulheres no serviço público, no consultório, em palestras, sindicatos, e defendo e acredito que a política de saúde deve respeitar a diversidade das mulheres, com relação a raça e etnia, idade, gerações, cultura e orientação sexual.

Vivemos em um contexto mundial no qual as economias dos países que estão no centro do neoliberalismo passam por dificuldades, e os direitos sociais são os primeiros a serem cortados.

Nós, mulheres brasileiras e paulistas, temos nossos segredos, nossos mistérios e nossas diferenças, somos a soma dos ciclos. Sabemos que saúde é um território fundamental para o exercício da cidadania feminina e da construção da nossa identidade e queremos discuti-la com liberdade e autonomia com todas as mulheres brancas, negras, jovens, idosas, mães, trabalhadoras, lésbicas, bissexuais, transexuais, urbanas, rurais, indígenas, construindo propostas coletivas e democráticas. Saúde com conhecimento, capacidade técnica, sensibilidade e emoção.

**Helena Duarte Marques - Mulher, militante, feminista e advogada popular. Assessora jurídica do IBDU. Graduada em Direito pela PUC-SP. Mestranda em Direitos Humanos na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.**





# A LUTA DAS MULHERES NUNCA MATOU NINGUÉM. O MACHISMO MATA TODOS OS DIAS.

**Helena Duarte Marques**

A violência contra a mulher é uma expressão da sociedade machista em que vivemos e que impede que as mulheres exerçam seus direitos humanos mais básicos, como o direito à vida e o direito de ir e vir. As cidades, por sua vez, ao serem produtos históricos da construção humana refletem o opressão pela qual a sociedade se estrutura e, nesse sentido, é perceptível, no ambiente urbano, diversos traços de machismo em sua construção e vivência.

Em casa, no trabalho, nas instituições de ensino, ou no trajeto percorrido entre estes lugares, seja na calçada ou no transporte público, o gênero feminino está sujeito à violência cotidiana. Violência esta que pode se manifestar de diversas formas, como a violência física, sexual, moral, psicológica e patrimonial e ocasiona dano, sofrimento e até a morte de mulheres.

É importante destacar que a violência não se expressa da mesma forma para todas as mulheres. As mulheres negras estão mais suscetíveis a sofrerem violência do que as brancas, uma vez que sofrem com a dupla opressão do machismo e do racismo. O Mapa da Violência de 2015 aponta que os homicídios de mulheres brancas cairam 9,8% entre 2003 e 2013, enquanto que os de mulheres negras aumentou 54,2% no mesmo período.

Os municípios de Vitória (ES), Maceió (AL), João Pessoa (PB) e Fortaleza (CE) são as capitais que apresentam maiores índices de violência letal contra mulheres. As taxas destas capitais foram as mais elevadas no ano de 2013, com números acima de 10 homicídios por 100 mil mulheres (em Vitória esta taxa é 11,8; em Maceió é 10,7; em João Pessoa é 10,5 e em Fortaleza é 10,4).

A violência contra mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais também vem aumentando nos últimos anos. O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, registrando 600 mortes entre janeiro de 2008 e março de 2014.

O Mapa da Violência de 2015 mostra a violência se expressa, de maneiras diferentes, no espaço público e no privado. Enquanto quase metade dos homicídios masculinos acontece na rua, nos femininos a proporção é menor, sendo que 31,2% dos assassinatos acontecem na rua e 27,1% no domicílio das vítimas, indicando a alta domesticidade dos homicídios de mulheres.

Outra característica que chama a atenção nos homicídios cometidos contra mulheres e que demonstra esta domesticidade, é que 50,3% deles foram cometidos por familiares das vítimas. E, em 33,2% desses casos, o crime foi cometido pelo atual ou pelo ex-parcei-

10.

O fato das mulheres estarem cada vez mais ocupando o espaço público – que historicamente não lhe pertencia, já que a divisão de gênero do trabalho restringiu a mulher do acesso ao espaço público e do trabalho produtivo, destinando-lhe as tarefas de cuidado e de reprodução, restritas ao âmbito privado, executadas no seio da família e não remuneradas –, também a sujeitou a outras formas de violência, que não a doméstica, como o assédio nas ruas e no trabalho, violência sexual e mortes decorrentes da violência urbana. Este tipo de violência também é uma demonstração masculina de que aquele espaço pertence a eles e não a elas. No Brasil, uma mulher é estuprada a cada onze minutos.

Ao se pensar no espaço da cidade, também não se pode deixar de mencionar um outro grupo vulnerável, que raramente tem uma abordagem específica: as mulheres em situação de rua. Na cidade de São Paulo, 13% das pessoas em situação de rua são mulheres. Com a crise econômica, o desemprego e aumento do custo de vida, especialmente dos alugueis, esta situação tende a se agravar cada vez mais. Nas ruas, estas mulheres sofrem não apenas a violência institucional que as ignora, como também assédio, violência física e sexual.

Todo este cenário faz questionar quais as políticas públicas que estão sendo adotadas para combater o feminicídio e a violência em geral contra as mulheres e como a política urbana pode dar respostas a estes problemas. Há dez anos, desde a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006), algumas capitais brasileiras, como Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo começaram a implementar políticas para atender as mulheres em situação de violência, como a criação de delegacias especializadas, centros de atendimento, proteção ou acolhida, hospitais etc.

No entanto, estas políticas não são suficientes, uma vez que não conseguem atender toda a demanda de mulheres. Isto ocorre por diversos motivos, como a ausência de treinamento especializado para os profissionais que trabalham no atendimento e carência de vagas nos centros de acolhidas que possam abrigar as mulheres e seus filhos. Além disso, há uma grande falta de investimento, situação que deve se agravar nos próximos anos, já que as reformas de austeridade do Governo Federal levarão a cortes de verbas nas políticas de garantia dos direitos sociais. O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, lançado em 2007 já teve o seu orçamento reduzido.

No município de São Paulo, há apenas uma Delegacia da Mulher que funciona 24 horas e se localiza na Subprefeitura da Sé. Contudo, a maior parte dos casos de violência doméstica ocorrem durante a noite, em feriados e finais de semana, justamente nos horários em que quase todas as delegacias especializadas estão fechadas. Nesses horários, outro fator que dificulta o atendimento das mulheres vítimas de violência é a dificuldade de transporte público.

Este sistema falho desestimula a mulher a denunciar, procurar atendimento ou proteção. Em muitos casos, as mulheres sentem culpa e/ou medo e todas as debilidades no atendimento tem como consequência o seu silenciamento e a perpetuação da situação de violência.

É necessário pensar a política de enfrentamento à violência contra a mulher de maneira integrada ao planejamento urbano e ao ordenamento das cidades. A criação de



mais espaços públicos destinados para mulheres, para que elas se confraternizem, reúnam-se, cuidem de sua saúde, e, consequentemente, fortaleçam-se, pode ser importante para reduzir a violência. Nos casos concretos em que as mulheres estão sendo violentadas e/ou ameaçadas, também é necessário a garantia de medidas protetivas, como casas de acolhida para a vítima e seus filhos.

Uma forte ofensiva ideológica também é relevante, é fundamental ensinarmos os homens que eles não podem e não devem agredir, abusar, violentar. Uma verdadeira campanha contra o machismo, com diversas abordagens, nas escolas, televisão, rede sociais e outros meios de comunicação poderia gerar uma maior conscientização.

Em 2016, o tema da violência sexual tomou grande repercussão no país, após um vídeo que registrava um bárbaro estupro coletivo cometido contra uma menina de dezessete anos ter sido compartilhado pelos agressores. Este episódio despertou milhares de mulheres a saírem às ruas exigindo o fim da cultura de estupro, e se juntando às lutas que vem ocorrendo em outros países, como na Argentina, em que milhões saíram às ruas contra o feminicídio por Nin una Menos.

A luta das mulheres nunca matou ninguém. O machismo mata todos os dias.

# 15

**Leticia Lindenbergl Lemos** - Arquiteta urbanista, mestre e doutorada em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e possui especialização em Mobilidade Sustentável em Países em Desenvolvimento pela United Nations Institute for Training and Research. Atualmente trabalha como pesquisadora no Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) da FAUUSP.

**Marina Kohler Harkot** - Cientista social, mestranda em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Atua em coletivos da sociedade civil ligados à promoção da bicicleta como modo de transporte, onde lança um olhar para a perspectiva de gênero. Também é conselheira eleita do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito de São Paulo (CMTT).

**Paula Freire Santoro** - Arquiteta urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP, coordena o projeto ObservaSP | LabCidade FAUUSP. Doutora em Habitat pela FAUUSP





## MULHERES DE BICICLETA EM SÃO PAULO: DA “CIDADE IMORAL” PARA A “CIDADE CONQUISTADA”

**Letícia Lindenberg Lemos\***

**Marina Kohler Harkot\*\***

**Paula Freire Santoro\*\*\***

As mulheres usam a cidade e se movem por ela de modo bastante diferente dos homens. Tais diferenças têm raízes no conceito de gênero, constitutivo das relações sociais e a partir do qual os papéis designados para homens e mulheres são social e culturalmente construídos. A interdependência social – poder contar com uma rede de apoio –, por exemplo, tem um papel muito mais fundamental para mulheres do que para homens. Assim, há aspectos da socialização feminina estereotípica e da divisão sexual do trabalho, que resultam nas diferentes vivências para homens e mulheres no espaço urbano e isso se reflete nas escolhas da forma de se locomover pela cidade.

Susan Hanson (2010), uma acadêmica branca norte-americana, discute sobre o efeito transformador da ampliação da mobilidade para mulheres a partir da história pessoal de Francis Willard, sufragista norte-americana, que ao descrever seu aprendizado tardio de andar de bicicleta, resgata o importante papel desse modo no processo de emancipação feminina. Hanson aponta que a mulher fica mais restrita ao espaço doméstico e com movimentos limitados, enquanto o homem desenvolve mais atividades fora de casa, no espaço público, com movimentos que se expandem – o que a autora chama de “dualismo familiar”. No entanto, o contexto norte-americano ou europeu é muito diverso do brasileiro ou latino-americano, no qual acessibilidade e mobilidade são fortemente impactadas por recortes de renda, escolaridade, cor e etnia, aspectos culturais e morais, entre outras. Essas questões desenham cidades desiguais e excludentes e impõem a necessidade de relativizar as análises com recortes de gênero, ainda que ampliar a mobilidade das mulheres possa mesmo ser transformador para a vida delas.

Em São Paulo, no final do século XVIII, o espaço público era tido como um local de imoralidade para as mulheres “onde se poderia perder a virtude, desgraçando-se” enquanto que para os homens “era uma região de liberdade”, onde eles poderiam “livrar-se da repressão e do autoritarismo da respeitabilidade encarnados na figura do marido e pai” (Rohrk, 1997, p. 34). Não que as mulheres não estivessem nesses espaços, mas as que estavam eram estigmatizadas por ocupá-lo. Ainda que a condição do espaço público já tenha se alterado consideravelmente no Brasil do século XXI, o trabalho reprodutivo

ainda se mantém principalmente sob a responsabilidade das mulheres, conhecido como “jornada dupla”, resultando não somente em menos horas de trabalho remunerado para elas, como em uma jornada média de trabalho entre 10% e 15% maior que a dos homens. Políticas que observam como conciliar trabalho, vida pessoal e vida familiar são, portanto, fundamentais, e o olhar para a mobilidade urbana não deve ficar limitado à análise sobre o ato de se deslocar pelo espaço – questão frequentemente utilizada por ser mais facilmente mensurável –, mas incluindo leituras sobre as questões sociais que permeiam a mobilidade.

A principal pesquisa sobre os padrões de mobilidade urbana da Região Metropolitana de São Paulo é a Pesquisa de Origem-Destino (OD), realizada a cada 10 anos pelo Metrô desde 1967, com duas aferições – uma em 2002 e outra em 2012 – e cujos resultados são apresentados de forma agregada, o que dificulta as leituras com recorte de gênero. A pesquisa mostra que, apesar de ter ocorrido uma redução da diferença entre homens e mulheres, elas ainda se movem menos que homens – o índice de mobilidade (relação entre determinadas viagens e a população que realizou essas viagens) masculino ainda é maior que o feminino. A participação feminina é bastante baixa especialmente nas viagens dirigindo automóvel ou usando motocicleta, elas geralmente usam modos motorizados individuais como passageiros (de automóvel ou táxi). Para os modos ativos, a participação feminina nos deslocamentos a pé é maior e há uma predominância masculina nas viagens em bicicleta. A participação feminina no uso da bicicleta se manteve, em média, abaixo de 10% em toda a série histórica da pesquisa, ultrapassando essa marca somente em 2012, quando houve um aumento notável da proporção, passando de 9% em 2007 para 12% na última edição da aferição.

As contagens de ciclistas realizadas pela sociedade civil também mostram uma baixa incidência de mulheres usando bicicleta. A presença feminina não chegou a 15% nos locais com maior proporção de mulheres pedalando, como a Avenida Paulista, enquanto em locais menos centrais a proporção não passa de 2% (Cidadeidade, 2015b). As medições, no entanto, mostraram um crescimento de ciclistas impressionante ao longo do tempo, especialmente mulheres, em dois locais onde foram realizadas contagens de forma mais sistemática. Na Av. Eliseu de Almeida, por exemplo, com intervalo de 5 anos entre a primeira e a última contagem, mediu-se um aumento de 122% no total de ciclistas e extraordinários 1.444% no total de mulheres pedalando, passando de irrisórias 9 mulheres contadas em 2010, para 139 em Paulista, onde houve medições no mesmo período da Eliseu, enquanto o aumento geral foi de 188%, o de mulheres foi de 1.004%.

Nessas duas vias houve infraestrutura implantada após o início das medições, sugerindo alguma influência da infraestrutura na decisão das mulheres por utilizar a bicicleta, embora o caráter pontual desse tipo de pesquisa não permita compreender essa relação. O aumento impressionante medido pelas contagens pode significar que as mulheres que se deslocavam por esses caminhos teriam passado a usar a bicicleta em substituição ao modo usado anteriormente no trajeto. É também possível que o aumento decorra da escolha feita por mulheres que já usavam a bicicleta, mas circulavam por outros caminhos – possivelmente vias com tráfego menos intenso nos arredores das duas avenidas –, por usar a rota com infraestrutura recém implantada, seja por ser mais direta, ou por ter

se tornado mais segura para circular com bicicleta. Ou, ainda, pela combinação dos dois fatores elencados, além de outros não explorados aqui.

De fato, houve uma implantação intensa de infraestrutura para circulação de bicicleta em São Paulo entre 2009 e 2012, mas o que foi construído até então somou menos do que 1% da malha viária para veículos motorizados. Ainda, a infraestrutura cicloviária não constituiu uma rede para circulação de bicicleta, mas trechos espalhados pela cidade sem conexão entre si e frequentemente com baixa acessibilidade – por exemplo, ciclovias com poucos acessos –, além de terem sido adotados modelos que não garantem proteção real para os ciclistas – as ciclorotas – em cerca de 40% da extensão da infraestrutura implementada até 2012.

Ainda, outras pesquisas também realizadas pela sociedade civil indicam que a infraestrutura cicloviária parece ter importância similar para mulheres e homens, mas o principal problema apontado, também independentemente do gênero, foi a falta de respeito dos condutores de veículos motorizados (Ciclocidade, 2015a; Lemos et al., 2016). Quando mulheres foram questionadas sobre os desafios para usar a bicicleta ou sobre o que as impedia de adotar a bicicleta como meio de transporte, a falta de infraestrutura foi indicada por somente 14% de mulheres que usam bicicleta para transporte e 8% daquelas que não usam, mas usam para o lazer ou têm contato com quem use. Em ambos os grupos de mulheres, desafios como riscos de queda, colisão ou assalto, ou medo de compartilhar a via por falta de respeito dos condutores de veículos motorizados apareceram muito mais frequentemente do que pedalar por uma rua sem infraestrutura cicloviária (Ciclocidade, 2016). Os desafios apontados mais frequentemente pelas mulheres desconstruem a hipótese de que, “por natureza”, a mulher seria menos propensa a se arriscar e mostram que a segregação da bicicleta no sistema de mobilidade seria uma solução para problemas do âmbito de educação do trânsito, mas não é suficiente para superar os problemas apontados. Mostra-se, assim, imperativo adotar uma abordagem mais abrangente da política cicloviária, que não se restrinja à implantação de vias segregadas para a bicicleta.

Além do quadro de implantação de infraestrutura para circulação de bicicletas, uma conjuntura mais ampla é essencial para explicar o aumento que vem sendo medido pela OD e pelas pesquisas da sociedade civil. Além do início da concretização de uma política pró-bicicleta, ocorreu uma mobilização mais ampla e maior organização da sociedade civil, o que foi associado a eventos marcantes no período. As Bicletadas, versão brasileira da Critical Mass de São Francisco, nos Estados Unidos, se constituíram como local de articulação de uma luta em prol da bicicleta, e entre as diversas mortes de ciclistas no trânsito paulistano nesse período, três tiveram grande divulgação na mídia, possivelmente por estar no território das classes de mais alta renda e por ser uma pessoa dessa classe, além de membro ativo no movimento cicloativista, a falecer. Ainda que sejam eventos negativos, ajudam a trazer para o debate público o uso da bicicleta e, possivelmente, promover um movimento reativo, estimulando seu uso.

Ainda, a política cicloviária dos últimos anos ajudou a reforçar os padrões de segregação socioespacial. Os locais que receberam infraestrutura cicloviária foram justamente onde o uso da bicicleta se mostrou menos intenso em toda a série histórica da OD e com menor concentração de mortes de ciclistas. Em outras palavras, a infraestrutura não foi

produzida onde mora e circula (ou morre por incidentes de trânsito) a maior parte dos ciclistas. E isso se refletiu nas desigualdades de classe e gênero. A adoção recente da bicicleta, por exemplo, se deu nas classes mais altas, especialmente para as mulheres, que moram em territórios historicamente mais favorecidos por infraestrutura, com melhores condições urbanas no geral, incluindo empregos.

Aos poucos, as mulheres mudam sua relação com o espaço público, e junto com mobilizações sociais mais atuais pelos modos ativos, ocupam as cidades, ainda que sobre uma base socioterritorial desigual, com infraestrutura concentrada, que reflete as enormes diferenças de classe, escolaridade, raça e etnia, entre outras questões. Para mulheres (e meninas), ações para tomar a bicicleta uma opção real e atraente não se encerram na produção de infraestrutura cicloviária, mas demandam uma abordagem ampla, que entenda a mobilidade urbana como um campo maior do que o deslocamento urbano e permeado por questões sociais e culturais. As mudanças que vêm ocorrendo no universo feminino em relação a aspectos demográficos e do mercado de trabalho no país e, especialmente, as alterações culturais e morais em curso que pressionam a ideologia fundada na dualidade homem-mulher – com a diminuição das famílias do tipo “casal com filhos” e aumento da diversidade de formatos encontrados, especialmente na metrópole paulistana – indicam que também teremos alterações intensas no futuro. As questões sociais e culturais que vão derivar dessas mudanças devem ser consideradas no desenho de políticas de mobilidade, incluindo aquelas relativas ao uso da bicicleta como meio de transporte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CICLOCIDADE (2015a) Pesquisa Perfil do Ciclista. Base de Dados. São Paulo, Brasil: Ciclocidade, 2015a.
- CICLOCIDADE (2015b) Contagem. São Paulo, Brasil: Ciclocidade, 2015b. Disponível em: <<http://www.ciclocidade.org.br/contagem>>. Acesso: 25 maio 2016.
- CICLOCIDADE (2016) Mobilidade por Bicicleta e os Desafios das Mulheres de São Paulo. Base de Dados. São Paulo, Brasil: Ciclocidade, 2016.
- COUTRAS, Jacqueline (1997) La mobilité quotidienne et les inégalités de sexe à travers le prisme des statistiques. *Recherches féministes*, vol. 10, n.2, pp. 77-90.
- DUMONT, Monique; FRANKEN, Elisabeth (1977) Et si la ville était à nous... aussi... *Les Cahiers du GRIF*, Bruxelles, n.19, pp. 44-62.
- HANSON, Susan (2010) Gender and mobility: new approaches for informing sustainability. *Gender, Place & Culture*, v. 17, n. 1, p. 5-23, fev. 2010. ISSN 0966-369X. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09663690903498225>. Acesso: 10 março 2016.
- LEMOS, Leticia Lindenber; HARKOT, Marina Kohler ; SANTORO, Paula Freire (2016) Mulheres de Bicicleta: como pedalam as mulheres em São Paulo. In: Andrade, Victor; Rodrigues, Juciano; Marino, Felipe; Lobo, Zé. (Org.). *Mobilidade por bicicleta no Brasil*. Ied:Rio de Janeiro: PROURB/UFPRJ, 2016, p. 265-284.
- LEMOS, Leticia Lindenber; RAMOS, Isis Bernardo (2015). *Bicicletas em São Paulo: uma avaliação do estado da arte*. In: Simpósio Internacional Tecnologias y movilidades, miradas históricas y contemporâneas. Santiago do Chile, Chile, outubro 2015.
- LEMOS, Leticia Lindenber; WICHER NETO, Hélio (2014). *Cycling infrastructure in São Paulo: impacts of a leisure-oriented model*. In: Annual Conference of the International Association for the History of Transport, Traffic and Mobility - T2M, 12, 2014. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://12m.org/papersphiadelphia-conference-2014/>>. Acesso: 25 fevereiro 2015.
- POCHMANN, Marcio (2015) *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- RAMOS, Isis Bernardo (2015) *A geografia dos acidentes fatais com bicicleta em São Paulo*. [online] Publicado em 16 setembro. Disponível em: <https://observsp.wordpress.com/2015/09/16/a-geografia-dos-acidentes-fatais-com-bicicleta-em-sao-paulo/>. Acesso: 10 março 2015.
- RASSELET, Céclie; BERNARD-HOHM, Marie-Christine; RAIBAUD, Yves (2011) *L'usage de la ville par les femmes*. A'URBA, Bordeaux.
- ROLNIK, Rohnik (1997) *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SCOTT, Joan Wallach (2007) *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. In: PARKER, R.; AGGLETON, P. (Ed.). *Culture, society and sexuality: a reader*. 2nd. ed. New York: Routledge, 2007. Cap. 5 *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5. Dez., 1986, p. 61-81.
- SOUZA, Yuri Vasquez (2016) *Quando as rodas conquistam a cidade: cultura, tensões, conflitos e ações na prática do ciclismo em São Paulo*. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- VILLACÇA, Flávio José Magalhães (1998) *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.
- VILLACÇA, Flávio José Magalhães; ZIONI, Silvana Maria (2007) *A Expansão do Metrô de São Paulo: acentuando desigualdades*. In: XII Encontro Nacional da ANPUR. Disponível em <<http://www.ampur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2363/2336>>. Acesso: 10 março 2016.
- ZÚGE JUNIOR, Odair (2015) *Cicloativismo paulistano: uma investigação jurídico-fenomenológica*. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

# 6

Jessica Tavares Cerqueira - Mulher negra e peritérica que W  
cidadades.  
Graduada em Políticas Públicas e Ciências e Humanidades pela  
Universidade Federal do ABC.  
Pesquisadora da UFABC no estudo da demanda de regularização  
fundiária do Programa Papel Passado junto ao Ministério das  
Cidades, Assistente de Coordenação no Instituto Brasileiro de  
Direito Urbanístico.





## MULHERES QUE ATRAVESSAM A CIDADE

Jéssica Tavares Cerqueira

Com a inclusão do direito à cidade na Nova Agenda Urbana<sup>1</sup>, há de se considerar uma premissa no que tange às mulheres e a cidade: as mulheres são muitas e diversas entre si. Compartilham de diferentes experiências de acesso de acordo com raça, classe, sexualidade e identidade de gênero; categorias que posicionam determinados locais sociais para cada uma das sujeitas. Desta maneira, o próprio conceito de direito à cidade se flexibiliza, para que assim, possa ser pensado para todas, as diversas mulheres. Assim, compreendendo a cidade como um espaço não neutro diante dessas categorias, tanto na produção, quanto em sua função social, pouco se fala dos impactos do sistema patriarcal e escravocrata no processo de urbanização, e as suas consequências na relação da mulher negra com o espaço público – privado.

O processo de urbanização dos grandes pólos econômicos do país, se construiriam no início da república, empurrando os recém libertos para as margens da cidade. O isolamento da população negra se dá antes, no campo da habitação e da divisão do trabalho. Inviabilizando reais condições de moradia digna e auto sustento para recém libertos, a urbanização excludente só vem a refletir e em perspectiva histórica reforçar as desigualdades sociais.

Sendo assim, o problema da mobilidade urbana, é um dos desdobramentos da periferização, sobretudo nas regiões metropolitanas, e dialoga completamente com a institucionalização da privação de direitos da população negra.

Os estudos desenvolvidos nas áreas de habitação, segurança pública, violência doméstica, saúde pública e formalização do trabalho, apontam para um mesmo grupo vulnerável nas vivências nos espaços públicos e privados. Esse grupo, composto por mulheres que são majoritariamente as residentes das regiões de periferia e negras, estão historicamente marginalizadas, nas cidades e nos direitos.

Recentemente, a então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU da cidade de São Paulo, publicou um estudo intitulado “Mobilidade das Mulheres em São Paulo” (2016), realizado com base nos dados da pesquisa de origem-destino da região metropolitana (2012) das viagens realizadas na capital.

O estudo considerou os destinos das viagens, como, por exemplo, “escola”, caso esteja indo levar seus filhos à escola, assim como “saúde” mesmo nos casos que seja apenas uma acompanhante, e os resultados apontam que entre a população de São Paulo, as mulheres mais pobres são as que mais utilizam transporte público e andam a pé<sup>2</sup>.

Segundo o estudo, as mulheres mais pobres são as que mais realizam viagens a pé, de metrô e ônibus. A conclusão do estudo evidenciou o que a vivência e os relatos das mulheres negras periféricas denunciavam há anos: a privação ao direito à cidade, analisado principalmente a partir da perspectiva da mobilidade urbana, que se expressa em limitações do custo do transporte, das condições dos modais, dos tempos de viagem e das motivações que as levam a viajar.

E como consequência da indevida garantia ao transporte, as mulheres negras acabam por ter outros direitos cerceados, como a inviabilidade do acesso à saúde, à educação, ao lazer, dentre outros. Uma vida de limitações.

Em junho de 2013, observamos as ruas da cidade de São Paulo serem tomadas por cidadãos que, inicialmente, protestavam contra o aumento da tarifa dos transportes públicos. Ainda que naquele momento o então Prefeito Fernando Haddad e o Governador Geraldo Alckmin tenham recuado em relação à decisão de aumentar a tarifa na campanha popular que ficou conhecida como “não é só por 20 centavos”, os anos que se seguiram foram de aumento. Atualmente, a tarifa custa R\$ 3,80 para os ônibus municipais, metrô e trem da CPTM. Na região metropolitana, os valores são ainda mais onerosos. Custa R\$ 5,95 sair da região do ABC paulista com destino ao Terminal Sacomã ou Tietê, nos ônibus intermunicipais da EMTU<sup>3</sup>.

O aumento da tarifa, recai e prejudica principalmente as mulheres periféricas e pobres e estas nem sempre podem contar com a sorte de que o tema da mobilidade se torne comção geral, como foi no caso de 2013 na cidade de São Paulo. Quando lutam sozinhas pela redução das tarifas, caem no esquecimento da gestão pública, ao passo que, equilibram desemprego, o aumento das tarifas e da demanda por viagens.

Ao mesmo tempo, segundo o RASEAM<sup>4</sup> entre as chétes de famílias, as mulheres negras representam 52,6%. O mesmo estudo diz que em autonomia econômica e igualdade no trabalho as mulheres negras apresentam o pior índice: Somente 48,4% das mulheres negras estavam em trabalhos formais. Sobre o trabalho doméstico como ocupação remunerada, entre 6 milhões de pessoas, 63,4% delas eram negras e entre as profissionais com carteiras assinada e não formalizadas mais uma vez nota-se um padrão de desigualdade.

O que isso tem a ver com mobilidade e o direito à cidade?

Estamos dizendo que as mulheres negras, que são maiorias entre as que sustentam as suas casas, entre as que passam o dia cuidando da organização de um lar que não é o seu, e que são maioria na informalidade, desembolsam R\$ 3,80 para pagar a passagem para ir ao seu trabalho, ou para levar seus filhos a escola, ou acompanhá-los no hospital, tudo isso em um país onde o salário mínimo está em 937 reais. Ou seja, se locomover todos os dias, com apenas um ônibus de ida e um de volta, consumiria quase 25% da renda total. Na melhor das hipóteses.

Na pior das hipóteses como elas também são as maiores atingidas pelo desemprego e pela baixa escolaridade, provavelmente, dirão a seus filhos: não temos dinheiro para ir. Violando os direitos sociais mais básicos dessas mulheres e de suas famílias, que deve-

<sup>1</sup> Documento final aprovado pela III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III), realizada em Quito em outubro de 2016.

<sup>2</sup> Na faixa de renda familiar menor que R\$ 1.214, 50% das viagens eram feitas caminhando; outros 28% de ônibus. A última faixa, com rendimentos acima dos R\$ 9.330 apresenta 16% andando a pé contra.

<sup>3</sup> Empresa Metropolitana de Transporte Urbana de São Paulo

<sup>4</sup> Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Realização: Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República 2014

riam ser garantidos, de acordo com a Constituição Federal.

A omissão pública frente a jovens que perdem vagas de emprego, que desistem de vagas em instituições educacionais, ou que tiveram um carnaval muito diferente dos que residem na região do centro expandido, longe dos biquinhos “gratuitos”, porque não podem pagar pelo ir e vir, é degradante e não parece perto de ter fim.

As limitações na (i)mobilidade urbana são também graves na perspectiva das condições e tempos de viagem. A violência sexual ainda é uma realidade que acomete com frequência as mulheres nos transportes públicos, ou a caminho dele. Nos anos anteriores campanhas contra o assédio nos ônibus e metrô levaram ao aumento das denúncias de casos e também respostas das empresas, como a campanha publicitária do Metrô de SP, leis de criminalização do assédio sexual em ônibus e canais de atendimento às vítimas serem criados para esta finalidade. Uma importante conquista foi a aprovação da Lei que permite paradas de desembarque fora dos pontos de ônibus para as mulheres e idosos após as 22 horas.

Outra situação polêmica decorrente da violência e assédio à mulher no transporte público se deu em torno do vagão rosa, que foi aprovado em algumas cidades brasileiras, nos horários de pico, como nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília. Muito recentemente a cidade de Recife também passou a realizar testes com a medida. Em uma experiência pessoal no Rio de Janeiro, em que entrei em vagão rosa, sem saber que o era, atentamente ouvi relatos de senhoras voltando do trabalho, e instanciantemente caí todas as minhas críticas à política. As mulheres negras, não podem esperar que os homens sejam conscientizados, porque estão diariamente sobrevivendo tentando fugir de tornarem-se parte das estatísticas em que só se aumenta o índice de vitimização de violência e assassinato da população negra.

Nenhuma dessas ações, no entanto, evia que uma mulher se sinta insegura e vulnerável nos transportes públicos e nas viagens a pé. A maioria das políticas públicas formuladas nessa temática ainda trabalham na perspectiva da punição.

É importante salientar o quanto a violência sexual acomete de forma ainda mais frequente as mulheres negras, devido a erotização, objetificação e desumanização de seus corpos, em sociedade machista e extremamente racista.

A hipersexualização histórica, da mulher negra é produto de diversos elementos culturais. Agrava-se e mantém-se com a ajuda dos grandes veículos midiáticos que naturalizam e reforçam essa cultura, associando constantemente as mulheres negras ao sexo e lascividade. A ideia de mulher negra retratada midiaticamente segue dois estereótipos: as empregadas domésticas e as ditas “morenas” de comunidades pobres que são caracterizadas por terem um apelo erótico, usarem roupas, curtas, sambarem, falarem alto e terem mais de um parceiro sexual.

Essas representações possuem estreito laço com a nossa recente escravidão e denunciam que ainda é assim que somos expostas. E é assim também e principalmente que somos lidas socialmente. Não foge a esta lógica que ocupar e/ou atravessar a cidade para estas mulheres, que seja extremamente desafiador. Que seja um risco contra nossas vidas, e que nos diferenciam ainda mais das mulheres brancas. As mulheres realmente expostas e lidas como mulheres.

Os estudos Visível e Invisível - A vitimização de mulheres no Brasil, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo DataFolha, apresenta que no que diz respeito ao assédio no ano de 2016, incluindo os ocorridos nos transportes públicos, táxis, etc, as mulheres negras são as mais atingidas. As mulheres pretas reportaram mais casos de assédio (89%) em relação as mulheres brancas (35%).

Além dos assédios, as mulheres também são alvos de roubos e furtos, principalmente nas viagens realizadas a pé. A população negra é a que mais morre assassinada no país. Segundo o Mapa da Violência 2015 - Homicídio de mulheres no Brasil, o número de homicídios de brancas caiu cerca em 10% em 10 anos, e no mesmo período os homicídios de mulheres negras aumentaram 54,2%.

A discussão sobre segurança nos apresentam um cenário tão desanimador quanto às condições das viagens, da perspectiva de lotação e tempo. Não se sabe por onde anda a fiscalização responsável por zelar pela integridade física do usuário. Mas muitos, muitos fiscais, irão surgir se uma jovem negra pular a catraca do metrô. Tenho medo das consequências, se ela arriscar pular alguma da linha 4 - Amarela do metrô<sup>5</sup> - É primeira linha de metrô de São Paulo operada por uma empresa privada e a chamar os usuários de clientes.

Para compreender o quanto os usuários podem sentir-se desgastados, durante seus trajetos diários, e impossibilitados de utilizar o tempo para leitura ou descanso, recordando duas experiências que dispensam qualquer argumento que possa aqui ser apresentado: 1) realizar o trajeto da linha 3 - Vermelha<sup>6</sup> às 18h, para obter uma nova definição de superlotação; e 2) pegar a linha 004 - Terminal Sacomã saindo do Alvarenga em São Bernardo, para uma nova definição de “pagar por um serviço”.

Embora, no cotidiano se trate com bom humor o que já não é resolvido com as muitas queixas, é importante frisar o quanto estas condições, em que se viaja em pé por horas, com muito desconforto, pode agravar ou fazer surgir situações de risco à saúde. Situação essa, a caminho do trabalho, em que já chegará cansada e enfrentará uma jornada de 8 horas de trabalho, para depois reconectar a atravessar os espaços sem poder ocupá-los.

Acerca das motivações, o estudo da Prefeitura de São Paulo demonstrou que as mulheres com menor faixa de renda fogem ao padrão de viagens cujo o destino é o trabalho, realizando mais viagens para educação, assuntos pessoais e saúde. Estes dados apontam como as mulheres mais vulneráveis socialmente ainda possuem uma relação dicotômica na cidade, como um espaço que se torna a extensão do cumprimento do seu papel nos espaços privados, e não como um sujeito no espaço público.

Ainda que considerando a diversidade entre as mulheres negras, os avanços a lentos passos que foram alcançados nos últimos anos, como por exemplo no nível de escolaridade entre as jovens, não se mostram suficientes para romper o paradigma de isolamento e vulnerabilidade. Seja para ir ao trabalho, levar os filhos para a escola ou para ir à universidade, sabe-se quem ocupa as bordas das cidades e que continua a atravessá-la diariamente, como quem participa de uma corrida com obstáculos, para o cumprimento de seus papéis sociais.

<sup>5</sup> Parceria Pública Privada realizada entre a empresa ViaQuatro e o Governo do Estado de São Paulo, responsáveis pela operação do trecho Butantã - Luz. As estações ficam nos principais centros comerciais e concentradores de renda da cidade.

<sup>6</sup> Realiza o trecho Corinthians Iaquerã - Barra Funda. Liga o máximo que o metrô de São Paulo consegue chegar a Zona Leste via metrô ao Centro da capital.

O fator de (i)mobilidade reforça um isolamento que não é apenas territorial. Na impossibilidade ocupar os espaços públicos, tornam-se reféns de um modelo de mobilidade cujo o acesso é limitado, inseguro e caro, reforçando exclusões.

Por fim, os tempos e práticas das mulheres perifericas no espaço urbano, revelam a fragilidade de seus direitos e anunciam a necessidade da discussão das políticas públicas, do planejamento e gestão do território a partir dos devidos recortes interseccionais, de maneira que estas não continuem a reforçar institucionalmente tais segregações e sim, realizar uma gestão democrática das cidades.

Considerando a divulgação do recente estudo e das mais variadas publicações realizadas acerca da distribuição da população negra no território, podemos afirmar que os maiores prejudicados da (i) mobilidade urbana têm gênero, classe e raça: mulheres negras perifericas. Não se pode dizer que não há diagnóstico, ou que se trata do que é socialmente ignorado.

Como contribuição ao debate do direito à cidade e as mulheres, concluo com a frase proferida por Sojourner, em seu discurso proferido na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851: "E nós, negras, não somos mulheres?"

Também desejamos viver a cidade, estamos cansadas de tentar cruzá-la.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

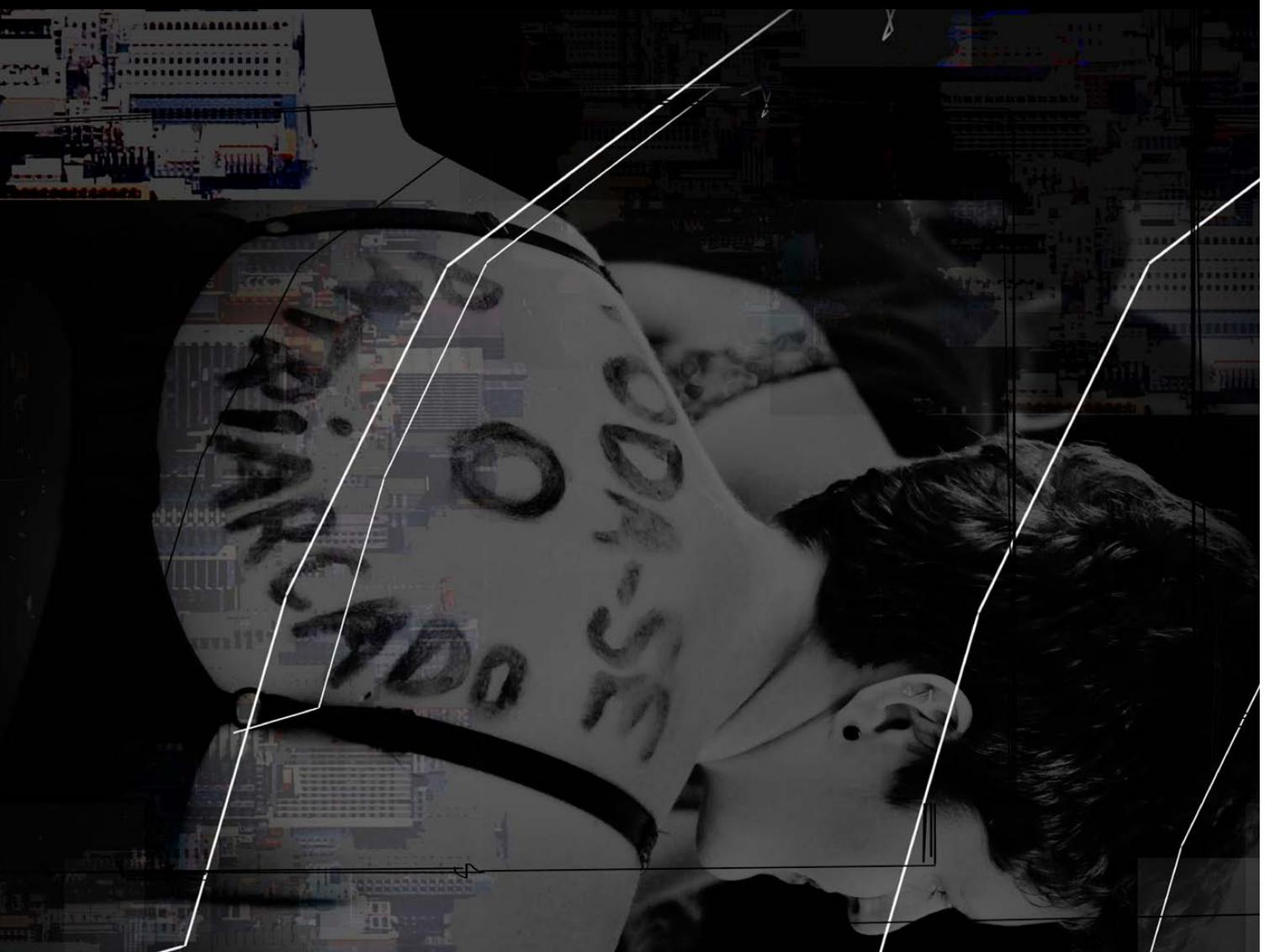
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. A mobilidade das mulheres na cidade de São Paulo. Disponível em: <[http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/infomres\\_urbanos/pdf/39.pdf](http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/infomres_urbanos/pdf/39.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2017
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossiê\\_mulheres\\_negras.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossiê_mulheres_negras.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2017.
- WAISSELS, Julio Jacobo. MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2017.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Características Étnico-raciais da População: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2017.
- GÊLEDES INSTITUTO DA MULHER NEGRA. E não sou uma mulher? – Sojourner Truth. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.l0W8qC>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

FOLHAPE. Vagões femininos começam a rodar no metrô do Recife a partir desta segunda. Disponível em: <[http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/01/15/NWS\\_14158\\_70\\_449\\_NOTICIAS\\_2190\\_VAGOES-FEMININOS-COMECAM-RODAR-METRO-RECIFE-PARTIR-DESTA-SEGUNDA.aspx](http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/01/15/NWS_14158_70_449_NOTICIAS_2190_VAGOES-FEMININOS-COMECAM-RODAR-METRO-RECIFE-PARTIR-DESTA-SEGUNDA.aspx)>. Acesso em: 26 fev. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visível e Invisível: A vitimização das mulheres no Brasil. 2016. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/visivel\\_invisivel\\_apresentacao.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/visivel_invisivel_apresentacao.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2017.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. . RASEAM – RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER. Brasília: Spm/pt, 2014. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/central-de-contudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam\\_completo.pdf](http://www.spm.gov.br/central-de-contudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2017.

Saimara Takashiro - Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Cinema pela Universidade Anhembí Morumbi, e formada em Fotografia pela EPA. Integrante do Coletivo Urbanas, de fotografia de rua.



REALIZAÇÃO



APOIO



**FORDFOUNDATION**

*Na Linha de Frente das Mudanças Sociais*